



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CFCH – CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA EICOS – PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E
ECOLOGIA SOCIAL

**PESCADORES ARTESANAIS NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE
ARRAIAL DO CABO (RIO DE JANEIRO/BRASIL): DECODIFICANDO
NARRATIVAS NA LITERATURA NACIONAL ESPECIALIZADA**

Lucas Stefano Rangel de Araújo

Rio de Janeiro
2021

**PESCADORES ARTESANAIS NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE
ARRAIAL DO CABO (RIO DE JANEIRO/BRASIL): DECODIFICANDO
NARRATIVAS NA LITERATURA NACIONAL ESPECIALIZADA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS), do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving
Coorientador: Prof. Dr. Marcelo Augusto Gurgel de Lima

Rio de Janeiro
2021

A933p

ARAÚJO, LUCAS STEFANO RANGEL DE

Pescadores artesanais na Reserva Extrativista
Marinha de Arraial do Cabo (Rio de Janeiro/Brasil):
Decodificando narrativas na literatura nacional
especializada / LUCAS STEFANO RANGEL DE ARAÚJO. --
Rio de Janeiro, 2021.
127 f.

Orientadora: MARTA DE AZEVEDO IRVING.

Coorientadora: MARCELO AUGUSTO GURGEL DE LIMA.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2021.

1. Pescadores artesanais. 2. Pesca artesanal.
3. Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo.
I. IRVING, MARTA DE AZEVEDO, orient. II. LIMA,
MARCELO AUGUSTO GURGEL DE, coorient. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Psicologia

Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Ata de Defesa de Mestrado

As 14:00 hs do dia 15/12/2021, o(a) aluno(a) **LUCAS STEFANO RANGEL DE ARAÚJO** (registro nº. 119001886) se submeteu à banca examinadora composta pelos Professores Doutores - membros efetivos: Marta de Azevedo Irving (orientadora e presidente da banca), CPF nº 627.646.247-00, Gustavo Mendes de Melo, CPF nº 079.590.257-38, Davi Gonçalves Soares, CPF nº 074.501.807-66 e Marcelo Augusto Gurgel de Lima, CPF nº 023.869.554-94; Membros suplentes: Ricardo Lopes Correia, CPF nº 339.227.528-02 e Iara Vasco Ferreira, CPF nº 758.683.477-20. O trabalho do(a) aluno(a), intitulado “**Pescadores artesanais na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (Rio de Janeiro/Brasil): Decodificando narrativas na literatura nacional especializada**” foi: () aprovado, devendo entregar a versão final encadernada no prazo de 60 dias; (X) aprovado condicionalmente, devendo apresentar os ajustes exigidos pela banca, no prazo máximo de 90 dias*; () reprovado. **APROVADO(A)**, o(a) aluno(a) faz jus ao título de **Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social**. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata que é abaixo assinada pelos membros da banca e pelo(a) aluno(a).

Banca:

Orientador(a): **Marta de Azevedo Irving** _____

Aluno(a): **Lucas Stefano Rangel de Araújo** _____

Observações: A banca reconhece a importância do tema da dissertação e os avanços obtidos desde a qualificação mas reitera a importância de revisão integral do texto, no prazo de 90 dias, considerando algumas inconsistências, lacunas teóricas e metodológicas e que precisam ser solucionadas para a versão final, além da análise crítica que o tema exige para a finalização do processo. Os membros da banca deverão receber a versão final e emitir parecer atestando ter a versão final da dissertação atendido minimamente às demandas formuladas por ocasião da banca para a defesa da dissertação.

Atestado de cumprimento das exigências*

O(A) aluno(a) cumpriu as exigências e a partir desta data e tem _____ dias para entregar a versão final encadernada.

Assinatura do Orientador

Data: 14 / 01 / 2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Psicologia

Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Ata de Defesa de Mestrado (cont.)

Observações

Após o prazo estabelecido para a revisão da dissertação, os membros da banca e os orientadores re-encontraram os seus pareceres, aprovando o mestrando, tendo em vista que as principais recomendações necessárias foram atendidas e incorporadas à versão final do texto, complementarmente, que todos os membros da banca participaram remotamente do ato da defesa, conforme orientação da UFRJ no período de restrição da COVID 19.

atestado de cumprimento das exigências*

O(A) aluno(a) cumpriu as exigências e a partir desta data e tem _____ dias para entregar a versão final encadernada.

Assinatura do Orientador

Data: 08/09/2022

RESUMO

ARAÚJO, Lucas Stefano Rangel de. **PESCADORES ARTESANAIS NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE ARRAIAL DO CABO (RIO DE JANEIRO/BRASIL):** DECODIFICANDO NARRATIVAS NA LITERATURA NACIONAL ESPECIALIZADA. Rio de Janeiro, 2021. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A problemática conjuntural da exploração irrestrita dos recursos naturais e da degradação da mega biodiversidade é resultado da ausência de compromisso do ser humano para com a natureza. Entretanto, identifica-se nesse contexto, povos e populações tradicionais, que por meio de suas práticas tradicionais de exploração dos recursos naturais, têm contribuído com a conservação da biodiversidade e fortalecido sua conexão com a natureza. Dentre eles, encontram-se os pescadores artesanais que habitam a costa litorânea brasileira e que por meio da pesca artesanal tem colaborado com a salvaguarda da biodiversidade marinha e minimizado os impactos negativos gerados pelo atual modelo de desenvolvimento econômico, sustentado na exploração desenfreada, no lucro, no utilitarismo e na marginalidade dos grupos menos privilegiados. Assim, ocorre com as comunidades de pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (Rio de Janeiro/Brasil). Por meio desta breve abordagem teórica, esta dissertação parte do princípio que a figura do pescador artesanal é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades litorâneas, ao mesmo tempo que contribuem para a conservação ambiental, através das suas práticas tradicionais e sustentáveis. Dessa forma, o percurso metodológico adotado nesta pesquisa envolveu uma abordagem de análise qualitativa; a realização de pesquisa bibliográfica enfocada na decodificação das temáticas pertinentes aos pescadores artesanais da RESEX-MAR de Arraial do Cabo, entre o período de 1997 a 2020. A partir dos dados obtidos na literatura especializada nacional, foi possível interpretar que são inúmeros os desafios enfrentados pelos pescadores artesanais dessa RESEX-MAR, em decorrência direta dos conflitos socioambientais e territoriais resultantes da implementação de grandes projetos que modificam a paisagem, elevam a especulação imobiliária na área, e da competitividade que ocorre devido à industrialização da pesca de grande escala.

Palavras-chave: Pescadores artesanais. Pesca artesanal. Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo.

ABSTRACT

ARAÚJO, Lucas Stefano Rangel de. **ARTISAN FISHERMEN IN THE MARINE EXTRACTIVE RESERVE OF ARRAIAL DO CABO (RIO DE JANEIRO/BRAZIL):** DECODING NARRATIVES IN SPECIALIZED NATIONAL LITERATURE. Rio de Janeiro, 2021. Master Thesis (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The current problem of unrestricted exploitation of natural resources and degradation of mega biodiversity is the result of the lack of commitment of human beings to nature. However, in this context, traditional peoples and populations are identified, who through their traditional practices of exploitation of natural resources, have contributed to the conservation of biodiversity and strengthened their connection with nature. Among them are the artisanal fishermen who live along the Brazilian coast and who, through artisanal fishing, have contributed to safeguarding marine biodiversity and minimising the negative impacts generated by the current model of economic development, based on unbridled exploitation, profit, utilitarianism and the marginalisation of less privileged groups. This is what happens with the fishing communities of the Arraial do Cabo Marine Extractive Reserve (Rio de Janeiro/Brazil). Through this brief theoretical approach, this dissertation assumes that the figure of the artisanal fisherman is fundamental to the socioeconomic development of coastal communities, while contributing to environmental conservation through their traditional and sustainable practices. In this way, the methodological approach adopted in this research involved a qualitative analysis approach; the realization of bibliographic research focused on the decoding of the themes pertinent to artisanal

fishermen of the RESEX-MAR of Arraial do Cabo, between the period 1997 and 2020. From the data obtained in specialized national literature, it was possible to interpret that there are numerous challenges faced by artisanal fishermen of this RESEX-MAR, as a direct result of socio-environmental and territorial conflicts resulting from the implementation of large projects that modify the landscape, increase real estate speculation in the area, and the competitiveness that occurs due to the industrialization of large-scale fishing.

Keywords: Artisanal fishermen. Artisanal fisheries. Arraial do Cabo Extractive Marine Reserve.

Sumário

1.0 INTRODUZINDO O TEMA	7
2.0 PERCURSO METODOLÓGICO	11
a) Pesquisa Bibliográfica	11
b) Pesquisa Documental	15
c) Sobre a sistematização e a análise das informações obtidas	18
3.0 O POLISSÊMICO CONCEITO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS	21
4.0 PESCADORES ARTESANAIS: CONTEXTUALIZANDO O FOCO DA PESQUISA	29
5.0 OS PESCADORES ARTESANAIS E A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE ARRAIAL DO CABO/RJ	43
5.1 Conceito e histórico das Reservas Extrativistas no Brasil	43
5.2 O panorama das Reservas Extrativistas Marinhas no Brasil	47
5.3 Caracterização socioambiental e dos pescadores artesanais da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo	52
6.0 DECODIFICANDO AS NARRATIVAS SOBRE OS PESCADORES ARTESANAIS DA RESEX DE ARRAIAL DO CABO NA LITERATURA ESPECIALIZADA NACIONAL	62
6.1 Categoria da Pesca Comunitária Sustentável	63
6.2 Categoria dos Conflitos Socioambientais e Territoriais	68
6.3 Categoria de Gestão Pesqueira Tradicional	72
7.0 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	78
8.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
APÊNDICE	115

1.0 INTRODUZINDO O TEMA

O debate sobre as questões ambientais vem assumindo um espaço central na reflexão sobre os riscos de sobrevivência da espécie humana, representando um dos mais intrigantes, e potencialmente trágicos desafios a serem enfrentados pela humanidade no século XXI — principalmente, em meio a um contexto de crises simultâneas e múltiplas, agravado por um cenário de incertezas causado pela *Pandemia de COVID-19*.

Segundo Ruscheinsky (2002), as mudanças comportamentais necessárias para ressignificar a vida no planeta ocorre, na atualidade, como resultado de uma crise ecológica, impactada diretamente e indiretamente pelo modelo de desenvolvimento capitalista que contribui para a configuração de uma “sociedade do desperdício” que, conforme argumenta Packard (1965), tem como principal ideia a superioridade humana sobre a natureza.

Consequentemente, numa sociedade orientada por esse paradigma, a pressão exercida sobre os bens naturais impacta, negativamente, a dinâmica planetária; ampliando as desigualdades sociais, em função da exploração desordenada do patrimônio natural e cultural (IRVING; OLIVEIRA, 2012). Essa dinâmica afeta, diretamente, as populações tradicionais, que vivem em conexão com o ambiente natural, em sua busca por seus direitos.

Este contexto conflitivo, que se expressa de maneira evidente no caso das áreas protegidas, afeta a prática ancestral daqueles que são os conhecedores da natureza: os pajés ou xamãs, as rezadeiras, as benzedadeiras, as manipuladoras de raízes e os modos de vida de povos e populações tradicionais, dentre os quais os pescadores artesanais, foco prioritário desta pesquisa.

Nesse caso, seus conhecimentos ancestrais, inclusive aqueles dirigidos à pesca tradicional, importantes vias para a compreensão de suas dinâmicas devendo, portanto, ser preservados e salvaguardados, de modo a evitar, assim, o que Sousa Santos (2007) denomina como “epistemicídio”, ou seja, a “morte” de conhecimentos alternativos em detrimento do saber científico.

No sentido de dar visibilidade a esse debate, algumas universidades brasileiras, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal de Roraima (UFRR), a Universidade Federal de Minas

Gerais (UFMG), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), dentre outras, têm organizado eventos acadêmicos para promover o diálogo entre os saberes da ciência e os conhecimentos tradicionais, envolvendo, fundamentalmente, as populações pesqueiras neste processo.

Esse processo de sistematização e valorização dos conhecimentos tradicionais vêm resultando também em pesquisas científicas e, conseqüentemente, em publicações em âmbito local e nacional (CRUZ, 2019). Este contexto inspirou a seguinte questão que motiva a presente dissertação: como a produção acadêmica nacional tematiza e aborda os pescadores artesanais na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo?

Dessa forma, o objetivo desta dissertação é analisar a produção acadêmica nacional sobre os pescadores artesanais da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, no período de 1997 a 2020.

A metodologia empregada se baseou em uma abordagem qualitativa, a partir do levantamento e análise do material bibliográfico sobre o tema em bases de dados digitais, complementado pela pesquisa do arcabouço legal relevante e das informações disponíveis em sites públicos oficiais disponibilizados na Internet.

O que inspirou a pesquisa foi a trajetória da minha própria família, em especial de minha avó, que viveu parte de sua vida em embarcações entre os rios Negro, Amazonas e Branco, nos estados de Roraima, Amazonas e Pará. Foi graças a ela e aos seus relatos sobre suas vivências e de familiares que surgiu a inspiração para buscar compreender melhor a realidade dos pescadores artesanais, seus dilemas, suas memórias e seu elo com a natureza. Esse contexto de histórico-familiar serviu, portanto, como inspiração para a pesquisa desenvolvida sobre os pescadores artesanais da Reserva Extrativista (RESEX)¹ Marinha de Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro.

¹ Historicamente, por conta da história de luta dos seringueiros do Acre, as Reservas Extrativistas surgem, institucionalmente, entre as décadas de 1980 e 1990, tendo como finalidade simultânea a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais juntamente com a regularização dos espaços ocupados historicamente pelas populações tradicionais. Posteriormente, foi concebido pelo SNUC, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) enquanto área de proteção especial onde habitam as populações tradicionais que exploram os recursos naturais através de sistemas sustentáveis passados de uma geração à outra, sendo seu manejo adaptado à natureza (CUNHA, 1992).

Da mesma forma, a experiência no curso de Bacharelado em Direito² possibilitou a investigação jurídica sobre povos e populações tradicionais, como indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais

Assim, esse percurso pessoal representou uma imersão ao universo da pesca que não se limita apenas às técnicas tradicionais pesqueiras, mas que se associa ao imaginário do pescador que tem o rio como meio de subsistência e como parte central de seu *modus vivendi*. Por essa razão, a experiência universitária acumulada desde a minha primeira graduação vem contribuindo como incentivo para a retomada da pesquisa sobre os pescadores artesanais no contexto deste mestrado. Para tanto, se partiu também do resgate de leituras que abordam a temática das populações tradicionais³; em especial, aquelas relacionadas aos pescadores artesanais da região do Rio Branco (Roraima).

Da mesma maneira, a compreensão de alguns temas tangenciais como os conflitos entre as populações tradicionais e as instituições públicas de competência na área ambiental permitiu avançar no debate sobre o Direito Ambiental, área de interesse a partir do curso universitário. O contexto descrito ampliou, portanto, a motivação para a pesquisa sobre os pescadores artesanais da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Arraial do Cabo/RJ.

Também é importante mencionar que a participação como monitor voluntário no Observatório de Histórias, Culturas, Artes e Literaturas Indígenas (OHCALI, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca [CEFET/RJ]), iniciada em 2017, oportunizou o meu envolvimento em alguns projetos de pesquisa e extensão, dentre eles, “*A importância da oralidade como salvaguarda da cultura artesanal e pesqueira da comunidade caiçara da praia Pouso do Cajaíba, Reserva Ecológica da Juatinga – Município de Paratí*”⁴.

² Graduação cursada, de 2012 a 2016, na Faculdade Cathedral, Campus Boa Vista, no estado de Roraima.

³ Cunha e Almeida (2001) definem que a terminologia “populações tradicionais” constitui um conceito ainda em construção, embora retrate a realidade dos povos denominados como extrativistas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, pescadores artesanais, varzeiros, faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, pomeranos, ciganos, geraizeiros, vazanteiros, piaçabeiros e pantaneiros.

⁴ Projeto desenvolvido pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), Campus Maracanã, sob a coordenação do professor Nadson Nei da Silva de Souza, docente e coordenador do Observatório de Histórias, Culturas Artes e Literaturas Indígenas (OHCALI) e do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), com o auxílio dos estudantes de Ensino Médio da instituição. Atualmente, o projeto continua em andamento a pedido da própria comunidade pesqueira. (Nota do autor).

Outrossim, após o ingresso no mestrado, também a inserção regular nos grupos de pesquisa *Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade* (GAPIS) e *Núcleo SINERGIA: Subjetividades, Turismo, Natureza e Cultura* — ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) — contribuiu significativamente para uma reflexão ainda mais aprofundada sobre o tema em foco nesta dissertação.

Assim, a dissertação se insere na linha de pesquisa *Ecologia Social, Comunidades e Sustentabilidade* do *Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social* (EICOS). Espera-se, com essa pesquisa, contribuir para a ampliação de conhecimento sobre a realidade dos pescadores artesanais no contexto de uma unidade de conservação costeira do país, a partir da interpretação das narrativas da literatura nacional especializada sobre o tema.

2.0 PERCURSO METODOLÓGICO

O objetivo desta dissertação é analisar, qualitativamente, a produção acadêmica nacional sobre os pescadores artesanais da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, no período de 1997 (ano da criação da RESEX-MAR AC) a 2020 (ano final desse levantamento). Essa RESEX foi selecionada para esta análise por ter sido a primeira Reserva Extrativista Marinha definida por meio de um decreto federal, bem como por existir nela um contingente registrado de pescadores artesanais e por ela ser uma das poucas a já ter um Plano de Manejo (PM, 2020) em vigor no país. Além disso, ela está inserida na Região Turística da Costa do Sol, emblemática tanto em termos referentes ao contexto de Turismo quanto ao contexto nacional pelos embates e interesses conflitantes que a envolvem.

No tocante à pesquisa qualitativa, Minayo (1996) comenta que, nesse tipo de abordagem, recomenda-se não quantificar ou realizar a análise de números e gráficos, mas sim, reconhecer a complexidade do objeto de pesquisa, revisar as teorias do assunto de forma crítica e estabelecer conceitos e teorias relacionadas. A interpretação das informações obtidas constitui uma etapa metodológica essencial no processo de análise das categorias (BARDIN, 2016). Nesta direção, Vain (2012) discute que essa fase “declara, concebe, ordena, explica e, também, expressa a realidade de acordo com o ponto de vista pessoal” (VAIN, 2012, p. 39).

Considerando a proposta da presente pesquisa, optou-se por desenvolver as seguintes etapas metodológicas na dissertação:

a) Pesquisa Bibliográfica

Segundo Gil (2008), por meio do levantamento bibliográfico é possível coletar e analisar informações presentes em materiais elaborados previamente (em geral, livros e artigos científicos). Outros autores, como Vasconcelos (2002), afirmam que ao utilizar a pesquisa bibliográfica, ou fontes bibliográficas, o pesquisador tem a possibilidade de realizar a análise desse arcabouço, comparando dados e resultados.

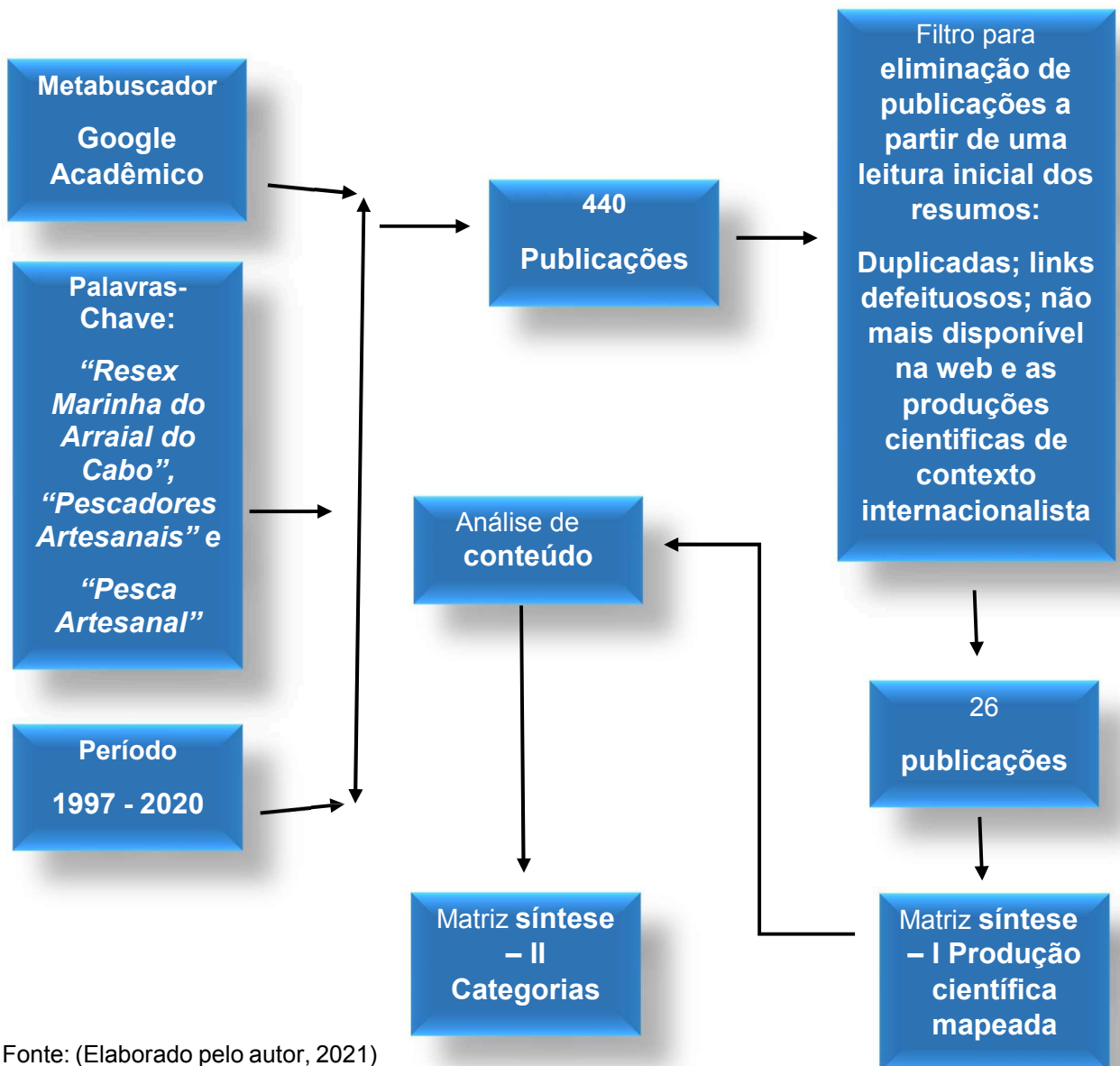
Dessa forma, alguns autores, como Martins e Theóphilo (2016), relatam que a pesquisa bibliográfica faz parte de um caminho metodológico a ser percorrido pelo pesquisador para fins de atender ao problema e aos objetivos da investigação, ou seja, seria parte da própria pesquisa científica. Assim, segundo os autores:

Uma pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um assunto, tema ou problema com base em referências publicadas em livros, periódicos, revistas, enciclopédias, dicionários, jornais, sites, CDs, anais de congressos etc. Busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema. A pesquisa bibliográfica é um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte indispensável de qualquer trabalho científico, visando à construção da plataforma teórica do estudo (MARTINS; THEÓPHILO, 2016, p. 52).

Considerando as observações de Martins e Theóphilo (2016), no caso desta investigação, a pesquisa bibliográfica envolveu uma investigação por meio do metabuscador *Google Acadêmico*⁵, contemplando publicações indexadas nessa ferramenta de busca referentes ao período de 1997 a 2020. Para tal, foram utilizadas as terminologias chave de busca, em português, “Resex Marinha do Arraial do Cabo”, “pesca artesanal” e “pescadores artesanais”. Essa etapa metodológica encontra-se, a seguir, ilustrada na Figura 1:

⁵ Ver site: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>

Figura 1 – Ilustração do fluxograma da pesquisa bibliográfica



A pesquisa bibliográfica foi processada através do metabuscador *Google Acadêmico*, considerando, para tal, o período de 1997 a 2020 (um total de 24 anos), utilizando as palavras-chave de busca mencionadas anteriormente. Dessa forma, chegou-se ao resultado de aproximadamente 440 (quatrocentos e quarenta) produções científicas. Em seguida, foi realizado um primeiro exercício com o objetivo de sistematizar esse resultado a partir dos seguintes critérios: a) desconsiderar publicações duplicadas; b) com links de redirecionamento defeituosos; e c) as que não estivessem mais disponibilizadas para acesso em versão Web.

Da mesma forma, não foram consideradas para esta pesquisa todas as produções científicas que abordassem áreas protegidas em outros países ou que citassem, apenas pontualmente, a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. Por intermédio desse filtro, em um segundo momento, foram sistematizadas 26 (vinte e seis) publicações, presentes na literatura nacional no período entre 1997 e 2020, que orientaram a construção de uma Matriz-Síntese da produção científica sobre os pescadores artesanais da RESEX Marinha de Arraial do Cabo no Estado Rio de Janeiro.

Por sua vez, a decisão de restringir a pesquisa bibliográfica ao conteúdo disponibilizado pelo *Google Acadêmico* — enquanto único mecanismo metabuscador escolhido para filtrar as publicações acadêmicas selecionadas para articular o diálogo analítico-científico, de carácter argumentativo-interpretativo, desenvolvido nesta dissertação —, ocorreu por essa ferramenta se tratar, essencialmente, de uma plataforma generalista, que conta com uma base abrangente de publicações nacionais e internacionais relevantes, gratuitas e de fácil acesso; assim como por, em tese, se tratar de uma plataforma cujo mecanismo interativo seria mais fácil de ser conhecido e utilizado por pessoas leigas e/ou de fora do ambiente acadêmico (CIRIACO, 2015).

Essa ferramenta oferece também alguns recursos específicos que visam facilitar, conjunturalmente, o processo de pesquisa (como as categorias “Minhas citações” e “Minha biblioteca”, que permitem ao usuário reunir e organizar os conteúdos de seu interesse), além de ser mais precisa no que tange à busca de referências bibliográficas para a produção de trabalhos acadêmicos — como dissertações, monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso, entre outros (CIRIACO, 2015; LOUBAK, 2019).

Assim, obedecendo ao recorte metodológico de pesquisa descrito acima, obteve-se 26 publicações provenientes da busca realizada, distribuídas entre artigos publicados em periódicos e capítulos de livros. A sistematização desses registros encontra-se detalhadamente arrolada na Matriz-Síntese da produção acadêmica mapeada (Quadro 6) — que foi construída a partir da listagem dos títulos e os respectivos resumos de cada publicação, de modo a descrever e, posteriormente, analisar o conteúdo nelas disposto de acordo com os pressupostos metodológicos referente à Análise de Conteúdo bardaniana —; conforme pode ser observado no Quadro 5, que se encontra no Capítulo 6 desta dissertação.

É importante mencionar, ainda, que, com relação, especificamente, às publicações acadêmico-científicas especializadas produzidas nacionalmente, as quais foram registradas na forma desta Matriz-Síntese, das 26 publicações científicas obtidas para mapeamento: 3 (três) delas foram publicadas em Língua Inglesa, sendo um capítulo de livro e dois artigos presentes em periódicos, e as 23 (vinte e três) restantes, foram publicadas em Língua Portuguesa, em periódicos nacionais; 24 (vinte e quatro) apresentam a categoria “Pesca Comunitária Sustentável”; 21 (vinte e uma) apresentam a categoria “Conflitos Socioambientais e Territoriais”; e 19 (dezenove) apresentam a categoria “Gestão Pesqueira Tradicional”⁶. Cabe ressaltar também que, no que tange ao constam desse universo de 26 (vinte e seis) publicações científicas reunidas para análise: 2 (duas) teses; 2 (duas) dissertações; 17 (dezesete) artigos científicos; 3 (três) livros; 1 (um) projeto acadêmico; e 1 (um) relatório técnico.

b) Pesquisa Documental

A pesquisa documental contribuiu para a construção de conhecimento sobre o tema da investigação. Para a análise do contexto da pesquisa, os documentos oficiais são fundamentais para se compreender o contexto, dentro da realidade brasileira, na qual se inserem a criação e a relevância da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. Além disso, tais documentos contribuem para subsidiar novas alternativas possíveis para interpretar as diversas facetas envolvidas nos fenômenos existentes nessa localidade e estudados nesta dissertação (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Enquanto Flick (2009) define a pesquisa documental como um percurso que tem como base metodológica métodos e técnicas para a sistematização, a apreensão, a compreensão e a análise de quaisquer documentos originais, Helder (2006) complementa esse argumento quando comenta que a pesquisa documental tem como base fundamental os documentos originais analisados para fins de investigação.

Desta forma, a pesquisa documental nesta investigação consistiu de um levantamento sobre as informações disponíveis relacionadas à Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Arraial do Cabo e às informações existentes sobre os

⁶ Cabe ressaltar que o termo Manejo, da maneira que é empregado nesta dissertação, se relaciona tanto com as especificidades técnicas da arte envolvida no processo da pesca artesanal quanto, em determinados momentos do texto, com as dinâmicas referentes aos processos de gestão desenvolvidos em Arraial do Cabo.

pescadores artesanais que vivem no seu entorno (e aos direitos que lhes são resguardados, enquanto População Tradicional, pelo ordenamento jurídico brasileiro).

Os documentos orientadores da análise proposta, que concernem ao arcabouço legal, estão elencados no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1. Matriz-Síntese dos documentos orientadores das políticas públicas sobre as Populações Tradicionais

Documento	Síntese
Constituição da República Federativa do Brasil CF/1988	Historicamente a Carta Magna de 1988, conceitualmente era interpretada na construção do conceito de povos e comunidades tradicionais, a partir de elementos culturais dos índios e quilombolas, entretanto, esse conceito se estendeu a todo grupo caracterizado como tradicional, assegurando seus direitos e deveres (BRASIL, 1988).
Lei 9.985/2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC	Essa lei em seu âmbito normativo, no seu período de vigência, tinha como objetivo, conceituar e definir os povos e comunidades tradicionais que viviam em áreas de reservas extrativistas, tomando em conta o período que as gerações ocupavam o território, caracterizando um vínculo com meio natural (BRASIL, 2000). Obs.: Alguns artigos dessa legislação foram vetados.
Lei nº 11.428/2006	Através dessa legislação, é possível identificar a importância dada à indissociabilidade entre natureza e sociedade, ou seja, das populações tradicionais, especialmente dos pescadores com o ambiente natural. Essa premissa contribui para o conceito de populações tradicionais conforme é possível observar no documento (BRASIL, 2006).
Decreto Federal nº. 6.040/2007	Este Decreto Federal, conceitua os povos e populações tradicionais no Brasil, reconhecendo-os em sua diversidade socioambiental, econômica e cultural, sejam eles vivendo em áreas protegidas, rurais e urbanas (BRASIL, 2007).
Decreto Lei nº 8.750/2016	Este decreto vem para promover, em tese, o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, fortalecendo e garantindo os direitos e deveres destes grupos sociais, inclusive os de natureza territorial, socioambiental, econômica, cultural, e seus usos, costumes, conhecimentos tradicionais, ancestrais, saberes e fazeres, suas formas de organização e suas instituições. Além disso, institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme observa-se neste documento (BRASIL, 2016).

Fonte: (Elaborado pelo autor, 2021).

Na sequência, o Quadro 2 sintetiza as principais políticas públicas mapeadas sobre a pesca, conforme se observa a seguir:

Quadro 2. Matriz-Síntese dos documentos orientadores das políticas públicas sobre os Pescadores Artesanais

Documento	Síntese
Decreto-Lei Nº 221/1967	Essa legislação dispõe da proteção e dos estímulos à pesca e dá outras providências. É uma das disposições mais importantes, pois a mesma ressalta as responsabilidades dos pescadores através do exercício dos direitos e deveres e reconhece esse grupo social em específico no exercício anual de sua prática, ou seja, a pesca (BRASIL, 1967).
Constituição da República Federativa do Brasil (CF/1988)	Historicamente a Carta Magna de 1988, conceitualmente era interpretada na construção do conceito de povos e comunidades tradicionais, a partir de elementos culturais dos índios e quilombolas, entretanto, esse conceito se estendeu a todo grupo caracterizado como tradicional, assegurando seus direitos e deveres (BRASIL, 1988).
Portaria nº 145-N/1998 – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)	Essa portaria, que tem como objetivo legalizar a pesca, reforça também os direitos e deveres das populações pesqueiras no exercício de sua profissão, fundamentalmente no período da pesca autorizada (IBAMA, 1998).
Lei nº 10.779/2003	Esta legislação garante o seguro desemprego como benefício para assegurar a sobrevivência do pescador no período de defeso (BRASIL, 2003).
Lei nº 11.699/2008	Esta Lei trata da organização dos pescadores de forma institucional, ou seja, a partir da criação de Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores; objetivando, assim, a garantia e a defesa dos direitos da classe (BRASIL, 2008).
Lei nº 11.959/2009	Política Pública de Pesca e Aquicultura compreendida como o marco inicial para o incentivo do setor aquícola no país e para a regularização da pesca enquanto atividade pesqueira. Dispõe sobre o regulamento das atividades pesqueiras e revoga a <i>Lei nº 7.679</i> , de 23 de novembro de 1988, que dispunha sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução (BRASIL, 2009).
Decreto nº 7.024/2009	Dispõe sobre a salubridade pesqueira e aquícola. Para isso, o Ministério da Pesca e Aquicultura disponibilizou várias ações para garantia da saúde dos ecossistemas aquáticos em processo de

	cultivo. Além disso, ações para fiscalização e monitoramento dos recursos pesqueiros (BRASIL, 2009).
Lei nº 12.068/2009	Lei que institui o dia 29 de junho como o Dia do Pescador Amador (BRASIL, 2009).
Decreto nº 8.424/2015	Decreto, aprovado em 31 de março de 2015, que dispõe sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e para a concessão de licença de pesca (BRASIL, 2015).
Projeto de Lei 131/2020	Garante a ocupação do território àquelas comunidades pesqueiras tradicionais, assegurando que estes povos sejam consultados previamente sobre planos e decisões que impactem seu território, incluindo nesse entendimento as partes terrestre e aquática dele (BRASIL, 2020).

Fonte: (Elaborado pelo autor, 2021).

Ademais dos documentos listados anteriormente, a pesquisa envolveu o levantamento dos dispositivos legais especificamente dirigidos aos pescadores artesanais da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, a destacar: o *Decreto s/nº. de 3 de janeiro de 1997*, que dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, no município de Arraial do Cabo, no Estado do Rio de Janeiro, e determina outras providências relativas a esse processo; a *Portaria nº 923*, de 8 de setembro de 2020, que institui o Programa de Integridade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), chamado de “*Programa Integra+*” (Processo SEI nº. 02070.011192/2018-19); e a *Portaria nº 963*, de 25 de setembro de 2020, que aprova o *Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo*, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 02070.000042/2009-99).

c) Sobre a sistematização e a análise das informações obtidas

Após o levantamento bibliográfico e documental foi iniciada a fase de sistematização e análise das informações obtidas. As narrativas encontradas na literatura especializada sobre o tema foram estudadas, a partir da adaptação do método da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), uma vez que, conforme Minayo (2007), a “[...] análise de conteúdo permite caminhar na descoberta do que está por

trás dos conteúdos manifestos” (LIMA, 2019, p. 59). Neste sentido, este método de análise que inspira a investigação possibilita interpretar profundamente o tema da pesquisa.

Ainda por este método de análise, os pesquisadores procuram compreender as acepções ou significados no contexto dos argumentos mapeados na literatura, no entanto, buscam ir além da descrição do conteúdo propriamente dito, para atingir uma interpretação ou essência mais profunda dos temas abordados na pesquisa, permitindo uma categorização, conforme explica Minayo (2007).

Complementando os argumentos da autora, Bardin (2011) explica que este método constitui:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência (p. 15).

Neste caso, a inferência para interpretar uma narrativa, sustenta-se nos três principais elementos da comunicação, ou seja, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal, o emissor e o receptor. Tais elementos complementam os instrumentos da análise de conteúdo (BARDIN, 1977).

Para a aplicação da Análise de Conteúdo alguns requisitos devem ser cumpridos inicialmente — pertencentes ao escopo das etapas conceituadas e metodologicamente descritas por Bardin (2011) como *pré-fase* e *primeira fase* —, incluindo, assim, ações que devem ser executadas de forma sequencial, como: a) elencar e selecionar as publicações pesquisadas no recorte temporal previamente estabelecido (que, no caso desta dissertação, compreendeu o período entre 1997 e o final de 2020); b) efetuar uma leitura preliminar dos resumos dessas publicações; c) efetivar a leitura na íntegra das publicações mapeadas a partir da metodologia proposta (leitura que foi realizada nesta dissertação também visando o objetivo de mapear as narrativas observáveis na produção científica nacional); e d) realizar uma leitura, ainda que breve (caso assim o pesquisador julgue necessário), dos documentos oficiais discutidos na literatura especializada para complementar a discussão proposta.

Por sua vez, e ainda de acordo com Bardin (2011), a *segunda fase* contemplou efetivamente a codificação do material analisado na fase anterior. Foi

realizado, deste modo, o delineamento ou recorte das narrativas da literatura especializada sobre o tema desta pesquisa, de modo a permitir uma categorização, *a posteriori*, para fins de análise da bibliografia selecionada. Sendo assim, para fins de contribuir e inspirar a interpretação das narrativas dos pescadores artesanais de Arraial do Cabo, essas categorias terão as seguintes características, observadas no Quadro 3:

Quadro 3. Matriz sobre a caracterização das categorias

CATEGORIA	CARACTERIZAÇÃO
Pesca Comunitária Sustentável	Entende-se a referida categoria a partir dos elementos culturais que caracterizam a tradição da pesca comunitária sustentável, o que tem contribuído para a manutenção da atividade entre gerações, ratificando a permanência e envolvimento das famílias na garantia de um orçamento familiar básico. Porém, para garantir esse meio fundamental de renda e alimentação, é necessário contar também com a organização da comunidade de pescadores, quanto à conservação da biodiversidade marinha na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ.
Conflitos Socioambientais e Territoriais	Conflitos socioambientais enfrentados cotidianamente pelos pescadores artesanais por buscarem um modo diferenciado de uso e ocupação dos territórios. Dessa forma, os conflitos representam um campo de luta, tensão, de concorrência, disputa e embate (material e/ou simbólico) e o enfrentamento não pode ser uma posição olvidada, ignorada, invisibilizada ou mesmo, banalizada na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ.
Gestão Pesqueira Tradicional	Uma percepção estratégica quando protagoniza o olhar das comunidades de pescadores na conexão com outros atores institucionais e governamentais. Esse deslocamento de poder (institucional para o comunitário) no processo de gestão constitui uma forte alternativa para manejar recursos sob condições paradoxais, complexas, de múltiplos interesses e situações desequilibradas de poder. Esta característica da gestão torna um arranjo mais forte para lidar com sistemas complexos de múltiplos usuários da RESEXMAR de Arraial do Cabo.

Fonte: (Elaborado pelo autor, 2022).

Como é possível observar no Quadro 3, a caracterização das categorias constituiu um caminho inspirador para os desdobramentos da pesquisa, não somente

para interpretação, mas também na análise dos conteúdos encontrados nas narrativas sobre os pescadores artesanais, conforme os capítulos 3 e 4 a seguir.

3.0 O POLISSÊMICO CONCEITO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Nas últimas duas décadas, a compreensão de “*povo brasileiro*”, enquanto sociedade homogênea, vem sendo gradualmente substituída pela noção plural do termo. Enfatiza-se, assim, a ideia de que há múltiplas realidades identitárias que compõem o coletivo da sociedade brasileira. Entende-se, portanto, que a realidade do objeto de pesquisa desta dissertação se insere no contexto de um país cuja diversidade cultural foi construída a partir da contribuição de vários povos. Um país que, além de possuir uma diversidade cultural singular, tem sua diversidade socioambiental reconhecida nacional e internacionalmente.

No entanto, são ainda inúmeros os desafios para o balizamento conceitual sobre populações tradicionais no Brasil. Isso porque, na promulgação da *Constituição Federal de 1988*, apenas os povos indígenas e quilombolas foram oficialmente reconhecidos como populações tradicionais. Entretanto, outros grupos humanos que mantêm os seus modos de vida fundamentados nas tradições de seus ancestrais e no saber da relação com a natureza reivindicam também o direito ao reconhecimento formal de suas multiculturalidades (e de seus territórios) como povos tradicionais.⁷

Desde a *Constituição Federal de 1988* (BRASIL, 1988), no entanto, esse tema da polissemia do termo “populações tradicionais” vem ocupando o debate nacional, isso porque muitos grupos tradicionais além dos indígenas e quilombolas compõem a história e a construção do imaginário do país. Entre esses povos podem ser mencionados os caiçaras, os ribeirinhos, os seringueiros, as quebradeiras de coco babaçu e os pescadores artesanais, dentre muitos outros.

Além da CF de 1988, o *Decreto nº. 6040/2007* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) esses grupos se caracterizam por sua organização social, bem como pela ocupação e pelo uso de suas terras e recursos naturais, de forma a manter suas culturas e tradições ancestrais, individual e coletivamente, no âmbito pessoal, religioso e econômico. (BRASIL, 2007)

⁷ Little (2002) argumenta que esse tema tem grande relevância do ponto de vista dos inúmeros conflitos socioambientais associados a eles.

Mas, *grosso modo*, os debates sobre o conceito de povos e comunidades tradicionais têm como ponto de partida os pressupostos da ciência antropológica. Nesse sentido, Aguiar (2013) entende as sociedades tradicionais como “[...] aquelas comunidades que vivem de economia de pequena escala, mantendo as tradições de seus saberes e fazeres, diferentemente das sociedades ocidentais industrializadas” (AGUIAR, 2013, p. 18). Por extensão, isso significa que não somente os indígenas e quilombolas possuem modos de vida baseados na tradição ancestral, mas também outros grupos — como os caiçaras, os ribeirinhos, os seringueiros, as quebradeiras de coco babaçu, os pescadores artesanais, dentre outros mencionados por Diegues e Arruda (2001) — que vivem e têm modos de vida orientados pela própria dinâmica da natureza.

Aguiar (2013) argumenta, ainda, que essas populações tradicionais têm seus *modus vivendi* caracterizados pela conexão quase onipresente com a natureza; contrastando diretamente com o estilo de vida da sociedade ocidental e pós-industrial global.

Nessa perspectiva, ao conceituar esses grupos sociais, diversos autores — considerados referências nesse debate — apontam que essas populações tradicionais vivem em harmonia com a natureza, desenvolvendo culturas de vasto conhecimento que ligam o seu modo de ser, agir e pensar às suas tradições culturais; o que, por sua vez, se reflete no uso e no manejo que fazem dos recursos naturais.

Essas populações tradicionais desenvolveram, historicamente, um outro tipo de relação com a natureza, em função de seus modos de vida terem grande dependência dos ciclos naturais — estando vinculados a um conhecimento profundo dos ciclos biológicos, bem como das tecnologias patrimoniais, simbologias e mitos; desenvolvendo, por vezes, até mesmo uma linguagem específica (DIEGUES, 1994).

O mesmo autor relaciona, ainda, essas populações tradicionais a um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, que não faz uso da força de trabalho assalariado. Nelas, os produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Pela perspectiva econômica, a dinâmica dessas populações se baseia no uso dos recursos naturais renováveis, na sua baixa densidade populacional e no limitado desenvolvimento tecnológico que fazem com que sua interferência no ambiente seja limitada (DIEGUES, 1996).

Nesta direção, outros autores discutem também o tema, dentre eles: Forline e Furtado (2002), Santilli (2005), Little (2002), Rigonato e Almeida (2003). Esses autores buscam identificar as nuances comuns a esses grupos sociais, inclusive, do ponto de vista da jurisprudência, considerando o valor atribuído à natureza, conforme aponta Gudynas (2014).

Considerando ainda o referencial teórico sobre o tema, Cunha e Almeida (2009) ressaltam que “[...] populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar uma identidade pública conservacionista [...]” e que, dentre as demais características de suas estruturas sociais particulares, possuem “[...] liderança local e traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados” (CUNHA; ALMEIDA, 2009, p. 300).

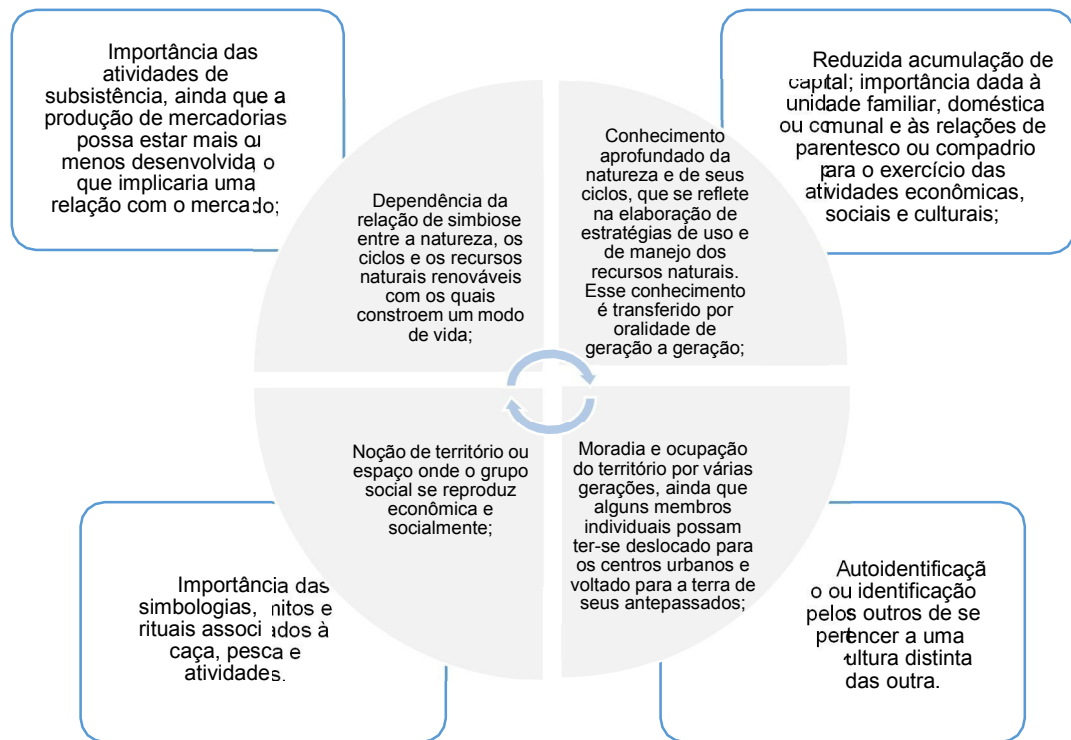
Diegues (1999) estabelece dois grupos de populações tradicionais: indígenas e não-indígenas, assegurando que a diferenciação entre ambos estaria *relativamente consolidada*, em termos conceituais, no Brasil. Segundo o autor, em relação aos indígenas, considera-se o caráter étnico daqueles povos, juntamente com suas tradições e dialetos, ou seja, elementos da etnicidade de “povos que guardam uma continuidade histórica e cultural desde antes da conquista europeia da América [...] claramente distintas da sociedade [atual] envolvente” (DIEGUES *et al.*, 1999, p. 16). Essa seria a distinção com relação às demais.

Essa percepção do indígena e do não-indígena é compartilhada por outros autores, como Benatti (2002), que argumenta existir uma diferença conceitual entre grupos indígenas, não-indígenas e camponeses; e que essa diferença conceitual seria baseada na autonomia na cultura indígena⁸ em relação aos demais grupos sociais não-indígenas.

Na literatura especializada, alguns teóricos das Ciências Sociais e Biológicas discutem, ainda, a importância de algumas práticas preservacionistas relacionadas ao patrimônio natural e cultural a partir dos saberes das populações tradicionais. Ademais, Diegues e Arruda (2001) definem as populações tradicionais a partir de algumas nuances na relação que esses povos mantêm com a natureza, conforme ilustrado na Figura 2, a seguir:

⁸Entende-se que a palavra “autonomia”, conforme utilizada na argumentação do autor, é empregada de forma a referir-se à tradição e à ancestralidade que caracteriza as culturas originárias (Nota do autor).

Figura 2: Caracterização das populações tradicionais a partir do sentido de conexão com a natureza, de acordo com Diegues e Arruda (2001)



Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de uma adaptação de Diegues (2001).

Diegues e Arruda (2001) mencionam, ainda, que “populações tradicionais” representa uma terminologia que envolve diversos grupos, como comunidades caiçaras, sitiantes e roceiros, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, grupos extrativistas, indígenas, dentre outras comunidades com formas distintas de se relacionar com o meio natural.

Complementando essa breve análise, ainda tendo como base a figura anterior, Diegues (2001) define os povos tradicionais através de sua organização social, conhecimentos e usos de tecnologias de baixo impacto. Ainda para esse autor, as populações tradicionais estão associadas a uma limitada acumulação de capital, envolvendo atividades econômicas de pequena escala, como agricultura, pesca, coleta, artesanato etc.

Forline e Furtado (2002) complementam esse argumento ao afirmarem que esse termo envolve uma:

[...] noção de simplicidade tecnológica, que remete a procedimentos e comportamentos em que as relações comunitárias tendem a se sobrepôr às societárias, nas quais a modernidade vai assumindo aos poucos o lugar de tendências mais tradicionais à medida em que escolhem seus substitutivos para suas tradições (FORLINE; FURTADO, 2002, p. 214).

Lima (2016), entretanto, considera ser a conceituação anterior extremamente ampla e complexa; podendo, nesse caso contemplar também os camponeses, os extrativistas, as demais populações tradicionais e mesmo outros grupos sociais, como moradores de algum bairro, de alguma região ou cidade (LIMA, 2016, p. 528).

Nesse sentido, Berkes (1999) defende que se deve priorizar o conhecimento ecológico tradicional dessas populações especificamente no caso brasileiro, o que abrange o conjunto de informações, interesses e valores da relação com o meio natural transmitido através da oralidade de geração em geração. Esse conhecimento, que tem como base o saber tradicional, tem sido objeto de investigação de muitos autores que têm o intuito de compreender o papel das populações tradicionais na conservação da biodiversidade.

Nesse debate, a *Constituição Federal de 1988 (CF/1988)* o conceito de povos e/ou populações tradicionais abrange somente os grupos constituídos pelos indígenas e quilombolas. Embora a Carta Magna brasileira constitua um marco para salvaguardar os direitos desses dois grupos, outros grupos foram negligenciados neste documento. Apesar dessa lacuna na *Constituição Federal de 1988*, ela inspira o resgate social e cultural desses povos e, além disso, reafirma os direitos universais de todos os brasileiros, sendo, por este motivo, designada como *Constituição Cidadã*.

Importante enfatizar que desde o ato da promulgação da *CF/1988*, o Estado brasileiro tem buscado estabelecer direitos e deveres dos povos e populações que vivem de suas tradições e ancestralidades. E no próprio Art. 231 da *Constituição* reconhece-se “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988). Assim, na *Constituição*, são reafirmados os direitos dos indígenas em relação às terras ancestrais que ocupam.

Cabe mencionar ainda que, no plano global, no que concerne ao contexto das ações que promovem a legitimação dos direitos indígenas, desde 1919, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) vem discutindo a situação desses povos que, até recentemente, representavam parte da força de trabalho de muitos domínios coloniais, assim como ocorreu no caso brasileiro.

A *Convenção nº. 169* da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ocorrida um ano após a promulgação da *Constituição Federal de 1988*, buscou reiterar a necessidade de garantir a preservação da sobrevivência dos sistemas de vida dos povos indígenas e tribais, consolidando a defesa da ativa e efetiva participação desses povos no planejamento e execução de projetos que lhes dizem respeito (OIT, 1989).

Essa Convenção foi adotada em 1989, durante a 76ª Conferência Internacional do Trabalho, sendo reconhecida como o primeiro instrumento jurídico internacional que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais no mundo. De acordo com o conteúdo expresso no documento, os povos reconhecidos como indígenas são aqueles que descendem daqueles que ocuparam a mesma região geográfica na época da conquista de seu território ou que sofreram com o período da colonização, conservando suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas (OIT, 1989).

Em seu Art. 2º, a *Convenção nº. 169* define, ainda, diretrizes que orientam os governos a protegerem os povos e as comunidades que possuam culturas e modos de vida com essas peculiaridades. Compreende, também, a proteção de territórios, de suas organizações, das tradições, de suas economias, de seus bens (materiais ou imateriais) e do meio natural onde residem. Nesse contexto, também se advoga a gestão dessas áreas a partir da inclusão destas populações nas decisões sobre os seus próprios territórios.

Desde essa Convenção, e graças a ela, têm sido observados avanços da legislação brasileira em relação ao reconhecimento dos povos e populações tradicionais como historicamente resgatado e discutido por Irving (2021). A autora argumenta que foi a partir da Constituição Federal de 1988 que os direitos das populações e dos povos tradicionais foram sendo discutidos e enquadrados nas políticas públicas nacionais. Resulta que Irving (2021) interpreta essa gradativa conquista das populações e povos tradicionais a partir de duas situações complexas: a primeira delas traz a discussão do termo desterritorialização desses grupos, ocorrida através da sobreposição de unidades de conservação e a ausência de políticas

públicas específicas. E, a segunda, oriunda do falso entendimento sobre a Amazônia, denominada até então como Região Selvagem e carente de desenvolvimento econômico, o que teve como consequência, uma interpretação equivocada em relação às políticas de natureza.

Ainda sobre esse movimento das políticas públicas nacionais, relacionadas à natureza e à cultura, um importante avanço a ser considerado neste debate é a publicação da *Lei 9.985/2000*, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (BRASIL, 2000), estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação no país (BRASIL, 2002). Originalmente, essa lei estabelecia em seu texto a definição do conceito de “populações tradicionais”. Entretanto a proposta (no inciso XV do Art. 2º) que definia “populações tradicionais” como aquelas “culturalmente distintas” vivendo há, no mínimo, três gerações em harmonia com determinado ecossistema, conservando-o, preservando-o, e subsistindo de forma sustentável foi vetada (BRASIL, 2000).

Apesar desse veto, Santilli (2005) reforça a importância da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e da problematização do socioambientalismo e do preservacionismo que ela promove, enfatizando serem essas nuances essenciais para interpretar e compreender alguns conceitos que foram incorporados posteriormente ao ordenamento jurídico brasileiro.

Nessa cronologia histórica, seis anos após a publicação do SNUC foi decretada e sancionada a *Lei nº 11.428/2006* (BRASIL, 2006), que dispõe sobre a utilização e a proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Dentre os objetivos dessa lei pode ser mencionado o de suprir a lacuna legislativa deixada pela Lei que instituiu o SNUC, passando a conceituar “população tradicional” como aquela “vivendo em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental” (BRASIL, 2006)⁹.

Em 2007, foi promulgada, também, a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais* (PNPCT), regida pelo *Decreto Federal nº. 6.040/2007* (BRASIL, 2007). A PNPCT não só conceitua populações tradicionais, mas também contempla em sua redação os princípios que reconhecem

⁹ No caso da atividade pesqueira, foco dessa dissertação, a referida lei corrobora o processo indissociável entre o pescador e o entorno natural, contribuindo para a salvaguarda da natureza e da cultura com base na pesca artesanal (BRASIL, 2006).

e asseguram a diversidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que compartilham os diferentes biomas e ecossistemas, sejam estes localizados em áreas rurais ou urbanas.

Em meio a tantas discussões sobre esse tema, a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Populações Tradicionais* foi constituída em um momento de urgência para o reconhecimento e para o processo de legitimação dos direitos desses povos contemplados pelo *Decreto Federal nº. 6.040*, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007). No Art. 3º, inciso I, deste documento os povos e as comunidades tradicionais são reconhecidos como grupos diferenciados em suas culturas e estruturas de organização social, ocupando territórios nos quais estabelecem uma relação intrinsecamente próxima com a natureza e podem manter suas culturas, religiosidades e ancestralidades a partir da oralidade. (BRASIL, 2007). No plano institucional, dando continuidade às políticas públicas mencionadas, o *Decreto-lei nº. 8.750/2016* institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2016).

Em tese, esse último Decreto-lei buscou promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, fortalecendo e garantindo os direitos e deveres destes grupos sociais — inclusive os de natureza territorial, socioambiental, econômica e cultural referentes ao uso da terra, aos costumes, aos conhecimentos tradicionais/ancestrais, aos saberes e fazeres, às suas formas de organização e às suas instituições.

O segundo parágrafo do Art. 4º do mesmo Decreto-lei menciona, expressamente, ainda, o reconhecimento de 29 categorias de comunidades tradicionais¹⁰ (BRASIL, 2016). Assim, é possível afirmar que as políticas públicas do país, pelo menos no plano das narrativas, vêm buscando balizar o conceito de populações tradicionais, assegurando seus direitos essenciais.

¹⁰ São eles: povos indígenas; comunidades quilombolas; povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; povos ciganos; pescadores artesanais; extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos; caiçaras; faxinalenses; benzedeiros; ilhéus; raizeiros; geraizeiros; caatingueiros; vazanteiros; veredeiros; apanhadores de flores sempre vivas; pantaneiros; morroquianos; povo pomerano; catadores de mangaba; quebradeiras de coco babaçu; retireiros do Araguaia; comunidades de fundos e fechos de pasto; ribeirinhos; cipozeiros; andirobeiros; caboclos; e a juventude de povos e comunidades tradicionais. (BRASIL, 2016).

Desta forma, outras populações, como a população dos pescadores artesanais, também estão incluídas no rol da categoria “populações tradicionais” brasileiras, grupo focal nesta pesquisa, como a profundidade no capítulo subsequente.

4.0 PESCADORES ARTESANAIS: CONTEXTUALIZANDO O FOCO DA PESQUISA

Segundo afirmou Qu Dongyu, Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), na 34ª sessão do Comitê de Pesca da FAO, “a pesca e a aquicultura¹¹ têm uma importância crítica para a segurança alimentar global, bem como para a recuperação da crise da [*Pandemia de*] COVID-19” (FAO, 2021, p. 01, grifo nosso). O representante da FAO destacou, ainda, que recentemente a *Pandemia de COVID-19* vem afetando os setores de pesca e aquicultura, alterando a demanda do consumidor, o acesso ao mercado e as questões logísticas relacionadas ao transporte e às restrições de fronteiras. Ele enfatizou também que a pesca e a aquicultura são fundamentais para a recuperação da economia mundial em meio à crise de COVID-19.

Dessa forma, na 34ª sessão do Comitê de Pesca da FAO (COFI, na sigla em inglês), realizada em 2021, ressaltou-se a potência da pesca e da aquicultura para a segurança alimentar enfatizando-se que os aquicultores de pequenos negócios precisam de apoio econômico, uma vez que cerca de 10% da população global depende diretamente do setor de pesca e da aquicultura para a sua subsistência.

Nessa ocasião destacou-se também que o relatório intitulado *O Estado da Pesca e da Aquicultura no Mundo* (SOFIA, na sigla em inglês), divulgado pela FAO em junho de 2020, já estimava um aumento aproximado de 204 milhões de toneladas no volume da produção total de peixes para o ano de 2030, um crescimento de 15% em relação a 2018. Efetivamente, segundo a FAO, nos últimos 50 anos a pesca/aquicultura foi o setor de produção de alimentos que mais cresceu no mundo, com uma taxa média de crescimento anual de 5,3% desde a virada do século (FAO, 2021, p. 01).

¹¹De acordo com o Art. 2º da Portaria nº 145-N do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), de 1998, a aquicultura consiste “[do] cultivo ou [da] criação de organismos cujo ciclo de vida se dá inteiramente em meio aquático”, com a exceção das espécies animais consideradas ornamentais. (BRASIL, 1998)

Ainda de acordo com a FAO (2018), no cenário mundial, aproximadamente 200 (duzentos) milhões de pessoas vivem da pesca artesanal e, dos 51 (cinquenta e um) milhões de pescadores oficialmente registrados até 2018, 50 (cinquenta) milhões estão engajados na pesca artesanal. Esses dados reafirmam o grau de relevância do manejo tradicional da pesca no contexto internacional.

Fundamentalmente, a pesca de pequena escala representa a metade da captura mundial de pescado, sendo que 85% da produção se destina ao consumo humano. Estima-se que até 2,9 bilhões de pessoas no mundo façam consumo de pescado como uma das principais fontes de proteína na alimentação (FAO, 2018).

No contexto latino-americano, especificamente, a pesca de pequena escala desempenha uma função de grande relevância para a segurança alimentar de diversas famílias e para a redução da pobreza efetiva das populações que dela fazem uso. Importante mencionar que, segundo a FAO (2018), o maior contingente populacional relativo de pescadores artesanais habita países em desenvolvimento, como no contexto dos países da América Latina.

Contudo, segundo O'Riordan (2007) essas comunidades enfrentam uma série de problemas relacionados à prática pesqueira, como: a) o excesso de exploração e a exaustão dos recursos naturais; b) a falta de fontes alternativas de emprego; c) o rápido crescimento da população e a migração de parte dela; d) a contaminação e a degradação ambiental; e e) os conflitos contínuos com grandes empresas da indústria da pesca. Este autor indica, assim, alguns dos embates que as populações de pescadores artesanais vêm protagonizando no cenário latino-americano, assinalando que esses conflitos fazem parte do cotidiano dessas populações.

Mas é imprescindível mencionar que a pesca de pequena escala representa uma modalidade que envolve uma cadeia produtiva de grande alcance. No Brasil, segundo dados oficiais do governo brasileiro, há cerca de 1,2 milhões de pescadores cadastrados no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), excluindo-se desse quantitativo o contingente daqueles que praticam a pesca, mas que não estão registrados nesse cadastro. Com base nesses dados, fica evidente que a cada 200 (duzentos) brasileiros, um é pescador (RARE, 2021).

Segundo dados da Organização para Preservação Ambiental *Rare* (uma organização não-governamental estadunidense que atua em diversas localidades de diferentes países do mundo), a maioria dos pescadores artesanais do Brasil está

localizada no Estado do Pará, onde mais de 224 mil são registrados, perfazendo um total de 25% dos pescadores distribuídos pelo país (RARE, 2021).

Considerando o contexto apresentado, Rigonato e Almeida (2003) abordam a questão da singularidade desses grupos, considerando, para tanto, o conhecimento tradicional e o convívio com a natureza como elementos que os caracterizam. Os autores, destacam, ainda, que esses dois componentes são essenciais para compreender esses grupos tradicionais.

Assim, muitos autores parecem sugerir que os pescadores artesanais podem ser interpretados e/ou analisados a partir de suas práticas sustentáveis, de seus conhecimentos sobre as técnicas e a arte da pesca, bem como das variedades de equipamentos utilizados para o desenvolvimento pesqueiro (LOTO, LOBÃO, SILVA, 2014; CALDASSO, VALLE, VINHA, 2012; DIEGUES; 2007).

Por outro lado, Jacobi (1999), propõe uma discussão sobre esses grupos a partir do seu protagonismo social; fundamentalmente, no que tange às ações relacionadas ao modo sustentável de realização da pesca artesanal, que tem como base a cultura pesqueira passada de geração em geração e a salvaguarda dessa tradição. Um exemplo dessa dinâmica de pesca artesanal está traduzido na Figura 3, a seguir.

Figura 3: Imagem ilustrativa da pesca artesanal no Brasil.



Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná (Mopear). Fonte: (GOURA, 2020)

Dessa forma, como anteriormente discutido, Diegues (1999), ressalta também a necessidade de valorização dessas culturas e tradições, por meio de ações que levem à melhoria das condições de vida dessas populações. O autor destaca, também, a importância dos saberes e conhecimentos tradicionais; assim como a necessidade de recuperá-los — para que a sociedade contemporânea possa se sensibilizar e compreender a perspectiva do outro, a partir de sua relação com o mundo natural.

Nesta direção, Melo *et al.* (2009) entendem o conceito de pescadores artesanais a partir das práticas que caracterizam os saberes e conhecimentos tradicionais, a exemplo da utilização e manejo de ervas naturais para a cura de doenças e enfermidades. Os autores comentam ainda que, embora as intermediárias desse processo de cura sejam as rezadeiras, os pescadores utilizam esse recurso para a recuperação da sua saúde em geral, reforçando a valorização e o respeito às práticas tradicionais em sua comunidade. Além disso, utilizam parte das plantas medicinais para a fabricação de diversos artefatos que ajudam no manejo da pesca artesanal; bem como retiram da restinga frutos diversos para a sua própria subsistência.

Nogueira (2005) define o pescador artesanal como aquele que utiliza ferramentas, técnicas e métodos de manejo adequados às condições ambientais, a exemplo das linhas de mão, espinhel, malhadeira e outros artifícios. O pescador artesanal desenvolve a atividade durante todo o ano, auxiliado por familiares e/ou companheiros, tendo como principais finalidades de sua atividade o consumo familiar e a geração de renda.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, para Loto (2013), essa atividade tem como base fundamental o conhecimento ancestral, que é ressignificado a partir da necessidade dos próprios pescadores artesanais. A ancestralidade, nesse debate, está na origem das tradições relacionadas à pesca, envolvendo os conhecimentos sobre a migração dos peixes, as mudanças climáticas e as fases da lua (que incidem sobre as marés), e o manejo sustentável dos recursos naturais; especialmente quando associado ao ecossistema marinho, conforme ilustra a Figura 4, a seguir.

Figura 4: Imagem ilustrativa do manejo da pesca artesanal no Brasil



Lagoa de Araruama/Iguaba Fonte: (MENEGUELLI, 2015)

Com base nessa discussão, Diegues (1996) reafirma que os pescadores artesanais manejam a pesca, primordialmente, para a sua própria sobrevivência. O manejo sustentável, destacado pelo autor, tem como base um conhecimento aprofundado dos ciclos naturais que se reflete na elaboração de estratégias para o uso da natureza; inclusive no que concerne aos sentidos de pertencimento e apropriação de um território de fronteira aquático-terrestre no qual a população pesqueira interage socialmente, economicamente e simbolicamente.

Little (2002), por sua vez, ao definir os pescadores artesanais, propõe uma leitura a partir de três elementos: o regime de propriedade comum; o sentido de pertencimento a um determinado lugar; e a relação histórica com o lugar na memória coletiva. Neste sentido, o autor propõe um conceito a partir de elementos identitários. Nesse contexto, a tradição é interpretada como um processo sociocultural e político. (BARRETO FILHO, 2006).

De acordo com esses autores, é possível interpretar os pescadores artesanais como aqueles que extraem da pesca o seu sustento, organizados a partir de um coletivo que se constrói com base na convivência com a natureza e no cuidado e cultivo das espécies animais, sejam elas aquáticas ou não.

Com base nessa relação entre o pescador e o meio natural, Pacheco (2012) destaca ser fundamental dar visibilidade às populações pesqueiras por meio das

ações que integram a prática da pesca. O autor chama a atenção para a necessidade de se oferecer, para estas populações tradicionais, apoio e assistência técnica para a realização da pesca artesanal.

Por outro lado, Vasconcellos, Diegues e Sales (2007) argumentam ser importante desconstruir a narrativa reducionista que define os pescadores artesanais como aqueles que necessitam ser contemplados em “programas de assistência social”, pois, aparentemente, isso implicaria na inferência de que a pesca somente não seria capaz de garantir a sobrevivência desse grupo.

Esses autores destacam, também, que as estatísticas constituem instrumentos relevantes para desmistificar esse enfoque e apontar para uma outra realidade: que, no tocante ao “volume de produção”, o número de desembarques nacionais da pesca artesanal, no ano de 2007, foi equivalente ou maior que o número da pesca empresarial/industrial. Esse dado ilustra a razão de serem tão necessárias políticas públicas que visem apoiar e direcionar a forma de manejo adequado a cada tipo de pesca, bem como a definição de diretrizes que contribuam para essa prática.

Para que melhor se possa entender esse argumento, Mead (1995) define as políticas públicas como um campo de pesquisa da política que estuda o governo nas análises de grandes questões públicas. Reforçando esse argumento, Lynn (1980) e Peters (1986) conceituam as políticas públicas como um conjunto de ações do governo que se destinam a produzir efeitos específicos; constituindo, assim, a soma das atividades dos governos que, agindo diretamente ou através de delegação, influenciam a vida dos cidadãos. Portanto, cabe ao Estado a implementação de políticas públicas por meio de ações e atividades pensadas e desenvolvidas, direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que objetivem assegurar os direitos dos pescadores artesanais.

Nessa perspectiva, uma das primeiras ações relacionadas à atividade pesqueira no Brasil foi o *Decreto-lei nº 221*, de 28 de fevereiro de 1967 (BRASIL, 1967), que prevê proteção e incentivos à pesca, dentre outras medidas. Este Decreto-lei é uma das mais importantes políticas públicas dirigidas às comunidades tradicionais pesqueiras, pois ele não só enfatiza as responsabilidades dos pescadores na execução dos seus direitos e deveres como também reconhece esse grupo social no exercício de sua prática (BRASIL, 1967). E esse reconhecimento, nos termos do Decreto-lei, é digno de destaque.

Entretanto, no plano das políticas públicas brasileiras, o principal marco jurídico deste debate é — incontestavelmente — a *CF/1988*, uma vez que ela permite o delineamento conceitual dirigido aos povos e comunidades tradicionais, a partir do reconhecimento de elementos culturais dos indígenas e quilombolas, sendo essa uma leitura que se estendeu a todos os demais grupos tradicionais posteriormente. A dinâmica estabelecida pela Constituição Brasileira induziu um movimento na direção de legislações gerais e específicas para os diferentes grupos sociais, em especial, para grupos tradicionais como os de pescadores artesanais, foco desta dissertação.

Além disso, em 29 de outubro de 1998, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) estabeleceu normas específicas que orientam os pescadores sobre os processos de introdução, reintrodução e transferência de peixes, crustáceos, moluscos e outros para fins de aquicultura (BRASIL, 1998). Assim, definindo as diretrizes para a pesca legal, o IBAMA instaurou normas para a atividade e dispôs sobre os direitos e deveres das populações pesqueiras; definindo, especificamente, o período de pesca, as proibições sobre a reintrodução de formas jovens de espécies animais nesse ambiente, além de outras orientações voltadas ao treinamento desses pescadores e a sua conscientização quanto a seus direitos (particularmente, no tocante às modalidades de pesca artesanal, industrial, submarina e de corrido¹²).

Entrementes, a *Lei nº. 10.779*, de 25 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003), dispôs sobre a concessão do benefício de seguro desemprego (ou “seguro defeso”) ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal durante o período de defeso¹³. Além disso, atribuiu ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a competência de assegurar o benefício, por meio da verificação da condição do assegurado (*Lei nº. 8.212*, de 24 de julho de 1991), incumbindo ao Ministério da Previdência Social e ao Ministério da Pesca e Aquicultura a responsabilidade de

¹² Essa modalidade de pescaria, mais comum na pescaria esportiva, exige que o barco permaneça em movimento com a intenção de fazer parecer que a isca está viva. O arraste deve ser feito em baixa velocidade e as varas devem ser mais curtas, reforçadas e estar equipadas com linhas grossas. Esse tipo de pesca prefere carretilhas em relação aos molinetes e também pode ser realizada com mais de uma linha simultânea. A distância do lançamento deve ser pensada para que as iscas fiquem em águas mais claras, facilitando a atração dos peixes. (CREMONESI, 2017, p .01)

¹³ Época do ano em que ficam proibidas ou controladas as atividades de caça, coleta e pesca esportiva ou comercial de determinada espécie que se encontra em um momento chave de seu ciclo reprodutivo na natureza, objetivando a preservação dessa espécie e o uso sustentável dos recursos naturais. (Nota do Autor)

garantir ao INSS o registro das atividades desenvolvidas pelos pescadores — requisito essencial para assegurar a prestação do benefício (BRASIL, 2003).

Por sua vez, o movimento pelos direitos e deveres dos pescadores artesanais esteve atrelado às associações ou colônias de pescadores, ainda que historicamente, a origem dessas colônias esteja vinculada ao Plano de Nacionalização da Pesca, implementado pela marinha no final do século XIX. Essa ação teve como intuito retomar o prestígio da Força Armada junto ao Estado brasileiro, principalmente por conta das revoltas populares (MARTINS FILHO, 2010). Entre elas, a mais importante, foi a Revolta da Armada (1891 e 1894) liderada por marinheiros que reivindicavam sua participação na república brasileira (1889 - aos dias atuais). Esses levantes haviam descredibilizado e tirado o prestígio da Marinha brasileira no contexto nacional.

Desde então, esse tipo de organização foi sendo contemplado no ordenamento jurídico brasileiro. Porém, somente em 13 de junho do ano de 2008, é que foi sancionada a *Lei n. 11.699* (BRASIL, 2008) que, em seu Art. 4º, dispõe sobre “Colônias, Federações e Confederação Nacional dos Pescadores”; assegurando o livre acesso aos trabalhadores no setor artesanal da pesca à organização de seu órgão de classe, buscando garantir, assim, a defesa dos direitos e interesses da categoria.

Além disso, essa Lei revoga o dispositivo do *Decreto-Lei nº 221*, de 28 de fevereiro de 1967. Ainda com relação à *Lei n 11.699/2008*, seu Art. 3º assegura os direitos dos pescadores enquanto populações pesqueiras regularizadas, com direito a autonomia e soberania quanto às decisões e representações da categoria (BRASIL, 2008).

Esse avanço identificado na *Lei n 11.699/2008* que tem contribuído para a autonomia do pescador, rompe com a tutela histórica que resultou da ação da marinha para controlar todo litoral brasileiro no final do século XIX.

Vale enfatizar também que, em 2009, a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca* (BRASIL, 2009) tornou-se um importante instrumento de apoio às comunidades tradicionais pesqueiras, pois nela se reafirmou os seus direitos e deveres, no que concerne a preservação da natureza e ao uso sustentável dos recursos naturais. Essa política pública foi estabelecida em 29 de junho de 2009 por meio da *Lei nº. 11.959*, que dispõe sobre o regulamento das

atividades pesqueiras e revoga a *Lei nº. 7.679/1988*, que dispunha sobre a proibição da pesca de determinadas espécies em períodos de reprodução (BRASIL, 1988).

Cabe destacar que a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca* se constitui como um instrumento fundamental para apoiar e fortalecer a prática de manejo sustentável da pesca, desenvolvida por muitos grupos tradicionais (BRASIL, 2009). Nesse mesmo documento ressalta-se, ainda, a importância dos recursos naturais pesqueiros administrados pelos pescadores, por meio de sua prática sustentável, para a salvaguarda da biodiversidade e da cultura pesqueira. Por outro lado, esse instrumento legal revoga os dispositivos do *Decreto-lei nº. 221*, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõem sobre a proteção e estímulos à pesca (BRASIL, 1967).

A *Lei nº. 11.959* por sua vez, institui, em seu Art. 1º, as diretrizes para a formulação, a coordenação e a execução da *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca*, estabelecendo a relação entre desenvolvimento sustentável, as atividades pesqueiras e as comunidades tradicionais nelas engajadas.

De certa forma, essa lei contribuiu para dar voz às populações pesqueiras, bem como para assegurar e normatizar as atividades da aquicultura e da pesca no Brasil. Além disso, ela dispõe, especificamente, sobre os diferentes casos da pesca comercial, na categoria industrial e artesanal, como enfatizado no inciso XXIV de seu Art. 27 (BRASIL, 2009).

Nesta direção, ainda em 2009, foi aprovado o *Decreto nº. 7.024* (BRASIL, 2009) que, dispendo sobre a qualidade da atividade pesqueira e aquícola e sobre os requisitos para a sua execução, propôs várias ações através do Ministério da Pesca e Aquicultura, objetivando a saúde de organismos aquáticos sob cultivo.

Cabe ressaltar ainda que, segundo esse Decreto, o Ministério da Pesca e Aquicultura tem a competência do gerenciamento e autonomia para firmar acordos de cooperação técnica (para o desenvolvimento da pesca por meio da transferência e absorção de conhecimentos técnicos), sendo esse modelo um caminho relativamente para respaldar, de forma legal, a categoria de pescadores no Brasil. Assim, o Estado brasileiro, com o intuito de ampliar a visibilidade aos pescadores artesanais, sancionou, em 29 de outubro de 2009, a *Lei nº 12.068* que instituiu o dia 29 de junho como o *Dia do Pescador* (BRASIL, 2009).

E, nessa cronologia histórica, em 31 de março de 2015, foi sancionado o *Decreto nº 8.424*, que dispõe sobre os critérios para inscrição no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e para a concessão de licença de pesca (BRASIL, 2015). Mas, além desse Decreto, o *Projeto de Lei 131/2020* trouxe para o cenário da pesca grandes conquistas, assegurando às populações pesqueiras direitos e deveres que garantem que elas possam desenvolver a pesca artesanal no seu cotidiano, em seus territórios. Além disso, assegura a estas populações o direito de serem consultadas previamente sobre planos e decisões que possam impactá-las, por meio de qualquer ação em seus territórios (BRASIL, 2020).

Com base nas políticas públicas abordadas, é possível interpretar o coletivo dos pescadores artesanais no Brasil, a partir de algumas nuances: a) a pesca como sustento das famílias e toda a comunidade pesqueira; b) a convivência com o meio natural; e c) o posicionamento a favor do cuidado e cultivo das espécies de animais, sendo elas aquáticas ou não.

Mas ainda com relação aos direitos de pescadores artesanais, é importante que se enfatize o papel do movimento social com esse direcionamento. Para Touraine (1989) “movimento social” se caracteriza como um processo que tem como objetivo as mudanças nas várias esferas da sociedade. Além disso, o autor amplia esse debate por meio de outros argumentos, como a questão identitária. Este autor considera, assim, as especificidades e particularidades políticas, econômicas, sociais e culturais relacionadas a cada grupo investigado — que, no caso dessa pesquisa, se refere ao universo dos pescadores artesanais organizados em movimentos na luta pelos seus direitos.

Embora o movimento organizado dos pescadores artesanais tenha se originado em iniciativas desenvolvidas na história recente do país, a exemplo do surgimento da *Comissão Pastoral da Pesca* (CPP) — coordenado pela Igreja Católica, no ano de 1968, para apoiar as reivindicações por condições de vida e trabalho mais dignas e pelo combate à injustiça social e ambiental, conforme explicam Brito e Peixoto (2016) —, os marcos iniciais do movimento social dos pescadores artesanais foram o *Movimento da Constituinte da Pesca*, iniciado no final de 1984, e o *Seminário sobre Pesca Artesanal*, organizado pela Confederação Nacional de Pescadores e realizado em Brasília, em 1985, conforme discute Cardoso (2001).

Essa visibilidade progressiva da pesca artesanal resultou de uma conquista de aproximadamente quatrocentos (400) pescadores de todo o Brasil, além dos técnicos

de várias instituições governamentais que se fizeram presentes no *Seminário sobre Pesca Artesanal* anteriormente mencionado.

De acordo com a *Comissão Pastoral dos Pescadores* (1985) o *Seminário sobre Pesca Artesanal* envolveu um amplo debate sobre o tema, contemplando algumas pautas fundamentais sobre a temática da pesca artesanal, dentre elas, o sistema de pesca profissional, as regras de pesca, o desenvolvimento de pesca, as diretrizes sociais e a segurança social, entre outros temas.

Segundo essa Comissão, embora a dinâmica e a programação do Seminário tenham tido algumas falhas, o evento teve grande êxito, servindo como impulso na vida dos pescadores que, naquele momento, já não eram apenas ouvintes em eventos públicos, mas sim atores sociais envolvidos em ações relacionadas com o seu cotidiano na pesca, buscando soluções para os problemas relacionados à sua profissão.

Assim, através de diversos encontros, fóruns e congressos, ocorridos no decorrer das décadas de 1980 e 1990, os primeiros passos foram dados na direção da organização do movimento dos pescadores na luta por seus direitos, pela implementação de políticas públicas direcionadas à pesca artesanal e pela valorização do trabalho artesanal.

No que concerne a essa trajetória histórica é de suma importância mencionar que, em 1991, o V Encontro Nacional dos Pescadores — sediado na cidade de Olinda, e organizado pelo Movimento Nacional dos Pescadores de Pernambuco (MONAPE) — resultou em uma forte pressão exercida por esse grupo para a criação de uma Secretaria da Pesca que, independentemente dos Ministérios já existentes à época, tivesse a capacidade de desenvolver uma política de pesca nacional junto aos estados e municípios brasileiros e de um conselho deliberativo que incluísse representantes da comunidade tradicional de pescadores (MONAPE, 1991).

Segundo Fox (2010) o *Movimento Nacional dos Pescadores* contribuiu para fomentar iniciativas locais, respeitando a autonomia das comunidades pesqueiras. Como comenta Matos (2005), o referido movimento apoiava a estruturação legal da organização comunitária em âmbito local, ou seja, as comunidades pesqueiras, sem interferir diretamente nas decisões a serem tomadas, desempenhando a função de interlocução nesse processo.

As estratégias de articulação desenvolvidas pelo Movimento Nacional de Pescadores passaram a ser efetivadas através de acordos e parcerias junto a

diferentes instituições públicas e privadas (como universidades e escolas agrotécnicas, estaduais e federais; instituições religiosas; políticos e empresários; organizações não-governamentais; canais midiáticos e televisivos; sindicatos; etc.). Além disso, o movimento se fortaleceu por meio do diálogo dos pescadores com os demais atores de outros movimentos sociais representativos de outros grupos, como ambientalistas, indígenas e negros, entre outros.

Todavia, segundo Fox (2010, p. 25) “[...] seria [...] importante ainda observar se essas estratégias levariam os pescadores a reivindicarem uma participação efetiva na elaboração, implementação e controle de políticas públicas para o setor pesqueiro, em geral”. A autora explica, ainda, que tais ações têm a utilidade de impulsionar o furor político e social desses movimentos; potencializando, inclusive, a capacidade de articulação interseccional estratégica deles, tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional.

Nesse movimento não se pode negligenciar a influência dos debates no contexto internacional, como foi o caso da pactuação da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), assinada durante Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), que as populações tradicionais junto a outras representações do referido movimento social passaram a pressionar os governos por seus direitos através de protestos e reivindicações feitas às autoridades dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Esse evento representou, portanto, uma oportunidade ímpar para os movimentos sociais se posicionarem a favor de “[...] um amplo debate global sobre as estratégias consideradas prioritárias para a conservação da fauna, flora e dos sistemas ecológicos que as mantêm.” (OLIVEIRA & IRVING, 2011, p. 22)

Ainda no contexto desse evento internacional foi elaborado um tratado sobre a pesca, no sentido de dar visibilidade e relevância à pesca artesanal e reforçar o seu papel na conservação dos recursos naturais, bem como na proteção dos ambientes marinhos, costeiros e de águas interiores (FBOMS, 1992). Entre os acordos firmados na Rio 92, em alguns deles foi reafirmada a importância da pesca artesanal para a preservação dos recursos naturais, tendo como base a técnica de captura usada pelos pescadores tradicionais no manejo da pesca.

Após a Rio 92, a organização dos pescadores se fortaleceu no Brasil. Nesse contexto, ela passou a contar, no ano de 1996, com cento e vinte duas (122) Colônias, quatro (04) Sindicatos de Pescadores e trinta e sete (37) Associações que integravam

o Movimento Nacional de Pescadores. Esse Movimento, por sua vez, já abarcava três (03) Federações Estaduais de Pescadores — apoiando os movimentos de pescadores do Pará (MOPEPA), do Ceará (MOPECE) e do Maranhão (MOPEMA) — e quarenta e dois (42) grupos de oposição que buscavam se organizar em futuras Colônias. (CARDOSO, 2001)

Esse conjunto de organizações, agregadas em um movimento nacional frente às esferas governamentais, promoveu importantes negociações com relação aos territórios pesqueiros, como forma de preservar a biodiversidade e os ecossistemas envolvidos na pesca artesanal (CARDOSO, 2001). Esse processo de organização resultou na democratização do sistema de representação da categoria, que, por sua vez, impulsionou a Confederação Nacional de Pescadores — resultando, também, em um documento denominado *Movimento Nacional de Pescadores* (MONAPE), ilustrado no cartaz a seguir, na Figura 5.

Figura 5: Imagem ilustrativa da Capa da Cartilha do Movimento Nacional dos Pescadores



Novos rumos, Novas organizações. Fonte: (Tavares, 2016)

Nessa linha temporal de reivindicações e pressões do movimento social dos pescadores, no ano de 1998, de acordo com Soares (2012), foi implementado o Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA, associado ao Ministério da Agricultura), bem como foi elaborado o Plano Plurianual de Agricultura e Abastecimento, garantindo estratégias próprias para o setor que visavam:

[promover] o desenvolvimento auto-sustentado do agronegócio e assegurar o abastecimento e a geração de divisas; [promover] a geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias para o desenvolvimento sustentado do agronegócio; [garantir] os requisitos de qualidade, sanidade e segurança para os produtos de origem animal e vegetal; [e promover] o desenvolvimento e a integração sócio-econômica da agricultura familiar (DPA, 1999, p. 77).

O DPA foi criado tendo autonomia em relação tanto ao fomento à produção pesqueira e aquícola quanto nas ações de implantação de infraestrutura difusa. Assim, no plano institucional, a década de 1990 trouxe alguns avanços para a consolidação do movimento social dos pescadores artesanais, que adquiriu grande relevância no cenário nacional. Entretanto, nem todo o processo histórico descrito assegurou, de fato, a conquista dos direitos dos pescadores artesanais, de modo que ainda há um longo caminho a ser percorrido tanto no plano da democratização do Estado quanto no tocante à organização dos pescadores. (SOARES, 2012)

Todavia, conforme comenta Soares (2012), essa organização do movimento dos pescadores se intensificou à medida que avançava, no início da década de 1990, a onda neoliberal no mundo. Segundo Rojas (2006) o neoliberalismo no Brasil desenvolveu-se inicialmente com o governo de Fernando Collor de Mello (1990–1992) e continuou na gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso (1995–2003), de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2011) e de Dilma Rousseff (2011–2016) através de ações políticas específicas no caso de cada presidente.

Após trinta e sete anos desde o Seminário da Pesca e os debates relativos à Constituinte da Pesca, ocorridos em 1984, o cenário atual revela a retomada das lutas, protestos e manifestações por parte do movimento de pescadores artesanais. Esses protestos são consequência direta do retrocesso observado na atual gestão federal que, por exemplo, alterou recentemente a legislação que regulamenta os sindicatos e categorias de base por meio da Medida *Provisória nº 870/2019*, que dispõe sobre a reorganização dos ministérios (BRASIL, 2019).

Da mesma maneira, a recente anexação do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social (MTE) ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) em 2019 impactou consideravelmente o movimento social pesqueiro, tanto no plano administrativo quanto no plano da governança dos territórios tradicionais no país.

Como é possível observar — por todos os argumentos apresentados —, essa temática representa uma pauta ampla e diversa, que reforça a necessidade de se

discutir a indissociabilidade entre natureza e cultura como um caminho essencial para o reconhecimento da importância dos pescadores artesanais na salvaguarda e na proteção da vida aquática e dos direitos basilares da cidadania desses indivíduos.

5.0 OS PESCADORES ARTESANAIS E A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE ARRAIAL DO CABO/RJ

Este capítulo tem o objetivo de introduzir o contexto dos pescadores artesanais da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, bem como agregar à pesquisa de dissertação os debates conjunturais referentes aos conceitos de *Reserva Extrativista* e *Reserva Extrativista Marinha*, visando ampliar, ainda mais, a discussão desenvolvida até o momento. Além disso, busca-se ressaltar a importância e a responsabilidade do Poder Público para a manutenção e a fiscalização dessas áreas, de modo a assegurar, efetivamente, às populações e à conservação da biodiversidade.

5.1 Conceito e histórico das Reservas Extrativistas no Brasil

A origem das Reservas Extrativistas decorre, fundamentalmente, da luta dos seringueiros da Amazônia para assegurar seus direitos sobre o território. Isso porque, na década de 1980, o cotidiano dos seringueiros da região do Xapuri (Acre) era marcado por perseguições e tentativas de exploração na coleta do látex, além de inúmeros crimes contra seus líderes. Este cenário esteve na origem da organização de muitos deles em movimentos sociais, organizados com o objetivo de exigir melhores condições socioeconômicas de vida, bem como reivindicar a conservação dos seringais nativos.

E nessa trajetória, no ano de 1985, foi organizado o I Encontro Nacional dos Seringueiros e, com base nos antecedentes discutidos anteriormente, na extensa pauta do evento, foi iniciada a discussão sobre o que viria a ser reconhecido, posteriormente, como Reserva Extrativista. (INESC, 1985)

O principal objetivo proposto pelos extrativistas da Amazônia durante o evento encampado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (Acre) foi o de

assegurar a permanência dos seringueiros nas áreas em que trabalhavam e viviam, uma vez que vinham sendo constantemente ameaçadas pela expansão dos pastos, pelo uso da terra como mercadoria ou matéria prima.

A partir dessas iniciativas das populações extrativistas surgiu a base da conceituação que define as áreas ocupadas por essas populações “[...] a partir da comparação com as reservas indígenas e [do entendimento de que elas contariam] com as mesmas características básicas: as terras são da União e o usufruto é das comunidades. Uma espécie de reforma agrária apropriada para os moradores da floresta.” (RESERVAS EXTRATIVISTAS, 2017, p. 01)

Nesse processo, dois momentos históricos, importantes e distintos, demarcam as diferentes fases da construção do conceito de Reserva Extrativista (RESEX) que estão destacados no Quadro 04, a seguir.

Quadro 04 – Matriz Síntese das fases da construção do conceito de RESEX

Primeira fase (1985 – 2000)
Uma construção conceitual que partiu dos seringueiros e integrou, posteriormente, o rol das questões relacionadas às políticas de redistribuição fundiária justas e às políticas ambientais.
Segunda fase (2000 – aos dias atuais)
Em consequência dos riscos de ocupação ilegal e dos impactos sobre a natureza preservada, os extrativistas reivindicam a criação de novas categorias de áreas protegidas e o seu reconhecimento em termos de direitos e garantias de melhores condições socioeconômicas.

Fonte: O próprio autor e adaptado de RESERVAS EXTRATIVISTAS (2017).

No entanto, o conceito de RESEX, também pode ser observado a partir de uma perspectiva institucional, que o distingue das noções descritas no Quadro 3 que resultaram da pressão popular. Dessa forma, nesse movimento, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) instituído pela *Lei nº. 9.985/2000*

(BRASIL, 2000), comumente conhecida como “*Lei do SNUC*”, estabelece a categoria de manejo Reserva Extrativista no subgrupo das Unidades de Uso Sustentável. Essa Lei, promulgada no ano 2000, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão dessas Unidades de Conservação no Brasil. Sendo assim, no primeiro inciso de seu Art. 2º, esse dispositivo legal objetiva definir, no ordenamento jurídico brasileiro, o que se entende por “Unidade de Conservação”. Desta forma, a Unidade de Conservação engloba um:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000)

Ainda na *Lei Federal 9.985/2000*, em seu Art. 18º, define a Reserva Extrativista como:

[...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (BRASIL, 2000).

Por outro lado, segundo o que consta no *Decreto nº. 98.897*, de 30 de janeiro de 1990 (BRASIL, 1990), as Reservas Extrativistas são definidas como “espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista”. Nesse documento destaca-se, ainda, que tais populações tradicionais devem fazer um “uso adequado” — economicamente viável e ecologicamente sustentável — do território, aproveitando o que a natureza produz harmonicamente (BRASIL, 1990).

O Instituto Socioambiental (ISA), por sua vez, define as Reservas Extrativistas (RESEX) como áreas ou extensões delimitadas territorialmente para fins de proteção da biodiversidade e dos valores espirituais, dos fenômenos materiais e culturais das populações tradicionais e garantir a sustentabilidade dos recursos naturais por meio do uso e manejo adequado das potencialidades presentes nesses territórios. (ISA, 2015)

Além disso, as RESEX constituem espaços de domínio público que são outorgados quanto à sua utilidade às populações extrativistas tradicionais. Por esse motivo, o acompanhamento e supervisão do órgão ambiental responsável constitui

um requisito para realização das visitas públicas, técnicas, e de pesquisas científicas. Destaca-se, ainda, que as práticas de caça por lazer e na modalidade profissional são proibidas nessas áreas protegidas, conforme estabelecido nas normas presentes no regulamento do Plano de Manejo (ISA, 2015).

Como é possível observar na proposta conceitual incorporada ao SNUC, a Reserva Extrativista representa uma área utilizada por Populações Tradicionais ou Locais que vivem da prática extrativista e que dinamizam a economia familiar ou comunitária através da agricultura de subsistência e da criação de animais de pequeno porte. Destaca-se, ainda, a questão da conservação da biodiversidade e da salvaguarda das tradições culturais dos povos e comunidades tradicionais por meio do uso sustentável dos recursos naturais pelo ser humano. (RESERVAS EXTRATIVISTAS, 2017, p. 02)

Dessa forma, entende-se que esses objetivos só podem ser concretizados — consolidando de fato uma RESEX — a partir do momento em que a gestão da área protegida estiver bem definida no Plano de Manejo; assim como as regras de ocupação e de uso da Reserva, estabelecidas por meio do Plano de Utilização e Contrato de Concessão de Direito Real de Uso. No plano da gestão, o Conselho Deliberativo cumpre um papel importante, pois cabe a ele apoiar a construção e elaboração dos instrumentos de gestão, com a participação das Populações Tradicionais que vivem na área. (GLOBO ECOLOGIA, 2021)

Sobre a gestão das RESEX, destaca-se a importância da participação dos técnicos do ICMBio que, segundo Menezes, Siena e Rodríguez (2011):

[...] manifestam diferentes graus de ativismo e convivem com interesses envolvendo o bem-estar socioeconômico das comunidades, a preservação de suas culturas e do meio ambiente. Nessa convivência, transitam entre diversas visões ambientalistas e relações de poder entre conhecimento científico e tradicional. (MENEZES; SIENA; RODRÍGUEZ, 2011).

Quando envolvidos no processo de criação das RESEX, segundo argumentam Martinez-Alier (2007) e Guha (2000), há uma tendência à justiça social que guia o desempenho dos técnicos do ICMBio, variando de acordo com a formação acadêmica ou a sua orientação político-ideológica.

Cunha e Loureiro (2009) complementam as reflexões dos autores mencionados ao argumentar que no processo de gestão da RESEX o poder da comunidade como cogestora pode se diluir na presença do Conselho Deliberativo — e que, assim, todo

o protagonismo comunitário pode se tornar enfraquecido nas esferas de decisão sobre o território, o que pode representar um retrocesso significativo em relação à proposta inicial.

Quanto ao termo “extrativismo”, utilizado para ancorar o conceito de Reserva Extrativista, Pádua (2006) e Olmos (2007) comentam que parece haver uma resistência por parte dos conservacionistas clássicos em relação a ele, uma vez que esse termo pode ser associado à ideia de que as práticas profissionais dessas comunidades contribuem para a exploração e o colapso da natureza.

Na mesma linha desses autores, Menezes, Siena e Rodríguez (2011, p. 01) acrescentam esse termo, principalmente nas esferas legislativa e executiva, indicaria uma leitura “[...] oportunista, sendo o termo extrativista um rótulo utilizado para obter benefícios de políticas públicas.” Esse contexto, na opinião dos autores, parece determinante para o futuro das RESEX e das Populações Tradicionais inseridas nestas áreas protegidas.

Percebe-se, dessa forma, que a discussão conceitual sobre as RESEX não se encerra aqui, mas, pelo contrário, abre espaço para um debate denso sobre a finalidade deste tipo de área protegida a partir de outras dimensões além da ecológica, da econômica e da cultural; perpassando, também, as dimensões da ética, da subjetividade e da cosmovisão dessas populações.

5.2 O panorama das Reservas Extrativistas Marinhas no Brasil

As Reservas Extrativistas são espaços territoriais protegidos que buscam assegurar o uso sustentável dos recursos naturais, com o objetivo de salvaguardar os meios de vida e a cultura de populações tradicionais. No Brasil, elas se expandiram rapidamente para além do bioma amazônico, incluindo áreas marinhas e costeiras. Além disso, impuseram uma nova ordem a um território que não estava fisicamente autorizado a ser demarcado e formalmente ocupado (CHAMY, 2004).

Dessa forma, para contextualizar a pesquisa, é importante mencionar que, segundo Santos e Schiavetti (2013), as Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX-MAR) seriam “[...] a materialização de um modelo de área protegida de base comunitária, por meio de um regime de cogestão onde os recursos naturais são

manejados buscando sua utilização sustentável” (SANTOS; SCHIAVETTI, 2013, p. 479).

No Brasil, as RESEX-MAR foram originalmente concebidas por militares da Marinha Brasileira ainda no início do século XX e, naquela época, tinham como finalidade central organizar os pescadores artesanais, de modo a contribuir, assim, com o sistema de defesa do litoral brasileiro (SANTOS e SCHIAVETTI, 2013). Mas, segundo Glaser e Oliveira (2004), a RESEX-MAR é reconhecida como “segunda geração” de RESEX, pois difere muito do primeiro lote de unidades de conservação não só no plano do projeto ecológico proposto, mas também nos planos político, organizacional e institucional.

Além disso, as RESEX se diferem de outras categorias de Unidades de Conservação, pois preveem que as atividades de exploração nelas desenvolvidas estejam sujeitas a Planos de Manejo que contam com a participação das populações locais — as quais buscam resguardar seus direitos, sua estrutura de organização social e sua tradição cultural —, enquanto no caso das demais UC essas populações não são incluídas nesse processo (RESERVAS EXTRATIVISTAS, 2017). E, considerando os efeitos desse debate no país, até o ano de 2001 (um ano após a promulgação da *Lei do SNUC*), já eram reconhecidas no plano da gestão pública 28 (vinte e oito) RESEX-MAR no contexto brasileiro (SANTOS; SCHIAVETTI, 2013).

Segundo Santos e Schiavetti (2013), “estas áreas protegidas ocupam uma variedade de ambientes, como estuários, mangues, restingas e dunas” (SANTOS; SCHIAVETTI, 2013, p. 482). Atualmente, as RESEX-MAR estão distribuídas no território nacional conforme o mapeamento sintetizado no Quadro 5, elaborado de acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2012).

Quadro 5 – Matriz Síntese sobre as RESEX-MAR no Brasil

NOME	ANO DE CRIAÇÃO	DECRETO	ÁREA	ESTADO	JURISDIÇÃO LEGAL
REGIÃO NORTE					
Reserva Extrativista Marinha de Soure	2001	Decreto - s/nº - 22/11/2001	27.464,00 ha	Pará	Amazônia Legal
Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá	2002	Decreto - - 13/12/2002	37.062,00 ha	Pará	Amazônia Legal
Reserva Extrativista	2014	Decreto - s/n - 10/10/2014	26.465,00 ha	Pará	Amazônia Legal

Marinha Mestre Lucindo					
Reserva Extrativista Marinha Cuinarana	2014	Decreto - s/n - 10/10/2014	11.037,00 ha	Pará	Amazônia Legal
Reserva Extrativista Marinha do Maracanã	2002	Decreto - s/n - 13/12/2002	30.019,00 ha	Pará	Amazônia Legal
Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua	2005	Decreto - s/n - 20/05/2005	27.154,00 ha	Pará	Amazônia Legal
Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu	2005	Decreto - s/n - 20/05/2005	41.807,00 ha	Pará	Amazônia Legal
Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba	2005	Decreto - s/n - 10/10/2014	62.035,00 ha	Pará	Amazônia Legal
Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba	2014	Decreto - s/n - 10/10/2014	21.029,00 ha	Pará	Amazônia Legal
Reserva Extrativista Marinha de Gurupi-Piriá	2005	Decreto - s/n - 20/05/2005	74.081,00 ha	Pará	Amazônia Legal
Reserva Extrativista de São João da Ponta	2002	Decreto - s/n - 13/12/2002	3.203,00 ha	Pará	Amazônia Legal
REGIÃO NORDESTE					
Reserva Extrativista de Arapiranga-Tromaí	2018	Decreto - 9.339 - 05/04/2018	186.908,00 ha	Maranhão	Amazônia Legal
Reserva Extrativista de Cururupu	2004	Decreto - s/nº - 02/06/2004	185.046,00 ha	Maranhão	Amazônia Legal
Reserva Extrativista de Itapetininga	2018	Decreto - 9.333 - 05/04/2018	16.294,00 ha	Maranhão	Amazônia Legal
Reserva Extrativista da Baía do Tubarão	2018	Decreto - 9.340 - 05/04/2018	223.917,00 ha	Maranhão	Amazônia Legal
Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba	2000	Decreto - - 16/11/2000	27.022,00 ha	Maranhão e Piauí	Caatinga, Cerrado e Zona Costeira e Marinha

Reserva Extrativista do Batoque	2003	Decreto - s/nº - 05/06/2003	602,00 ha	Ceará	Caatinga
Reserva Extrativista Marinha Prainha do Canto Verde	2009	Decreto - s/n - 05/06/2009	29.794,00 ha	Ceará	Marinho Costeiro
Reserva Extrativista Acaú-Goiana	2007	Decreto - s/n - 26/09/2007	6.678,00 ha	Paraíba e Pernambuco	Domínio Mata Atlântica
Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá	2001	Decreto - s/n - 27/09/2001	10.204,00 ha	Alagoas	Mata Atlântica e Zona Costeira e Marítima
Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape	2000	Decreto - s/n - 11/08/2000	10.074,00 ha	Bahia	Domínio Mata Atlântica
Reserva Extrativista de Canaveiras	2006	Decreto - s/n - 05/06/2006	100.646,00 ha	Bahia	Domínio Mata Atlântica
Reserva Extrativista Marinha do Corumbau	2000	Decreto - s/n - 21/09/2000	89.500,00 ha	Bahia	Domínio Mata Atlântica
Reserva Extrativista do Cassurubá	2009	Decreto - s/n - 05/06/2009	100.687,00 ha	Bahia	Marinho
REGIÃO SUDESTE					
Reserva Extrativista do Mandira	2002	Decreto - - 13/12/2002	1.176,00 ha	São Paulo	Domínio Mata Atlântica
Reserva Extrativista Taquari	2008	Lei - 12.810 - 21/02/2008	1.662,20 ha	São Paulo	Domínio Mata Atlântica
Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo	1997	Decreto - - 03/01/1997	51.601,00 ha	Rio de Janeiro	Domínio Mata Atlântica
REGIÃO SUL					
Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé	1992	Decreto - 533 - 20/05/1992	1.444,00 ha	Santa Catarina	Domínio Mata Atlântica

Fonte: Matriz elaborada pelo próprio autor (2021), tendo como base os dados do ISA (2017).

Atualmente, no território nacional é registrado um total de 95 (noventa e cinco) RESEX (ISA, 2017). Destas 95 (noventa e cinco), 28 (vinte e oito) são RESEX-MAR, sendo elas encontradas ao longo do litoral brasileiro. No que tange à distribuição dessas RESEX no território nacional, o Pará concentra o maior número destas UC

(com onze no total), seguido nesse *ranking* pelo Maranhão (com cinco) e pela Bahia (que tem quatro), respectivamente. No plano de gestão, apenas 5 (cinco) delas dispõem de Planos de Manejo, são elas: a RESEX Marinha de Caeté–Taperaçu e a de Soure (PA), a do Cururupu (MA), a do Cassurubá (BA), a do Mandira (SP) e a do Arraial do Cabo (RJ). Ou seja, 23 (vinte e três) RESEX-MAR em território nacional não possuem Plano de Manejo. É importante destacar, que os dados aqui discutidos foram atualizados pelo ISA até 2017.

Essa situação é preocupante, principalmente no que concerne aos potenciais impactos nos ecossistemas associados às RESEX-MAR. Segundo Filho, Tognella e Lima (2020) esse tipo de situação pode estar relacionado ao contingente limitado de funcionários públicos disponibilizados para atuar na gestão dessas UC. Isto ocorreria, possivelmente, em decorrência do baixo quantitativo destes funcionários ou devido à ruptura de pactos, acordos e contratos com as empresas que prestam consultoria com esse objetivo.

Mas, considerando-se o marco legal das UC, esse contexto atual representa uma real contradição com o que é proposto na legislação vigente, pois o Art. 27 da *Lei do SNUC* (BRASIL, 2000) dispõe que o Plano de Manejo deve ser elaborado no prazo de cinco anos, a partir da data de publicação do dispositivo legal que oficializa a sua criação, conforme explicam Leite, Araújo e Duarte (2018).

Observa-se, ainda, que o período de 2000 a 2010 parece ter sido bastante representativo no que diz respeito à ampliação no número das RESEX-MAR, conforme afirmam Leite, Araújo e Duarte (2018). Além disso, baseando-se na interpretação dos dados apresentados na obra de Krautkraemer (2005), esses autores argumentam, também, que este aumento na quantidade de RESEX-MAR no Brasil ocorreu devido à pressão do movimento social por políticas públicas de conservação de florestas, no âmbito internacional, nas últimas décadas do século XX.

Essas políticas resultaram também da preocupação internacional em minimizar a condição de agravamento dos danos à natureza e o impacto do processo nas culturas das populações tradicionais. Dessa forma, o Brasil, sob pressão internacional, implementou políticas públicas de conservação da natureza, como resultado dos acordos estabelecidos entre os países signatários das convenções internacionais (LEITE; ARAÚJO; DUARTE, 2018).

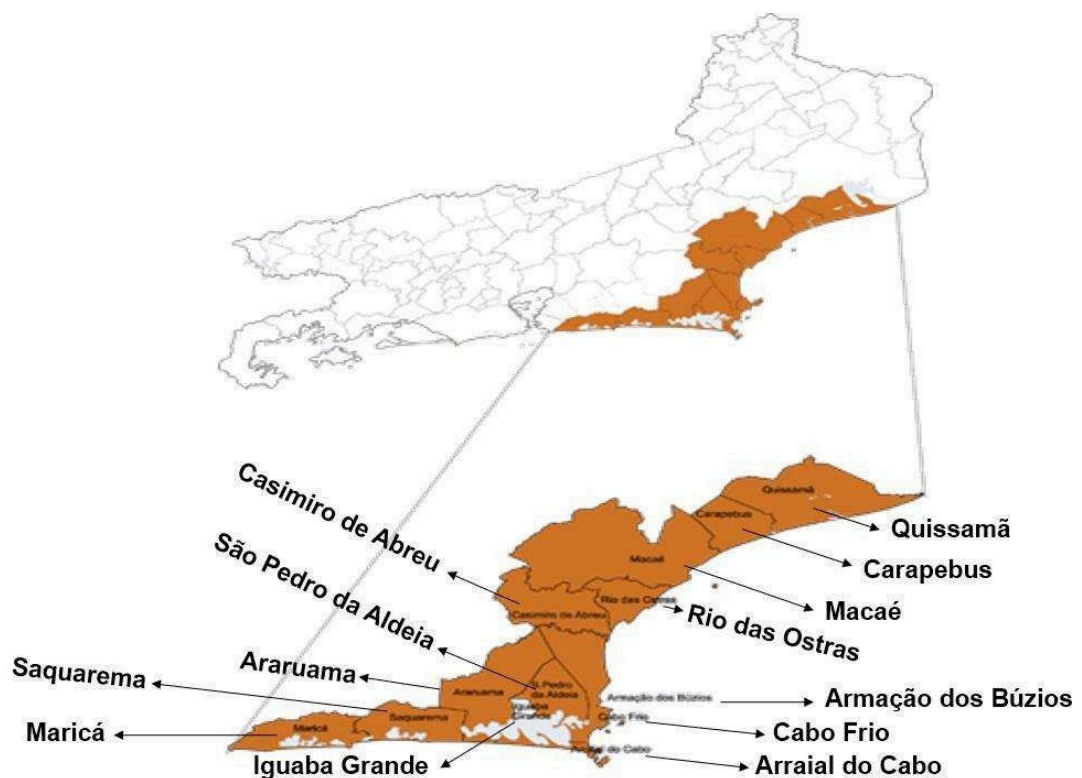
Enfatiza-se, assim, que as RESEX-MAR constituíram nesse movimento uma alternativa relevante para a proteção e a salvaguarda da biodiversidade marinha, dos

ecossistemas em extinção e, para a preservação das tradições das populações extrativistas, como acontece na RESEX-MAR de Arraial do Cabo, no Rio de Janeiro, foco da presente dissertação.

5.3 Caracterização socioambiental e dos pescadores artesanais da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo

A Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo situa-se na Região Turística Costa do Sol, anteriormente denominada de Região dos Lagos, localizada no Estado do Rio de Janeiro, a aproximadamente 170 Km da capital fluminense, e é composta por 13 (treze) municípios, indicados na Figura 6, sendo eles: Armação dos Búzios, Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Carapebus, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Macaé, Maricá, Quissamã, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Saquarema (FONSECA, 2011), conforme ilustrado pedagogicamente na Figura 6, a seguir.

Figura 6: Figura Esquemática da Região Turística Costa do Sol



Fonte: (RIO DE JANEIRO, 2021)

Segundo Di Maulo (2016), a tão conhecida Região dos Lagos, passou a ser denominada por Região Costa do Sol, a partir do Programa de Regionalização do Turismo, previsto na Política Nacional de Turismo, constituída pela *Lei nº 11.771/2008 (BRASIL, 2008)*, a qual definiu as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. A autora explica, ainda, que é possível caracterizar a Região Costa do Sol como uma região turística da macrorregião Sudeste, sendo que nela se encontram também importantes bacias hidrográficas, essenciais para a região e para os municípios subjacentes.

A Região Costa do Sol apresenta baixo índice pluviométrico¹⁴, com clima estável durante todo o ano, assim como traços únicos que caracterizam a biodiversidade encontrada na Mata Atlântica, além de um valioso patrimônio histórico (caracterizados por cidades antigas de arquitetura portuguesa e colonial) e cultural (como às encontradas nas subjetividades das populações pesqueiras).

Nesse contexto, historicamente marcado por uma tradição centenária no que tange à pesca artesanal, o município de Arraial do Cabo é reconhecido por ser um dos mais tradicionais polos dessa prática no Estado do Rio de Janeiro. Segundo Mendonça, Moraes e Costa (2013), até meados de 1950, a população “cabista”¹⁵ tinha a pesca como sua principal fonte de renda e ferramenta de reprodução social. A partir de 2006, após um período de interstício (no qual o protagonismo da atividade pesqueira na região entrou em declínio relativo), iniciou-se um novo período de expansão da prática de pesca artesanal, para fins de subsistência, em Arraial do Cabo.

Em relação à dinâmica de desenvolvimento regional, a construção da ponte Rio-Niterói, na década de 1970, facilitou o fluxo migratório para a região norte do Estado do Rio de Janeiro; incentivando, assim, o desenvolvimento do turismo de veraneio na região turística Costa do Sol, bem como a sua consolidação enquanto destino turístico durante a década de 1990. Esse contexto transformou o Turismo não só em uma fonte alternativa viável de renda para a população local, mas também o

¹⁴ O índice pluviométrico refere-se à quantidade de chuva por metro quadrado em determinado local e em determinado período. O índice é calculado em milímetros (INPE, 2017, p. 10).

¹⁵ O recorte identitário “cabista” é originário de Arraial do Cabo e é utilizado para diferenciar os pescadores tradicionais da área, que fazem uso de técnicas pesqueiras como a do arrasto de praia, dos pescadores não nativos da área que se utilizam de outras técnicas de pesca e de embarcações motorizadas. (DIEGUES, 2007).

converteu em um dos sustentáculos econômicos e sociais principais de Arraial do Cabo, em complemento à pesca. (MENDONÇA; MORAES; COSTA, 2013)

De acordo com esses autores, em decorrência do adensamento populacional urbano da região, a pressão sobre os estoques pesqueiros vem aumentando exponencialmente desde então, assim como o número de “invasões” de embarcações industriais ao território marinho — área tradicionalmente utilizada pela população extrativista de Arraial do Cabo para a prática da pesca artesanal de baixo impacto, e que passou a ser objeto de conflito e disputa.

Em função dessa dinâmica conflitiva, a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo, em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), deu início ao processo para transformar a área marinha da região em uma Unidade de Conservação/Reserva Extrativista Marinha, protegida da pesca predatória e das invasões dessas embarcações. Uma das fases desse processo envolveu a elaboração de um Diagnóstico Socioambiental englobando as potencialidades biológicas e as vulnerabilidades dos ecossistemas da região (especialmente do ecossistema marinho, habitat natural de espécies características de peixes recifais). (MENDONÇA; MORAES; COSTA, 2013)

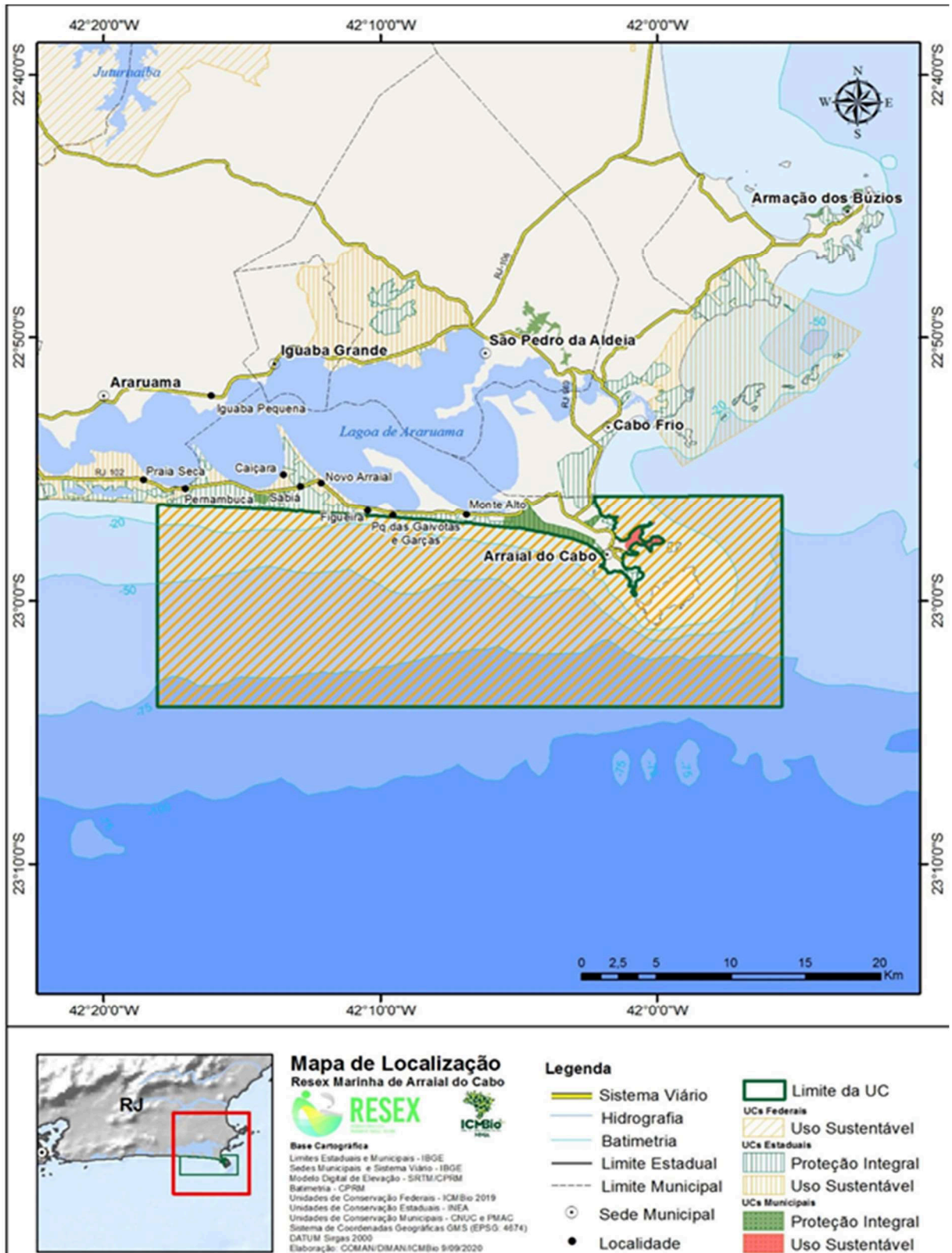
Assim, esse movimento contribuiu para que houvesse uma mobilização sociopolítica para atender ao apelo dos pescadores artesanais, moradores da área, para a criação de uma política pública que permitisse a salvaguarda da área natural e assegurasse a pesca tradicional. Resumindo, essa Unidade de Conservação surgiu a partir da necessidade de manter a relação de equilíbrio entre a população tradicional e o meio natural marinho (CUNHA, 1992).

De acordo com Fonseca-Kruel e Peixoto (2004), as primeiras discussões para a criação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (RESEX-MAR AC) tiveram início no ano de 1993. Ainda de acordo com essas autoras, o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) também teve um papel importante no processo de estabelecimento desse marco precursor, visando garantir a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados para a pesca artesanal — meio de sobrevivência das populações extrativistas locais.

A Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo constitui uma unidade de conservação de interesse ecológico-social que visa proteger o sustento dos pescadores artesanais, assim como a flora e a fauna locais. Possui uma área total da

UC/RESEX-MAR de Arraial do Cabo é de 51.601,46 hectares e sua zona marinha tem 50.815,55 hectares. Essa área compreende um cinturão pesqueiro entre a praia de Massambaba, na localidade de Pernambuco, e a praia do Pontal, na divisa com Cabo Frio, incluindo a faixa marinha de três milhas da costa de Arraial do Cabo (ICMBio, 2020), conforme traduzido na Figura 7, a seguir.

Figura 7: Mapa da RESEX-MAR de Arraial do Cabo/RJ



Fonte: (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio, 2020)

Além disso essa área, possui características físicas privilegiadas, como:

[...] o fenômeno da ressurgência, caracterizado pela elevação de águas profundas, de origem polar, traz consigo grande número de nutrientes, contribuindo para o aumento de peixes nos locais onde se observa o fenômeno, pois muitas espécies se veem atraídas pelo incremento da disponibilidade de alimento. A ressurgência não só alimenta os estoques disponíveis, mas também facilita as condições de previsibilidade das atividades pesqueiras, contribuindo para a eficácia da atividade. Convivem em Arraial do Cabo diversas modalidades de pesca, como as “companhas” de cerco de praia com suas canoas seculares, as canoas pequenas e suas redinhas, a pesca de linha praticada tanto na pedra como em pequenos “caicos”, pesca da luta com atração luminosa e ainda formas mais modernas como as pequenas traineiras de cerco e a caça submarina do polvo (PACHECO, 2012, p. 1).

É neste espaço que se constroem as relações sociais e de trabalho dos pescadores e, é diante do domínio que eles fazem do uso e da manutenção desse espaço, são identificadas as questões referentes à territorialidade da comunidade tradicional de pescadores artesanais de Arraial do Cabo. Os membros dessa comunidade interagem e dialogam não só sobre a pesca, mas também sobre a sobrevivência das espécies da região e sobre questões referentes à sua relação com o ecossistema marinho, tais como: as características e a classificação dos habitats onde pescam; a direção das correntes marinhas e dos ventos; a relação dos ciclos lunares e as marés; a sazonalidade e a migração das espécies marinhas da área; o ciclo de vida dessas espécies; os tipos de iscas utilizadas, entre outros temas. (MENDONÇA; MORAES; COSTA, 2013)

Vale ressaltar que a RESEX-MAR de Arraial do Cabo possui um Conselho Deliberativo, estabelecido por meio da Portaria ICMBio nº 204/2015, onde atuam 4 (quatro) Grupos de Trabalho (GTs) operacionais conhecidos como: a) o GT da Pesca, b) o GT Cadastro e Perfil, c) o GT da Maricultura e d) o GT do Turismo, sem mencionar em outros grupos de trabalho que foram estabelecidos no processo, mas que não tem regularidade periódica para a realização de suas reuniões e agrupamentos (ICMBio, 2020).

Ainda segundo o ICMBio, em setembro de 2020, as equipes de trabalho organizadas para a elaboração do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo discutiram uma pauta extensa sobre temas relevantes, como os ecossistemas marinhos e a preservação da vida na água, bem como as atividades de coleta e pesca no mar. Entretanto, alguns obstáculos foram identificados para a concretização desse Plano, como alguns segmentos de áreas terrestres e insulares

que são importantes para a prática da pesca artesanal, mas que ainda encontram-se pendentes de cessão (ICMBio, 2020).

No plano da cultura local, considerando as especificidades culturais dos pescadores de Arraial do Cabo, eles são conhecidos como pescadores cabistas — nessa categoria, são considerados pescadores aqueles cujos pais nasceram no referido município, sendo descendentes de portugueses e de italianos, que vivem tradicionalmente da pesca e, principalmente, se utilizam de canoas a remo. Poucos são negros ou descendentes diretos de indígenas, embora reconheçam a forte influência dos índios Tamoios na região, como comentam Fonseca-Kruel e Peixoto (2004).

Essa combinação de saberes tem permitido que seus descendentes pudessem manter a tradição da pesca artesanal, ainda que o processo de industrialização também tivesse atingindo a região. Mas o fato é que a pesca artesanal se mantém até os dias atuais e toda a produção pesqueira resultante é dividida entre a parte destinada para o consumo próprio dos pescadores e, a parte destinada para a venda nos mercados locais. (MENDONÇA; MORAES; COSTA, 2013)

Neste sentido, vale mencionar que a atividade pesqueira no município de Arraial do Cabo tem uma tradição que se baseia, na maioria das vezes, na riqueza e diversidade de espécies de peixes ali encontradas (MENDONÇA; MORAES; COSTA, 2013). Por esta razão, ao longo dos anos, a pesca destaca-se como a principal fonte de renda na economia local, produzindo toneladas de pescado que são comercializadas na região. A produção excedente é vendida para os grandes mercados das grandes cidades brasileiras, conforme comenta Aguiar (2005).

Por sua vez, Britto (1999) argumenta que os estudos antropológicos que foram realizados em Arraial do Cabo até a metade dos anos 1990 objetivavam a implantação da Reserva Extrativista Marinha; realçando, necessariamente, a grande importância da pesca, justificada como uma importante atividade de renda para a sobrevivência dos pescadores e de suas famílias.

Além disso, a pesca no referido município se caracteriza por distintas modalidades. Conforme explica Silva (2004) essas são classificadas em seis

modalidades principais: rede de cerco¹⁶; arrasto de praia e cerco de praia¹⁷; rede de armar (utilizada para captura de lula); pesca de linha¹⁸; espinhel long-line¹⁹; e pesca de retinida para captura de cação²⁰. O autor relata ainda que a modalidade mais utilizada é a pesca de rede de cerco que, por sua vez, é praticada por pescadores a bordo de traineiras. A arte da pesca artesanal na região de Arraial do Cabo envolve, ainda, as modalidades de pesca com rede de armar e de pesca com corda de retinida²¹.

Segundo Caldasso, Valle e Vinha (2012) os pescadores atuantes na RESEX-MAR AC que praticam a pesca de linha estão sempre acompanhados de dois ou três pescadores, enquanto a pescaria de canoa e a pescaria de traineira envolvem, necessariamente, um grupo maior de colaboradores, na média de 10 pescadores.

Os mesmos autores alegam, ainda, que os pescadores artesanais de Arraial — em especial os mestres, que são chamados de vigias em algumas pescarias — possuem um saber tradicional aprofundado e enraizado no manejo em relação aos fatores naturais que, de alguma forma, podem impactar a pescaria (como a temperatura da água, as correntes, a direção do vento, o comportamento das variadas espécies de peixes, migração, assim como, também, o período e local em que há o aparecimento de cardumes). (CALDASSO; VALLE; VINHA, 2012)

¹⁶A rede de cerco consiste em uma grande rede utilizada para cercar cardumes de peixes. Os cardumes podem ser capturados na superfície, à meia-água ou próximo ao fundo, dependendo da altura da rede e da profundidade do local. A captura ocorre após o fechamento da rede, que resulta na formação de uma “bolsa” onde os peixes ficam retidos. Com o recolhimento da rede, a “bolsa” reduz de tamanho de forma gradativa até o momento adequado para a pesca. (BRASIL, 2017, p. 27)

¹⁷A pesca de arrasto de praia é uma das mais antigas artes de pesca empregadas no Brasil, sendo praticada em praias arenosas do tipo dissipativas com baixa declividade e grande pista para estender a rede. É uma atividade não seletiva, apesar de ter espécies alvos sazonais (INSTITUTO DE PESCA, 2007, p. 15).

¹⁸É uma modalidade de pesca comum que ocorre geralmente entre amigos de pesca fazendo uso de canoas a remo, batelões para captura de peixes próximo às margens dos rios ou costas marítimas. (Nota do autor).

¹⁹O espinhel é constituído por um cabo principal ou linha madre de nylon de 50 metros de comprimento, que é mantido suspenso por 51 flutuadores (bujões plásticos de 20 litros cada), amarrados em cabos de polipropileno de 3 mm de diâmetro, a cada 1 metro. Para o sistema de fundeamento são amarrados em cada extremidade do cabo principal mais 25 metros do mesmo cabo, que é preso ao fundo em duas poitas de concreto de 250kg cada (FAGUNDES, L; HENRIQUES; OSTINI; GELLI, 1997, p. 2).

²⁰[...] é composta por cinco embarcações atuantes, todas legalmente registradas nos órgãos competentes (Capitania dos Portos e Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA), possuindo como porto de origem a localidade de Atafona e apresentando como apetrecho principal a rede de cerco (BEGOT; WELLER; SANTANA, 2015, p. 3).

²¹Tipo de corda mais flexível, que danifica menos determinados equipamentos utilizados na pesca, e que flutua na água; sendo, inclusive, exigida a sua presença em embarcações, junto com a bóia circular, pela Marinha do Brasil (Nota do autor).

Sendo assim, é fundamental que se reconheça a importância desses saberes tradicionais, bem como da experiência e da dinâmica de cuidado que essa população tradicional desenvolve com relação à natureza. Cabe mencionar, ainda, que a também tradicional modalidade da pesca de arrasto de praia, em Arraial, é realizada com redes e canoas nas proximidades da costa — local onde os pescadores mais experientes (conhecidos como vigias) aguardam a chegada dos cardumes e orientam a captura dos pescados (DIEGUES, 2007).

Outra modalidade de pesca também utilizada na região é a de trainee, que é praticada em barcos/trainearias a motor que tem a capacidade de localizar facilmente os cardumes com a ajuda de instrumentos como sondas e sonares. Por esta razão, essa modalidade de pesca é realizada distante da costa (COPPE-UFRJ/SAGE, 2007).

Entretanto, um dos maiores problemas enfrentados pelos pescadores artesanais na RESEX-MAR AC envolve a pesca industrial de arrasto de porta, o uso de redes de três malhos de espera e o turismo náutico desordenado. Esses tipos de atividades econômicas ameaçam a cultura pesqueira tradicional, conforme aponta

Moraes (2009), afetando diretamente a economia local e de subsistência das comunidades pesqueiras.

Dessa forma, a RESEX-MAR de Arraial do Cabo é uma unidade de conservação de uso sustentável que beneficia as populações tradicionais que baseiam sua renda, cultura e subsistência, principalmente a nível de segurança alimentar, no extrativismo, na agricultura e na criação de animais de pequeno porte; assegurando, assim, o uso sustentável dos recursos naturais. É importante ressaltar, também, que a visitação pública nesta UC está condicionada ao atendimento dos interesses locais e do Plano de Manejo da área (BRASIL, 2002).

Mas é importante enfatizar que para viabilizar a criação da RESEX-MAR AC foi necessário firmar um compromisso para a formalização de um projeto de Plano de Manejo. Nele são estabelecidas as normas que irão presidir a gestão da UC no que se refere ao uso dos recursos naturais; em especial no tocante à implementação das estruturas físicas, que se tornam necessárias para a elaboração de uma área protegida (BRASIL, 2007).

Nesse debate, a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo é constituída como uma unidade de conservação federal de uso sustentável, que tem o objetivo de harmonizar a prática humana com a dinâmica do meio natural. Todavia, a manutenção da RESEX-MAR AC tem sido um desafio constante, uma vez que nela, além da pesca

artesanal (como forma de manejo sustentável), também são realizadas atividades turísticas e portuárias, que oferecem altos riscos antropogênicos ao ambiente natural e aos modos de vida locais (MENDONÇA; MORAES; COSTA, 2013).

6.0 DECODIFICANDO AS NARRATIVAS SOBRE OS PESCADORES ARTESANAIS DA RESEX DE ARRAIAL DO CABO NA LITERATURA ESPECIALIZADA NACIONAL

Com base na metodologia adotada, o resultado desta pesquisa pode ser descrito sinteticamente no Quadro 6, a seguir, com os 3 (três) principais temas que mais apareceram na leitura da produção científica mapeada, convertendo-se nas categorias referenciadas anteriormente.

Quadro 6. Síntese dos resultados das narrativas sobre os Pescadores Artesanais da Reserva Extrativista de Arraial do Cabo/RJ

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Pesca Comunitária Sustentável	<p>Problematizada por meio das necessidades essenciais das populações tradicionais e da pouca valorização como atividade geradora de uma renda digna, impactando consideravelmente a cultura do pescador artesanal.</p> <p>Identificada a partir da sua importância no município de Arraial do Cabo e por meio da “exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, como consta no decreto de criação da RESEX-MAR”.</p>
Conflitos Socioambientais e Territoriais	<p>Identificados a partir da apropriação do espaço e do uso dos recursos pesqueiros, bem como, por meio da competição junto à pesca industrializada e outras atividades econômicas, como o turismo.</p> <p>Discutidos por meio de outros campos de conhecimento, (geografia, etnografia, história, entre outros). Os saberes e os modos de apropriação do território envolvendo os pescadores artesanais da RESEX-MAR constituem temas relevantes na discussão da referida categoria.</p>
Gestão Pesqueira Tradicional	<p>Identificado a partir da conexão entre os termos manejo de recursos pesqueiros e a sustentabilidade, abrangendo consequentemente na interpretação conceitual as noções de culturas, populações tradicionais e técnicas de pesca artesanal.</p> <p>Observado por meio do ordenamento da pesca como estratégia para minimizar os conflitos entre grupos de pescadores, representando um grande desafio para a gestão da pesca.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2021) com base na metodologia adotada.

Com base na literatura científica nacional mapeada, as narrativas que discorrem sobre os Pescadores Artesanais trazem em seu bojo inúmeras inquietações

epistemológicas e conceituais, principalmente quando se considera a dinâmica da prática pesqueira na região da RESEX-MAR de Arraial do Cabo que foram sendo observadas desde a sua criação, em 1997, conforme observadas nas categorias analisadas seguir:

6.1 Categoria da Pesca Comunitária Sustentável

A RESEX-MAR tem como objetivo “garantir a exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados para pesca artesanal, pela população extrativista do Município de Arraial do Cabo” (DECRETO PRESIDENCIAL EM 03 DE JANEIRO DE 1997). Autores como Mendonça, Valle e Coutinho (2010) corroboram a finalidade com o objetivo da criação da unidade de conservação quando comentam que a atividade e o manejo da pesca artesanal naquela região, possuía como destaque a tradição e a importância socioeconômica para a população pesqueira que vive naquela zona costeira, o que vem se mantendo até os dias atuais.

Dessa forma, para corroborar com os autores mencionados acima, Dumith (2012) reforça esse entendimento, comentando que as reservas extrativistas marinhas constituem um meio para empoderar as comunidades pesqueiras localizadas no entorno. O referido autor ainda acrescenta que “a pesca artesanal envolve um complexo sistema de interação com o ambiente” (DUMITH, 2012, p. 99), complementando que além da tradição da pesca artesanal, observa-se, também, a forma de manejo sustentável utilizado por essas populações, para contribuir com uma gestão mais consciente em desenvolver a preservação da natureza.

Nesse diálogo entre autores, a noção de pesca artesanal é interpretada como um caminho para a preservação da biodiversidade marinha, a partir do emprego de técnicas de captura que reduzem o risco de impacto aos ecossistemas marinho-costeiros.

Essa tese defendida por outros autores tem inspirado algumas discussões teóricas, a partir da articulação entre temas, a exemplo das tradições pesqueiras, do protagonismo dos pescadores artesanais e manejo sustentável, conforme argumenta Manhães e Esteves, (2018), Caldasso (2015) e Moreira, (2012). Desse processo

articulador e também interdisciplinar das investigações científicas, surgem outras categorias que dialogam com a da pesca artesanal, como são a pesca de subsistência, a pesca familiar, a pesca sustentável e no caso desta pesquisa, a pesca comunitária sustentável.

Assim como as demais categorias, a “pesca comunitária sustentável” consiste, a princípio, em uma concepção teórica baseada no manejo sustentável e na atividade pesqueira artesanal articulada com a implementação de políticas públicas. Entretanto, propõe-se, em termos de decodificação, considerar para referida categoria, algo mais: a valorização das subjetividades humanas identificadas nas emoções, sentimentos e também nas experiências vivenciadas e desenvolvidas na família, na comunidade e no mar, por meio de uma prática ancestral.

Autores como Cardoso e Doula (2018) coincidem com o argumento anterior quando defendem a importância de considerar duas características na decodificação do tema: uma seria a prática ancestral e a outra uma transmissão geracional da atividade. Dessa forma, para eles, a cultura pesqueira seria a base para fortalecer o sentimento de pertencimento, respeito e autorrespeito entre os pescadores (MANHÃES E ESTEVES, 2018).

Quanto à discussão anterior, Cardoso (2018) e Diegues (2001, 2004), afirmam que embora a tradição seja fundamental para compreender a noção de pesca artesanal, é importante considerar outras situações no debate como a realidade econômica e as dificuldades enfrentadas pelos pescadores para a realização desse modelo de pesca artesanal. Tais dificuldades têm resultado no abandono dessa prática tradicional principalmente pelos jovens em detrimento do envolvimento com outras atividades econômicas, como o turismo, produção de artesanato e agricultura em pequena escala, como explicam os autores.

Além dessas atividades, Valencio *et al.* (2009) comenta que a exploração petroleira e a dinâmica de funcionamento do sistema portuário constituem uma problemática e ao mesmo tempo um desafio a ser enfrentado pelos pescadores artesanais. Resulta que, segundo esses autores, a pesca artesanal não constitui a principal prioridade na região, aumentando as disputas entre os grupos de empresários, instituições semiprivadas, órgãos gestores e os pescadores artesanais (SEIXAS, 2008). Dessa forma, Valencio *et al.* (2009) menciona ainda que “[...] na RESEX-MAR de Arraial do Cabo, o tripé petróleo/porto/turismo gera um contexto dificultador para que o modo de vida da pesca artesanal seja devidamente

considerado na importância de sua lógica e práticas para pautar as regras de uso do lugar” (VALENCIO *et al.* 2009, p. 5).

Por outro lado, o argumento trazido por Almeida e Tardin (2019) em sua pesquisa, tem como base uma interpretação da pesca artesanal a partir do processo de delimitação e definição da área pesqueira. No caso da RESEX-MAR de Arraial do Cabo o recorte corresponde a uma extensão de três mil milhas, e, para os autores, a situação crítica do processo foi não considerar outras práticas pesqueiras (realizadas fundamentalmente em terra e direta ou indiretamente na praia). Ainda, na opinião dos autores, essa realidade constitui uma controvérsia que não pode ser desconsiderada na interpretação conceitual do tema, pois tal recorte limita o papel de preservação da pesca como atividade autossustentável.

Tais atividades, como a pesca artesanal e/ou pesca sustentável, estão ligadas intrinsecamente com o domínio dos saberes tradicionais, que transmite a essência da atividade pesqueira, na qual, reunindo um conjunto de conhecimentos e técnicas que protegem a fauna marinha e evita o desperdício do pescado na mesa do cidadão contribuindo para a segurança alimentar social (DIEGUES 2001, 2004). Dessa forma, a pesca artesanal é entendida além de um manejo tradicional sustentável, pois também considera a cultura transgeracional, àquela passada de pais para filhos, como explica Diegues (2007). Por outro lado, alguns autores interpretam a pesca artesanal a partir da falta de interesse governamental existente nas três esferas (Federal, Estadual e Municipal) ou analisam a terminologia destacando a dificuldade epistemológica que é resultado das inúmeras técnicas utilizadas no manejo da pesca. Esse argumento dialoga com o que propõe Vasconcellos, Diegues e Sales (2007):

A falta de informação sobre a pesca artesanal é resultado de sua dispersão e complexidade, evidenciada pelo uso de diversas artes de pesca na captura de recursos multi-específicos, mas acima de tudo reflete a falta de atenção política para um setor que, no Brasil, estima-se que envolva aproximadamente 2 milhões de pessoas, é importante gerador de empregos e divisas para as camadas mais pobres da população e tem importância fundamental para segurança alimentar, visto que, como apontado neste estudo, o setor é responsável por mais da metade da produção de pescado marinho do Brasil e estima-se que seja também responsável por mais de 50% do pescado consumido no país. Esta falta de atenção política é por sua vez responsável pela escassez de investimentos em pesquisa e monitoramento da pesca artesanal (VASCONCELLOS; DIEGUES; SALES, 2007, p. 2).

E para dar continuidade ao debate anterior, Caldasso (2015) comenta que se interpreta a noção de pesca artesanal considerando as variedades de ecossistemas,

habitats, espécies, técnicas de pesca encontradas em distintas regiões do litoral brasileiro. Por esse motivo, o tema tem sido interpretado também na literatura especializada como um serviço ecossistêmico, conforme advogam Fischer *et al.* (2015). A pesca artesanal, para esses autores, não pode ser compreendida como mera mercadoria, mas além disso, como um importante recurso alimentar, empregatício, político, sustentável, etc.

Dessa forma, para corroborar com a narrativa do autor acima mencionado, Moreira (2012) explica que neste cenário, a pesca artesanal pode ser compreendida a partir dos vieses ecológico e social. Para tal, é necessário cumprir com a manutenção de algumas práticas, tais como: o menor risco de impacto nos ecossistemas marinhos, uma produção pesqueira que possa garantir renda aos pescadores e uma prática sustentável realizada de forma comunitária. É por meio desse processo que a pesca artesanal difere totalmente da pesca industrial, segundo o autor. A manutenção de tais práticas, a qual se refere Moreira (2012) parece não ser tão simples de assegurar.

Conforme Mendonça, Valle e Coutinho (2010) a pesca artesanal na RESEX-MAR Arraial do Cabo é impactada por atividades de caráter econômico, como o turismo e a atividade portuária. Segundo os autores, “nos últimos anos, a atividade de pesca artesanal do município de Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro, conhecida pela tradição e pela importância econômica e social para a sua população, tem perdido terreno para o turismo e para a atividade portuária” (Ibidem, p. 02). Além disso, os autores comentam que existem vários entraves com relação à articulação entre os segmentos da cadeia produtiva pesqueira na região, um problema de alguns anos que precisa ser ainda resolvido.

Como é possível observar, parece que o viés econômico constitui um fator importante para alguns autores quando se trata das narrativas sobre a pesca artesanal e a gestão compartilhada naquela região. Dessa forma, em relação a gestão compartilhada em UCs, em especial na RESEX-MAR de AC, vale mencionar uma das primeiras políticas públicas a tratar desse tema, o *Decreto-Lei nº 221/1967*, que foi sancionado para contribuir com os direitos e deveres do pescador, cujo surgimento ocorreu também para corroborar e organizar essa categoria de população tradicional, com o intuito de deliberar uma forma de pesca mais consciente e segura para a salvaguardar a fauna marinha, seus rios e lagos.

Ao analisar a gestão compartilhada, Carneiro (2010) critica o discurso posto na legislação ambiental, especificamente a que corresponde às RESEX-MAR, a exemplo da *Lei 9.985/2000* (SNUC). Segundo o autor, uma das controvérsias encontradas no marco legal seria a não inclusão das populações pesqueiras no processo de implementação de políticas públicas orientadas à preservação dessas áreas. Além disso, comenta que ao assegurar a prática extrativista da comunidade tradicional, os órgãos gestores deveriam respeitar os saberes tradicionais e as formas sustentáveis encontradas nessa forma tradicional de pescar. Esse processo resultaria na minimização da influência e persuasão do Estado diante dessas comunidades.

A forma como esse processo vem ocorrendo, ao longo dos anos, tem levado alguns autores a trazerem outras narrativas a respeito da pesca artesanal, a exemplo de Monteiro *et al* (2010) que interpreta o tema a partir da sustentabilidade em distintas dimensões, a destacar: socioeconômica, técnico-ambiental, de manejo e cultural. Ao adotar essa forma analítica, os autores tentam compreender a produção e reprodução dos sistemas de pesca em determinada escala de tempo.

Como é possível observar, ainda que para os autores nacionais na literatura mapeada existem inúmeras complexidades na noção de sustentabilidade, os mesmos têm tentado discutir a pesca artesanal por este viés associado a algumas dimensões, na tentativa de compreender a dinâmica dessa atividade artesanal dentro das unidades de conservação e proteção da natureza. Mesmo diante desse cenário, Vasconcelos e Diegues (2007) alertam que nesse debate é necessário considerar os dados estatísticos sobre o tema e que existe uma precariedade nas estatísticas no mundo inteiro. Além disso, os autores comentam que a situação no Brasil não é diferente, particularmente porque após a extinção de órgãos governamentais, a exemplo da SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) no final da década de 1980, os dados estatísticos sobre a pesca tornaram-se mais escassos.

Entretanto, a FAO (2018) menciona que no atual cenário da pesca internacional, mais de 50 (cinquenta) milhões de pessoas foram empregadas por essa categoria e que desse montante, a grande maioria está envolvida na pesca artesanal, dados que mostram a importância do pescador para o contexto tradicional pesqueiro.

6.2 Categoria dos Conflitos Socioambientais e Territoriais

A segunda categoria a ser analisada aborda os conflitos socioambientais e territoriais da unidade de conservação, de acordo com a metodologia proposta. Dessa forma, será observado como alguns conflitos aqui mencionados têm causado disputas, dado por um lado pelo manejo tradicional realizado pelos pescadores artesanais e por outro pela prática de outras atividades econômicas, a exemplo das grandes indústrias de turismo, pesca em grande escala, assim como também, as especulações imobiliárias que conjecturam uma área ocupada por esses grupos sociais, temas bastante discutidos na literatura especializada, a exemplo dos autores Vasconcellos, Diegues e Sales (2007).

Dessa forma, os autores mencionam que o turismo tem causado grandes impactos em áreas de reservas extrativistas marinhas no qual também “[...] levou à construção de grandes condomínios, resorts e hotéis em áreas litorâneas, agravando os problemas de infraestrutura urbana (sobretudo água e esgoto), de expropriação de pescadores” (VASCONCELLOS; DIEGUES; SALES, 2007, p. 38).

Sobre o tema do turismo, especificamente, Almeida e Tardin (2019) comentam que o turismo em massa, tem gerado conflitos diretos com as populações pesqueiras que praticam a pesca artesanal no município de Arraial do Cabo. Os autores reforçam ainda que desde a década de 1970, o turismo tem modificado aos poucos o cenário cultural da pesca artesanal nesse município, um tema também discutido por Fischer *et al.* (2015). Os autores mencionam que o cenário da pesca artesanal, em relação ao turismo de massa, tem constituído uma pauta que traz alguns embates, observados na literatura especializada. Destaca-se, neste sentido, a disputa pelo local de pesca, bastante representativo para essas populações tradicionais, pois é dali que retiram seu sustento.

Os autores Cardoso e Doula (2018) corroboraram com a discussão acima mencionada, quando discutem sobre o desenvolvimento do turismo em massa na referida RESEX-MAR. A prática do turismo tem provocado conflitos nas áreas de pesca, uma vez que a falta de fiscalização nessa UC tem gerado alguns transtornos, um deles refere-se ao acúmulo intenso de lixo exposto nos locais costeiros, podendo causar uma poluição hídrica no espaço tradicionalmente conhecido pelos pescadores artesanais que têm alertado sobre o problema.

Observa-se ainda no contexto do turismo que esse tem se expandido, consideravelmente, naquela região, mas ainda de forma não planejada o que vem gerando, principalmente, inúmeros impactos socioambientais. Assim, segundo Silva (2014) o turismo vem sendo compreendido como um fator determinante para ampliar os conflitos na região da RESEX-MAR.

O crescimento da prática do turismo, na região, vem se expandido por quase toda parte do ambiente geográfico, principalmente, nas áreas em que se localizam as populações pesqueiras. Dentre tantas atividades turísticas desenvolvidas, autores como Mendonça; Moraes e Maciel (2013) apontam a modalidade do turismo de mergulho como a principal causadora dos conflitos territoriais, mencionado também por Fabiano (2011) que esclarece sobre essa disputa por espaço e alerta para seu aumento gradual, resultado da expansão de atividades econômicas paralelas à pesca artesanal na região. Dessa forma, Almeida e Tardin (2019) mencionam também que:

“[...] o turismo se tornou a principal atividade econômica dessa região. Com o rápido e desordenado crescimento da atividade turística, originaram-se conflitos entre a pesca e o turismo, principalmente entre os pescadores e o turismo náutico e de mergulho em torno do uso do ‘espaço comum’ do espelho d’água (apud CALDASSO, 2015, p.8).

Para Moraes e Maciel (2013) uma das atividades relacionadas ao empreendedorismo turístico que tem gerado sérios conflitos envolvendo as populações pesqueiras e a comunidade ao entorno está relacionada à aquisição de várias embarcações de médio e grande porte adquiridas por grandes empresas de turismo. Os autores mencionam ainda que ocorre outra situação bastante corriqueira que contribui com o aumento dos embates naquela região, sendo ela: a pesca predatória, uma modalidade executada de forma desenfreada, excessiva e insustentável.

Moreira (2012) também relata que existem outras atividades descritas pelos pescadores artesanais que vivem nas zonas costeiras da área extrativista marinha e que tem gerado algumas tensões, entre elas estão “[...] a habitação, a indústria, o comércio, o transporte, a agricultura...” (MOREIRA, 2012, p. 11). Ainda de acordo com esse autor, a prática dessas atividades em ambiente simultâneo já configura uma situação de conflito social e ambiental, visto que, a disputa ocorre em virtude dos recursos naturais, ali observados.

À vista disso, alguns autores retratam também, a falta de políticas públicas específicas, para opor-se aos conflitos gerados nas áreas extrativistas. Entende-se que, a aprovação de uma legislação exclusiva promova de fato a participação social daqueles grupos tradicionais que habitam aquela área (ARAÚJO; NICOLAU, 2018). A respeito desse tema, Cardoso (2018) menciona que, quando o Estado dispõe de políticas públicas voltadas para a regulamentação das UCs e no caso dessa investigação, áreas de reservas extrativistas marinhas. Dessa forma, observa-se então uma valorização da participação e produção social dentro do ambiente preservado, ocorrendo o aproveitamento cultural, ético moral e profissional da categoria “pesca artesanal”.

Resulta que, dessa discussão, observa-se um alinhamento teórico dos autores convergindo para a importância da implementação de políticas públicas específicas que assegurem às populações tradicionais, em especial, os pescadores artesanais, uma legislação mais branda e que haja pactos efetivos na tentativa de mitigar os embates que afetam essa região. Portanto, Caldasso (2015), argumenta que as autoridades governamentais, devem priorizar a implementação de “[...] políticas públicas conscientes para garantir o acesso de todos os cidadãos ao uso de um recurso dentro de uma jurisdição política” (CALDASSO, 2013, p.62).

De fato, a elaboração de políticas públicas específicas além de estabelecer direitos e deveres para as populações pesqueiras, pode contribuir com a valorização da cultura do pescador artesanal, a partir da importância dada ao saber tradicional aplicado na prática do manejo sustentável (MANHÃES; ESTEVES, 2018). Os autores relatam ainda que a RESEX-MAR mesmo intermediada por conflitos, pode através da realização de acordos e parcerias, recuperar a autoestima do pescador e a valorização da cultura, tradição e dinâmica social na região, tendo também como ponto de partida a implementação de um processo de cogestão da UC.

Desse modo, Caldasso (2015) e Seixas (2008), corroboram com os autores acima mencionados e argumentam que uma das melhores formas de tentar sanar alguns conflitos naquela área extrativista marinha, é um formato de cogestão que envolvam nos processos decisórios além dos entes governamentais, os atores sociais das comunidades de pescadores, buscando facilitar a estrutura de gestão na localidade.

Seixas (2008) menciona ainda que desde o ano de 2002 houve uma alteração na legislação nacional com a finalidade de possibilitar uma cogestão em defesa dos

recursos naturais da zona costeira do município de Arraial do Cabo, com uma proposta de inclusão social e cultural. Dessa forma, o autor menciona ainda que esse tipo de cogestão possibilitará uma melhor relação da população local com os pescadores artesanais.

Segundo Diegues (2007) e Koblischek (2012) muitos dos conflitos existentes na RESEX-MAR, são consequentes da falta de atores governamentais para instruir e capacitar os gestores que irão desempenhar um papel essencial frente à população tradicional pesqueira. Desse modo, os autores reforçam o que fora dito anteriormente, afirmando que a falta de experiência desses gestores diante do manejo pesqueiro, dificultam a forma de lidar com esses grupos, causando-lhes embates frequentes em relação à forma autoritária que os mesmos são abordados por gestores sem treinamentos e competência para tal feito.

Dessa forma, fica evidenciado que a questão conflitante relacionada a pesca artesanal na RESEX-MAR, está intrinsecamente associada, também, com a aquisição de posse do mar onde a pesca artesanal é realizada com regularidade, sendo assim, é nítido que a pesca pode se tornar muito competitiva dependendo da sua forma de manejo dentro de suas localidades (DIEGUES, 2005).

Em contrapartida, Silva (2004) retrata como situação de conflito, a pesca de arrasto ou pesca com rede de arrasto²² de embarcações medianas, que realizam esse manejo nas conhecidas praias grandes, usando essa rede como uma rede de espera, causando embates com o pescador artesanal que por sua vez declara que esse tipo de prática pode espantar e espalhar os cardumes, impedindo a sua captura em praias menores.

Segundo Loto (2013) é a partir destes conflitos que emergem as regras que determinam os métodos de pesca com rede de arrasto nas praias grandes. O autor menciona ainda que "tais normas constituem as regulamentações de acesso a "direitos temporários" (LOTO, 2013, P. 18) ou seja, é através dessa atividade de pesca que são estipuladas regras em certos locais da praia para a captura de espécies de peixes ali encontrados.

Dessa forma, Valencio *et al.* (2009) e Dumith (2012) mencionaram à época de suas pesquisas, que para evitar esses tipos de conflitos a exemplo os que foram ditos

²² A técnica usa redes de malha fina puxadas por barcos para "raspar" o fundo do mar buscando camarões e outros animais. Capturam tudo por onde passam. Espécies de baixo valor comercial voltam às águas, quase sempre mortas (BOURSCHEIT, 2021, p. 2).

anteriormente, é preciso que cada RESEX-MAR disponibilize um plano de manejo e de gestão compartilhada para auxiliar e orientar as populações tradicionais da região, principalmente quando se trata do turismo e outras práticas realizadas no local. Os autores relatam a relevância do plano de manejo para as RESEXs, mencionando que esse plano não deve ser visto de forma negativa como se fosse apenas um ator institucional que dispõe unicamente de regras complexas que eliminam os conflitos, mas que deve ser revisado como um conteúdo que está além de direitos e deveres, mas conjecturando a conservação e preservação dos recursos naturais.

Vale mencionar também, que fatores relevantes para auxiliar na elaboração de pactos na tentativa de sanar os conflitos existentes na RESEX-MAR de AC, são projetos que visam a formação de redes educativas e comunicativas entre pescadores artesanais e a população adjacente do município, para que ambos produzam atitudes conjuntas com relação recursos naturais desta reserva extrativista marinha (CARNEIRO, 2010).

6.3 Categoria de Gestão Pesqueira Tradicional²³

A terceira categoria aqui analisada, trata especificamente da gestão pesqueira tradicional na RESEX-MAR de Arraial do Cabo. Essa categoria, está relacionada intrinsecamente com a forma com que o pescador artesanal manuseia o pescado através do manejo sustentável, contribuindo para minimizar a perda da biodiversidade provocada pela degradação ambiental causada pelo mal uso do ser humanas (MENDONÇA; MORAES; MACIEL 2013). Os autores destacam que o objetivo da RESEX-MAR de AC é garantir a pesca artesanal como um manejo sustentável.

Segundo Cardoso e Doula (2018) o manejo sustentável nas áreas de reservas extrativistas marinhas, orientado segundo diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é o facilitador na formação de uma gestão de UCs, que são classificadas em dois grupos – uso sustentável de unidades protegidas e de proteção

²³ Os temas gestão, cogestão e gestão compartilhada, são frequentemente utilizados sem uma discussão teórica aprofundada na literatura especializada. Para efeito desta dissertação, a gestão será considerada um processo como um todo desde que seja interpretada a partir do olhar da comunidade de pescadores artesanais (ELABORADO PELO AUTOR, 2022).

integral, servindo como base fundamental para que ocorra um manejo tradicional sustentável em cada unidade. Assim, Mendonça, Moraes e Maciel (2013: p.7) corroboram ainda, afirmando que no “Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a categoria de manejo de Uso Sustentável Reserva Extrativista (Resex) se destaca por ser considerada uma tipologia genuinamente brasileira e pelo uso do seu território ter sido concebido sob a lógica de integração sociedade e natureza.”

Em contrapartida, Carneiro (2010) menciona que no Brasil, ainda existem alguns obstáculos em relação à implementação das unidades de proteção à pesca artesanal nas áreas costeiras. Esse autor reforça ser evidente que a leitura da legislação ambiental pode gerar algumas interpretações dúbias, principalmente, quando relacionada à gestão compartilhada dessas áreas e por não haver instruções metodológicas adequadas para a elaboração de políticas públicas ambientais que atendam às demandas das populações pesqueiras extrativistas.

Dessa forma, para melhor entendimento da pesquisa, Dumith (apud ARMITAGE et al, 2007) menciona que a referida gestão compartilhada é chamada também de estratégias de governança, pois a mesma estabelece técnicas que conectam as comunidades locais e atores governamentais. O autor menciona ainda, que um pequeno número dessas estratégias é codificado nas políticas públicas. Ainda sobre a complexa conceituação do termo, Carneiro (2010) comenta que a gestão compartilhada é um avanço entre a centralização e autogestão comunitária, onde a mesma conduz o processo cultural, tradicional e econômico na comunidade, conhecida também como cogestão.

Por outro lado, Dumith (apud JENTOFT, 2003) define a cogestão como um processo de tomada de decisão regulatória colaborativa e envolvente entre representantes de grupos de usuários, atores e agências governamentais, instituições de pesquisa, bem como, outras partes interessadas em definir este processo. Por outro lado, Seixas (2008) é bem específico ao abordar a definição de cogestão, e definindo como um acordo legal que favorece um grupo de utilizadores em detrimento de outros, a exemplo, os pescadores artesanais em desvantagem em relação ao turismo realizado em áreas protegidas. Sendo assim, resulta em uma implementação incerta, relativas à pesca sustentável.

Assim, o processo de cogestão ou gestão compartilhada deve de fato, estimular a participação ativa de vários atores sociais na implementação de um ambiente propício para discussão e negociação, tomando como ponto de partida, a história da

comunidade (pescadores artesanais) e a situação atual em termos de conhecimento patrimonial, suas aspirações, ocupações e adaptação à mudança, seja ela qual for (DIEGUES, 2007). Desta maneira, diante de conceitos ainda não consensuais, observa-se que a participação e o compartilhamento do poder com os pescadores artesanais podem ser flexíveis e mutáveis, de acordo com as relações que desenvolvem entre si em ambientes compartilháveis (DUMITH, 2012). Além disso, pode influenciar os atores no processo da reivindicação para implementação de políticas públicas.

Autores como Melo *et al.* (2009) destacam ainda que a partir de políticas públicas que garantem a implementação de um sistema representativo de UCs (sendo eles na forma de parques ou de áreas ambientais protegidas) é possível concretizar, além do manejo sustentável, outras categorias de manejo em relação a conservação dos recursos naturais, bem como no processo de elaboração do plano de manejo para a referida RESEX-MAR.

Uma das controvérsias desse processo, comentada por autores como Araújo e Nicolau (2018), Loto (2013), Cardoso (2018) e Valencio et al (2009) foi a existência de uma legislação vigente como portarias, decretos, leis e outros documentos que tinham como objetivo determinar normas e métodos para estabelecer autorização dos serviços de turismo náutico no município de Arraial do Cabo anterior à aprovação de um plano de manejo para a RESEX-MAR de AC. Vale ressaltar que o plano de manejo da referida RESEX-MAR só foi consolidado em setembro de 2020, trazendo para o contexto atual, o propósito da referida unidade de conservação.

Os autores mencionados anteriormente, argumentam que a partir do plano de manejo da RESEX-MAR, o processo de gestão teria como diretriz o uso de estatutos com normas e regras associadas às atividades de manejo dos recursos naturais, da conservação da biodiversidade e do uso e ocupação da área. Dessa forma, Valencio *et al.* (2009) menciona ainda que o plano de manejo nacional das RESEXs representa, particularmente, o processo de destaque dos grupos sociais em áreas extrativistas marinhas em relação ao manejo tradicional pesqueiro encontrado nas regiões referentes à tessitura tradicional.

Para Caldasso (2015) existem algumas alternativas para compreender melhor o plano de manejo com relação aos recursos pesqueiros da costa. Entre elas, a cogestão contribui no aprimoramento das técnicas da pesca comunitária sustentável. O autor complementa ainda, que a cogestão exercitada pelos atores sociais e

institucionais e ente governamentais é uma das alternativas para a utilização correta da forma de manejo em lugares com processo de adaptação, como é o caso da RESEX-MAR de Arraial do Cabo. Além disso, comenta ainda que o plano de manejo da referida UC consiste na “melhor ferramenta para gestão sustentável de um recurso de uso comum depende das características do recurso e dos usuários” (CALDASSO, 2015, p. 83).

Por sua vez, Silva (2014) menciona que, além de uma cogestão como alternativa eficaz, existe também a possibilidade de trabalhar o comanejo, no qual pode ser dividida a responsabilidade e autoridade entre a população pesqueira e os atores institucionais e governamentais na RESEX-MAR.

Entretanto, o posicionamento de Diegues é contrário ao argumento anterior (2007) pois o autor explica que não é comum observar com grande frequência a existência de atores governamentais nessas áreas para que deem procedimento às práticas de comanejo²⁴ e que é necessário que a atividade seja reconhecida institucionalmente. Entretanto, a capacitação e o treinamento do grupo gestor envolvido nessas atribuições constitui uma meta diante da necessidade de capacitar os pescadores artesanais, tendo como base o saber tradicional articulado ao conhecimento científico.

Nesta direção, alguns autores reforçam a importância dos órgãos gestores considerarem os saberes tradicionais na discussão dos processos de gestão das RESEX-MAR, uma vez que o Decreto de criação dispõe sobre a inclusão dos conhecimentos e práticas tradicionais das comunidades pesqueiras no monitoramento e gestão dessa categoria de UC. Dessa forma, Diegues (2005) enfatiza que para compreender os conceitos de gestão pesqueira no Brasil é necessário considerar “os aspectos econômicos, biológicos, antropológicos e administrativos da regulamentação da pesca” (DIEGUES, 2005, p.83).

A partir da leitura crítica das produções sistematizadas, é possível compreender que a discussão sobre o manejo tradicional pesqueiro na RESEX-MAR de AC está permeada por várias interpretações e que o resultado desse processo vem sendo a falta de consenso entre os autores, dificultando a compreensão de como ocorre a gestão na costa marinha dessa UC. Isso pode ser observado também no

²⁴ Definido como a divisão de responsabilidades e poderes entre o governo e os pescadores locais para gerenciar a pesca (FREITAS ET. AL. 2007).

posicionamento de Fischer et al (2015) quando explicam que algumas técnicas de manejo realizadas de maneira incorreta podem comprometer o ciclo de vida de algumas espécies de peixes, assim como o próprio ecossistema. Este fenômeno é conhecido como efeito degenerado no qual altera e desapropria o pescador artesanal do seu lugar de pesca, dificultando a captura do pescado encontrado na costa marinha da RESEX-MAR de AC.

Com isso, os autores alertam para a necessidade de se investir em um manejo em bases sustentáveis, considerando a junção entre o conhecimento científico e o tradicional, igualmente importantes para a continuação do manuseio eficaz dos sistemas pesqueiros artesanais, com base no modelo de sistema adaptativo, onde a população pesqueira tenha acesso a conservação e a proteção da área habitada.

Observa-se ainda que a prática do manejo tradicional pesqueiro na RESEX-MAR de AC, conecta o pescador ao seu meio de sobrevivência, possibilitando mais aquisição de conhecimento e salvaguardando o saber tradicional das populações pesqueiras da referida UC. É importante relatar que ainda na década de 1980, houve um relevante crescimento no número de pesquisas científicas que abordavam a área da etnoictiologia²⁵.

Assim, com o advento dessas pesquisas, os pescadores artesanais passaram a ser interpretados como um ator central em virtude do seu conhecimento e da sua experiência, adquiridos através das gerações passadas. Segundo Vasconcellos, Diegues e Sales (2007), esse foi um momento muito importante porque vem tentando proporcionar o reconhecimento do saber tradicional desses povos que reproduziam suas técnicas de manejo para auxiliar o manuseio científico na natureza, tornando-os protagonistas de uma tarefa tão importante no que diz respeito à conservação da biodiversidade marinha.

O resultado dessa discussão, segundo Diegues (2005) é que os temas como saber e o manejo tradicional pesqueiro também podem se tornar recorrentes no desenvolvimento das pesquisas científicas e interpretados a partir de inúmeros campos de conhecimento, contribuindo para a decodificação do tema sobre os pescadores artesanais. O autor menciona ainda, que "esse saber só é alcançável por quem tem a experiência e a intuitividade que vem da compreensão do que é a tradição

²⁵ [...] "é o ramo das ciências que estuda o modo como o conhecimento, os usos e os significados dos peixes ocorre nas diferentes sociedades humanas" (MARQUES, 1995, p 9).

em contextos culturais e de trabalho/produção específicos dos estágios da pesca” (DIEGUES, 2005, p. 2).

Os argumentos de Fonseca-Kruel e Peixoto (2004) corroboram com o pensamento de Diegues (2005), pois afirmam que o manejo tradicional pesqueiro contribui para a conservação da biodiversidade marinha da RESEX-MAR de AC. É também possível por meio deste manejo, identificar os significados e códigos do saber tradicional, que são utilizados nas práticas sustentáveis do pescador.

Essas práticas também têm contribuído no diálogo com a ciência objetivando interpretar o comportamento do pescador artesanal na prática da pesca da referida UC. Dessa forma, após decodificar as narrativas dos pescadores artesanais, o passo a seguir foi analisar as três categorias que foram mapeadas na literatura especializada.

7.0 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir do mapeamento da literatura nacional especializada é possível perceber, inicialmente, a carência de conceitos e definições a respeito das 3 (três) categorias aqui analisadas. Dessa forma, é importante mencionar que a leitura que orientou essa análise, mesmo que ainda brevemente, reforça os temas centrais relacionados a RESEX-MAR de AC, como a pesca artesanal, a gestão e os conflitos socioambientais e territoriais analisados e interpretados a partir de perspectivas diferentes a fim de contextualizar o presente tema a respeito desta unidade de conservação.

Dessa maneira, com base no mapeamento realizado anteriormente, nota-se que os autores ao interpretar as categorias, argumentam que: a) pesca comunitária sustentável, b) conflitos socioambientais e territoriais e c) gestão tradicional pesqueira, constituem temas indissociáveis, quando se trata das narrativas sobre a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. Além disso, foi possível identificar também a relevância do pescador artesanal e seu manejo tradicional/sustentável nesta UC.

A partir de sua implementação que ocorreu por meio do *Decreto Presidencial de 3 de janeiro de 1997*, a RESEX-MAR de AC apresenta algumas controvérsias, a exemplo do processo de gestão centralizado nos atores públicos e governamentais no sistema de administração de UC (SNUC), uma vez que o mesmo decreto dispõe sobre a autonomia dos pescadores artesanais no processo de gestão da área preservada.

Assim, notou-se também, que as narrativas da literatura mapeada, destacam a relevância do conhecimento legal e científico na representação gestora que conecta a autonomia do pescador artesanal junto aos órgãos gestores. Outro ponto a destacar, tem a ver com a gestão dos recursos naturais, onde alguns autores relatam que os portadores do reconhecimento tradicional têm de fato, o direito de permanecer em seu território e continuar exercendo seu modo de vida tradicional, portanto, nem tudo ocorre como deveria, existem controvérsias dentro do sistema de gestão dessas UCs. Resulta que essas controvérsias têm ocasionado inúmeros conflitos entre os pescadores artesanais e os órgãos públicos fiscalizadores, isso ocorre porque a autonomia que os pescadores deveriam ter, esta é negada a partir do momento em que seus territórios são transformados em áreas protegidas integrais e seu modo de

vida tradicional é interrompido. Esse é o assunto da vez, bastantes discutidos na literatura nacional especializada e em meio aos atores sociais e governamentais.

Outra observação importante a ser realizada, a partir da leitura sistêmica da produção mapeada, trata de algumas controvérsias quanto ao objetivo da criação da referida UC e o desenvolvimento de outras atividades naquela região, atividades como turismo, atividades portuárias, entre outras. Essa discussão ocorre em decorrência da RESEX-MAR de AC ser de uso exclusivo da pesca artesanal, conforme disposto no Art. 2º do referido Decreto, que dispõe de um registro legal/jurídico referente à população pesqueira neste espaço.

Vale ressaltar ainda, que essa discussão, tem atravessado as três categorias de análises, na qual, é importante mencionar que as narrativas da literatura mapeada, também sugerem que o uso adequado da RESEXMAR de Arraial do Cabo, pelos pescadores artesanais, possa corroborar para uma forma de manejo mais sustentável, permitindo que esse grupo social, faça o uso de técnicas e instrumentos tradicionais, que ajudam na preservação do ambiente costeiro e marinho, prevenindo ainda, possíveis conflitos territoriais e desentendimento com a forma da gestão tradicional pesqueira.

Além das controvérsias mencionadas anteriormente, observa-se também nas narrativas da literatura nacional especializada, alguns obstáculos que, a princípio, parecem retratar a forma marginalizada em que vivem os pescadores artesanais na resex aqui analisada. Entre esses obstáculos observa-se uma centralização administrativa dos órgãos gestores, bem como na elaboração e implementação do plano de manejo da RESEX-MAR de AC e nas decisões tomadas de “cima para baixo”, em muitas ocasiões sem considerar os saberes tradicionais das populações pesqueiras. Ainda que, exista um exercício no processo de cogestão da reserva marinha extrativista, as narrativas apresentam algumas pistas que sugerem inúmeros casos da ausência e/ou carência de uma gestão mais participativa, neste caso, considerando as comunidades extrativistas, em especial os pescadores artesanais da referida RESEX-MAR, que agregam seus saberes e culturas transmitidas de pais para filhos com um manejo mais sustentável e ecologicamente, mais eficaz na conservação da natureza.

Não menos relevante, a análise possibilitou ainda a observação sobre a prática de outras atividades econômicas ou modelos de pesca desenvolvidas na referida Resex constitui obstáculo no processo da salvaguarda dos recursos naturais

considerando o uso e manejo tradicional no interior e entorno da área protegida. Além disso, a dinâmica das referidas atividades ocasiona uma grande competição empresarial, resultando na invisibilidade dos pescadores artesanais, principalmente na tomada de decisão com relação às questões ecológicas, econômicas, sociais e culturais diante dos mega projetos relacionados ao turismo, pesca de rede de arrasto e industrial, especulações imobiliárias nas áreas litorâneas e as atividades portuárias.

Esse panorama de controvérsias e obstáculos sistematizados nesta dissertação vem instigando várias inquietações no âmbito das pesquisas científicas, motivando os autores e pesquisadores a proporem algumas reflexões e questionamentos sobre resultados possíveis e desafios futuros para uma melhor gestão participativa da RESEX-MAR e que essa considere os pescadores e pescadoras, assim como os seus conhecimentos tradicionais.

Entre os desafios mais importantes, observado no Quadro 6 e que reforça grande parte dos debates sobre a complexidade que envolve a gestão estatal e centralizadora das RESEX-MAR é a proposta de cogestão, ou seja, uma gestão compartilhada por distintos atores sociais, principalmente os pescadores artesanais. Nesse sentido, as narrativas indicam ainda alguns dos desafios inerentes à implementação e monitoramento efetivos dessa modalidade de gestão. Neste contexto, a noção de cogestão não pode ser rígida, restrita e minuciosa, para além disso, importante considerar, igualmente, um processo mais inclusivo, participativo, dinâmico e flexível, adaptado aos contextos específicos de cada localidade, povo e comunidade local ou tradicional, ou seja, interpretado de acordo às particularidades sociais, culturais, políticas e jurídicas de cada região ou país.

Os autores mencionam ainda que os arranjos de cogestão tendem a modificar conforme a natureza do recurso, além disso, considera-se o contexto político, bem como a atuação, experiência e habilidades dos atores sociais e das organizações comunitárias e participantes, as quais estão vinculados, o que parece não ser ainda o caso da RESEX-MAR de Arraial do Cabo.

Além disso, a gestão comunitária constitui um grande desafio no processo de cogestão da RESEX-MAR de Arraial do Cabo, considerando a centralidade das relações de poder existente na região e a irrelevância dada ao pescador artesanal no contexto econômico do município. Nesse processo, o eixo central da cogestão é a comunidade articulada com os atores externos, como os entes governamentais no

âmbito estadual e federal e também fazendo parcerias com as instituições de ensino público e privado.

Observa-se ainda, nas narrativas, que a gestão comunitária constitui um caminho, na relação tensa, hierárquica e desigual encontrada em Arraial do Cabo, o que tem resultado na desconfiança dos pescadores artesanais com relação às instituições governamentais responsáveis pelas questões ambientais. Tal desconfiança tem como origem a forte resistência e descaso do Estado quanto à decisão de compartilhar a gestão da RESEX. Sendo assim, os pescadores artesanais reclamam o abandono e a autonomia da comunidade local no gerenciamento dos recursos naturais.

Não menos relevante nesse processo, nota-se a existência de inúmeros desafios territoriais para o trabalho dos pescadores artesanais de Arraial do Cabo que vêm se agravando ao longo dos anos. Entre eles, pode-se citar: a) as disputas que sofrem em seus territórios em terra e/ou na água, ocasionando conflitos com os entes governamentais e com as grandes empresas; b) a implementação de políticas e legislações ambientais restritivas que necessitam ser repensadas e flexibilizadas, de acordo à realidade local; c) as incertezas na garantia de uma infraestrutura que assegure o trabalho digno dos pescadores (barcos, entrepostos, ranchos, mercados e colônias de pescadores e outros locais de comercialização), que tem resultado na precarização da atividade pesqueira; o abandono da atividade pesqueira e o trabalho reduzido à outras atividades assalariadas.

Outro importante elemento desafiador, a partir das narrativas observadas, vem sendo a interpretação dada à politização do movimento de pescadores, ou seja, o grande desafio é compreender o movimento a partir da dinâmica e da organização dos atores sociais, como sujeitos históricos e sociais que podem promover as discussões, debates e a própria luta do coletivo pelos direitos constitucionais.

Dessa forma, parece evidente que entre essas categorias mencionadas anteriormente, a mais comumente citada e problematizada trata exatamente da gestão tradicional pesqueiro que pode comumente ser apresentada através da fusão das perspectivas entre Ciência e Tradição, tendo como objetivo, assegurar os sistemas pesqueiros artesanais e interpretar teoricamente como o modelo de comanejo da pesca nacional vem sendo discutido sob a ótica da gestão participativa e compartilhada, vista como um processo de construção, que constitui importantes instrumentos de gestão de áreas protegidas e inclusão social no Brasil.

Observa-se, também, as questões de direitos desses povos, bem como a forma que a atividade pesqueira vem sendo desenvolvida e reconhecida pelo plano de manejo da UC. Além disso, reconhece-se, também, a concepção constitutiva de políticas públicas eficazes que dialogam com as narrativas e o saber tradicional das populações pesqueiras no contexto extrativista da RESEX-MAR de AC.

A análise da categoria de gestão pode contribuir para ampliar o debate sobre a importância de se considerar formas de manejo sustentável, apoiando também novas estratégias que minimizem os conflitos, alinhando a ciência ao saber tradicional. Além disso, pode servir como modelo de comanejo na representatividade frente ao poder público, aprimorando uma gestão participativa e utilizando-se das técnicas pesqueiras para a construção de mecanismos de gestão em Unidades de Conservação no Brasil.

Nota-se também, uma carência quanto às definições sobre o que os autores entendem e defendem sobre a pesca artesanal. Desta forma, não é observado na produção científica mapeada, um conceito consensual e/ou definições sobre a pesca artesanal, de uma forma geral, a noção da pesca artesanal vem sendo interpretada a partir de uma ótica mais operacional, havendo então uma necessidade de mais pesquisas e estudos para que seja considerado melhor aprofundado o tema.

Diante desse quadro de aparentes conflitos, controvérsias e desafios analisados na literatura mencionada anteriormente, pode ser observado o quanto ainda é necessário que haja uma gestão mais participativa, justa e afirmativa que valorize a cultura e o saber tradicional da comunidade pesqueira na RESEX-MAR de AC, resgatando e privilegiando todos os conhecimentos de seus antepassados que foram transmitidos de geração a geração, através de suas subjetividades e oralidades.

Neste breve contexto, percebe-se, claramente, a relação indissociável, a natureza tem seus representantes e essa dinâmica resulta dos cuidados, da proteção e conservação dos recursos encontrados na fauna marinha e em toda biodiversidade terrestre em conexão com o mar e, com as divindades e encantados, levando o pescador a manejar a pesca artesanal na localidade.

8.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, a pesca artesanal está na base do sustento e da economia mundial e tem contribuído para a reprodução e manutenção do modo de vida tradicional do pescador artesanal, principalmente no cenário nacional. Por sua vez, essa prática vem se deparando, ao longo das últimas décadas, com inúmeros obstáculos e desafios em decorrência de todas as mudanças ocasionadas pelo surgimento de novas técnicas e outras atividades econômicas utilizadas para incrementar e dinamizar a pesca e, desta forma, movimentar a economia de muitos países que dela dependem, como é o caso do Brasil. Além disso, é relevante destacar que tais técnicas e atividades terminam não considerando as múltiplas e complexas especificidades de cada localidade e, assim, gerando conflitos de naturezas diversas que, através do olhar acadêmico, se tornaram objeto de interesse de muitos pesquisadores.

Por essa razão, esse tema vem sendo decodificado a partir de várias narrativas, concebidas com base na realidade vivida por esse grupo em particular, a considerar: os conflitos socioambientais, a preservação da fauna marinha e da manutenção dos costumes e modos de vida das comunidades pesqueiras dentro e no entorno das áreas protegidas, como vem ocorrendo na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro.

Partindo desta perspectiva, a presente pesquisa teve como objetivo central, analisar a produção acadêmica nacional sobre os pescadores artesanais da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, no período de 1997 a 2020. Para cumprir com este propósito foi adotado como principal eixo da fundamentação teórica as narrativas sobre a conexão entre o pescador artesanal e a RESEX-MAR de AC, na literatura especializada nacional.

Os pescadores artesanais constituem uma das várias categorias de povos e populações tradicionais no contexto nacional, representando potencialmente um ator social que vem contribuindo por meio da prática da pesca artesanal com a preservação e conservação da biodiversidade marinha no litoral da região onde está localizada a referida RESEX-MAR, principalmente pela pressão oriunda das grandes empresas e corporações interessadas, particularmente, no desenvolvimento econômico do Município de Arraial do Cabo.

Tal pressão se justifica pelo território do município onde está inserida a área protegida ser considerado de alta importância biológica, em que se destaca o raro fenômeno marinho “ressurgência, que lhe atribui grande beleza cênica e faz com que o lugar seja conhecido como a “capital do mergulho”, construindo umas das motivações para o desenvolvimento do turismo.

A ressurgência foi um dos fatores que contribuíram para a criação da RESEX-MAR de AC, muito em virtude da biodiversidade da região o que vem provocando, nas últimas décadas, uma intensa exploração dessa biodiversidade, aumentando consideravelmente os impactos antrópicos na UC. Esse cenário vem se constituindo um vasto campo para a realização de diversas pesquisas científicas nas várias áreas de conhecimento, principalmente, no âmbito socioambiental, pesquisas essas que são advindas das inquietações de pesquisadores interessados no tema que envolve a indissociabilidade entre o ser humano e a natureza, neste caso os pescadores artesanais e sua conexão com a área protegida.

Pela análise realizada, observou-se, também, no decorrer desta dissertação que uma grande maioria das produções científicas aqui mapeadas, que tratam da interpretação do tema a partir da perspectiva de várias áreas do conhecimento, entre elas: a sociologia, a economia, a ecologia social, a antropologia, a história e a biologia possibilitam um olhar multidisciplinar e, por isso mesmo, plural que pode contribuir para entender sobre esse tema, ou também pode gerar inúmeros desafios no campo da pesquisa. Talvez, a partir desses múltiplos olhares, torna-se possível compreender as especificidades inerentes a esse grupo social, ampliando seus horizontes e sua forma de narrar sua própria história.

Além disso, tais produções incluem narrativas contendo muitas controvérsias quanto o processo de gestão da área protegida. Em algumas delas, é possível identificar as subjetividades por meio dos sentimentos e emoções dos atores sociais, que conseqüentemente incide na produção dos saberes tradicionais repassados oralmente, entretanto, a responsabilidade das instituições públicas em promover o diálogo junto aos pescadores artesanais, deveria considerar e respeitar o uso dos saberes tradicionais como prioridade na implementação de políticas públicas diante da ausência de assistência técnica e profissional que orientem, principalmente, o processo de cogestão, previsto na legislação nacional, mas que todavia, constitui uma realidade que parece ainda distante de ser implementada, controvérsia problematizada por alguns autores na literatura mapeada.

Esse contexto ilustrou a necessidade de revisar e analisar criticamente as publicações no processo de decodificação do tema, observando também como os autores interpretam a aplicabilidade das diretrizes para a conservação da RESEX-MAR de AC pelos órgãos gestores.

Outra problemática a ser considerada é o cenário de conflitos socioambientais e territoriais que ainda ocorrem na região, uma realidade complexa e paradoxal de ser investigada, considerando a adoção de ações para a gestão de forma autoritária, centralizadora e fundamentada em um modelo hierárquico “de cima para baixo”, que desconsidera os conhecimentos, as experiências e as vivências dos pescadores artesanais. É um campo de pesquisa interessante, porém muito delicado e contraditório para investir.

Paralelamente, observou-se os inúmeros desafios dos pescadores artesanais no que diz respeito a conservação da biodiversidade marinha da RESEX-MAR de AC, a salvaguarda da cultura artesanal das comunidades pesqueiras, a participação comunitária na tomada de decisão, assegurando o processo de cogestão e a valorização da tradição na prática da pesca artesanal. Entretanto, para que isto possa acontecer, de fato, é necessário um processo de sensibilização de todos os atores envolvidos na gestão da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo.

Nesta direção, durante o exercício de análise, alguns questionamentos surgiram e que ainda precisam ser considerados para pesquisas posteriores, entre eles destacam-se: Que ações poderiam ser avaliadas e implementadas para garantir uma participação efetiva dos pescadores artesanais no processo de gestão compartilhada da RESEX-MAR AC? Quais seriam os direcionamentos adotados que orientassem a formulação de políticas públicas que minimizem parte dos impactos oriundos das outras atividades econômicas sobre a pesca artesanal, na área protegida?

Estas são questões que ainda permanecem sem respostas, de acordo com a leitura das produções mapeadas. Diante desse panorama, marcado ainda por muitas lacunas a serem investigadas, ressalta-se que o objetivo desta dissertação não foi trazer conclusões, mas buscar contribuir, por meio da decodificação das narrativas sobre os pescadores artesanais da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo no Estado do Rio de Janeiro, com novos apontamentos e perspectivas que traduzem a conexão do ser humano, representado pelos pescadores artesanais com a natureza, simbolizada aqui pela RESEX-MAR de Arraial do Cabo.

Assim, para além da conclusão do tema, buscou-se fornecer alguns subsídios para se pensar em novas possibilidades de inserção do pescador artesanal na gestão compartilhada da referida área protegida, buscando assim consolidar ações que possam apoiar a conservação dos recursos naturais por meio das práticas ancestrais dessas comunidades pesqueiras, protagonizando esse ator social como elemento chave deste processo.

Dessa forma e por todos os argumentos apresentados anteriormente, sugere-se com base nas inquietações que apareceram ao longo do processo da pesquisa, que a imersão na literatura especializada sobre o tema desta dissertação pode ser interpretada com base em outras categorias de análise, além da pesca artesanal, conflitos socioambientais e territoriais e a gestão.

Essa possibilidade, contribuiria para um maior número de resultados obtidos aumentando, o que conseqüentemente, contribuiria para uma análise mais profunda do tema em questão. Outras contribuições relevantes, seria a realização de entrevista com os atores estratégicos, bem como, com os próprios pescadores e pescadoras, visando aprofundar e contextualizar as narrativas desses povos.

Instigar o deslocamento de poder na gestão das UCs também é tema apropriado para novas pesquisas, na busca de compreender se existem oportunidades para que os pescadores artesanais conduzam o processo de cogestão das Unidades de Conservação. Até porque não se pode negligenciar que, apesar de toda problemática enfrentada na salvaguarda de uma área protegida, os saberes tradicionais e a prática da pesca artesanal constituem elementos-chave nesse processo.

Dessa forma, observa-se a urgência de se interpretar, criticamente, as possíveis repercussões das narrativas dos pescadores artesanais sobre o protagonismo do grupo quanto à gestão da RESEXMAR de Arraial do Cabo, como parece ocorrer em algumas UCs do Brasil, ainda que o exercício maior no processo investigativo seja articular o tema a partir da compreensão da cultura local de cada lugar especificamente e dos resultados da implementação de políticas públicas como prioridade ou não de cada região.

E quando se discute a implementação de políticas públicas, é imperioso, também, que haja um compromisso sério das autoridades políticas locais na elaboração e na implementação de políticas públicas específicas para a pesca artesanal, tais como: projetos-lei, decretos, portarias, leis, entre outras que possam

ser discutidas e deferidas nas três esferas governamentais como prioridade para os pescadores artesanais. Por meio da implementação de tais políticas também poderá resultar na possibilidade de uma vida mais digna e na promoção da cidadania dos pescadores artesanais.

Nesse entendimento, recomenda-se também como inspiração, a partir dessa pesquisa, um aprofundamento na análise das políticas públicas, ainda que, sejam elas elaboradas a partir de um contexto macro, a exemplo daquelas que correspondem aos povos e comunidades tradicionais. Esse mergulho pode ter como resultado a possibilidade de promover a reaproximação da sociedade com a natureza a partir da valorização da experiência e vivência dos pescadores artesanais em sua prática sustentável e da sua conexão com a biodiversidade marinha. Além disso, reforçaria o sentimento de pertencimento das populações, ao mesmo tempo em que estimularia a dinâmica das economias locais.

Pesquisas a partir dessas perspectivas têm contribuído para a compreensão sobre a realidade vivenciada pelos pescadores artesanais para a garantia de sua sobrevivência e de sua comunidade e sua conexão com a biodiversidade marinha. Além disso, mostram como esse grupo social vêm se organizando na luta pela garantia de seus direitos.

Dessa forma, pode-se observar que este estudo oferece uma oportunidade para o pesquisador compreender, que a investigação realizada nesta dissertação, representa uma série de posições, tendências e argumentos que são discutidos entre os autores mapeados. Assim, permite ainda que outros pesquisadores exerçam a capacidade de decodificar e constituir uma tarefa complexa e paradoxal na elaboração da pesquisa científica.

Sendo assim, essa dissertação não se encerra aqui. Ela pode ser traduzida em uma metáfora de um barco pesqueiro que avança pelo mar aberto, de águas profundas, e quanto mais adentra sob o olhar do pescador que o conduz, mais tentado ficará ele em atingir seu objetivo, ou seja, descobrir os melhores lugares onde se possa encontrar o pescado de qualidade. Com uma diferença, ele o fará à sua maneira, conforme sua intuição, seu pensamento, suas emoções e paixões que o conecta com o mar, conforme compõe Dorival Caymmi.

Em seu canto poético, o mesmo traz a figura do pescador como aquele que avança pelo mar aberto, com sua experiência deve olhar atentamente as condições do dia ou da noite, retornando para suas casas com os barcos repletos de peixes.

Mas, apesar de conhecedores, eles sabem que não dominam todos os mistérios do mar. Assim, as histórias de pescadores e do mar bonito e misterioso, cantadas por Caymmi, ajudam a ilustrar a complexidade do tema e os “mistérios” que ainda precisam ser desvendados neste mar de conhecimentos sobre a pesca tradicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: Conflitos Ambientais no Brasil, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ALMEIDA, I. L. de; TARDIN, R. Paisagem da Pesca em Arraial do Cabo: conflitos e potencialidades. **Revista Arqui Sul** – Belo Horizonte, 2019.
- AGUIAR, D. B. **Análise Socioambiental do Uso e Ocupação do Solo no Morro do Forno – Arraial do Cabo, RJ**. Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.
- ALMEIDA, A. W. **O Conceito de terras tradicionalmente ocupadas**. Palestra no Seminário sobre questões indígenas. Revista Virtual da AGU. Ano V nº 46, de novembro de 2005.
- ACSERALD, H; MELLO, C.C.A; BEZERRA, G.N. **O que é Justiça ambiental?** Rio de Janeiro. Garamond Universitária, 2009.
- ASSIS, C. L; NEPOMUCENO, C. M. **DISCIPLINA aula 08 Processos culturais: endoculturação e aculturação Autoras Estudos Contemporâneos da Cultura**. 2008. [s.l.] , [s.d.]. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia_PAR_UAB/Fasciculos%20%20Material/Estudos_Contemporaneos_Cultura/Est_C_C_A08_J_GR_260508.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.
- ALVES, A. G. C. Pesquisando Pesquisadores: **aspectos epistemológicos na pesquisa etnoecológica**. Artigo de revisão. 2007. Disponível em Acesso em 30 de novembro de 2019.
- ALVES, A. G. C; ALBUQUERQUE, U. P. **Exorcizando termos em etnobiologia e etnoecologia**. In: ALVES, Ângelo Guiseppe Chaves, ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino & LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de (Org). Atualidade sem etnobiologia e etnoecologia. Volume 2. Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia/Núcleo de Publicações em Ecologia Etnobotânica. Recife, 2005.
- ALMEIDA, B.G.D. **Os Acordos de Pesca na Amazônia: Uma Perspectiva Diferenciada de Gestão das Águas**. 2006. In: XV ENCONTRO

- PREPARATÓRIO DO CONPEDI/UNICAP. 2006. Anais. Recife. Disponível em:
Acesso em: 30 janeiro 2020.
- ARMITAGE, D.; BERKES, F.; DOUBLEDAY, N. Moving beyond Co-management. In:
ARMITAGE, D.; BERKES, F.; DOUBLEDAY, N. (Org.). **Adaptative
comanagement: collaboration, learning and multi-level governance**. The
University of British Columbia Press, 2007. p. 1-15.
- ALBUQUERQUE, B. P. **As relações entre o homem e a natureza e a crise sócio-
ambiental**. Rio de Janeiro, RJ. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio,
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2007.
- AGUIAR, S. R. **Antropologia Sociocultural**. Mato Grosso do Sul, MS. Universidade
Federal da Grande Dourado, MS. 2013.
- ARRUDA, R. **“Populações Tradicionais” e a proteção de recursos naturais em
Unidades de Conservação**. In: Ambiente & Sociedade, ano II, n 5, 1999.
- ARAÚJO, V. P; NICOLAU, O. S. Participação social na Reserva Extrativista Marinha
de Arraial do Cabo: uma análise dos instrumentos de gestão sob a ótica da
decolonialidade. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 2018.
- ALCÂNTARA, D. M. DE; GERMAN. G. I. **Fundo de Pasto: Um conceito em
movimento**. Curitiba - Parana: Anpege, 2009. 15 p. Disponível em:
<https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_alcantaragermani_fundopasto_conceitoemmovimento.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- BRIGAGÃO, C. **Dicionário de Ecologia**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1992.
- BOURSCHEIT, A. (O ECO. **Brasil naufraga no controle da pesca de arrasto**. El
País Brasil. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-21/brasil-naufraga-no-controle-da-pesca-de-arrasto.html>>. Acesso em: 7 Nov. 2021.
- BOFF, L. **As quatro Ecologias: ambiental, política e social, mental e integral**. Rio
Janeiro: Mar de Ideias: Animus Anima, 2012.
- BOOKCHIN, M. **Towardanecologicalsociety**. Buffalo, NY: Black Rose Books. 1980.
- BOOKCHIN, M. **The philosophy of social ecology: Essays on dialectical
naturalism**. Buffalo, NY: Black Rose Books. 1995.

- BOOKS. BOOKCHIN, M. **The ecology of freedom: The emergence and dissolution of hierarchy**. Oakland, CA: AK Press. 1982/2005.
- BOOKCHIN, M. **Remaking society: Pathways to a green future**. Boston, MA: South End Press. 1990.
- BRITTO, R. C. C. **Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo**. Rio de Janeiro, Niterói: EdUFF, 1999.
- BAYLEY, PB & M PETRERE Jr. **Amazon fisheries: assessment, methods, current status and management options**. Can. Spec. Publ. Fish. AquaticSci., 106: 385-398. 1989.
- BARRETO FILHO, H T. **Populações Tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção**. In: Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Anna Blume, 2006.
- BRITO, I. C. B. **A REDE-MOVIMENTO SOCIAL DOS GERAIZEIROS DO NORTE DE MINAS**. 2012. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT2-1286-1051-20120702133233.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- BRITO, C. I; PEIXOTO, V. M. Pastoral da Pesca: **Trajetória e desafios na organização dos/as pescadores artesanais do Brasil**. Agenda Social. V 13, N 1. Norte Fluminense, 2016.
- BRASIL. Ministério Público Federal. Ministério Público Federal. **Pesca Artesanal Legal: Pescador da Região Sul/Sudeste: Conheça seus Direitos e Deveres**. MPF. Brasilia2017.. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/008_17_cartilha_pesca_legal_publicacao_biblioteca_digital-compressed11.pdf. Acesso em: 03 maio 2020.
- BENATTI, J. H. **A titularidade da propriedade coletiva e o manejo florestal comunitário**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, sér. Antropol. V. 18, n. 01, p. 04-37, 2002.
- BERVIAN, P. A.; CERVO, A. L.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

- BENEVIDES, D. **O rei dos balangandãs. Teoria e debate**, São Paulo, ed. 79, p.1-31 out. 2008.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BERKES, F. Sacred Ecology. **Traditional ecological knowledge and resource management**. Philadelphia: Taylor and Francis. 1999.
- BENNETT, C. F. **Conservation and Management of Natural Resources in the United States**. USA: John Wiley& Sons. 1983.
- BEGOT, L, H; WELLER, J; SANTANA, J, V, M. **PESCA DE CERCO EM SÃO JOÃO DA BARRA, RIO DE JANEIRO, BRASIL**. Conex. Ci. eTecnol, Ceará, v. 9, n. 3, p. 77-84, nov. 2015. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/845-3400-1-PB.pdf. Acesso em: 03 maio 2020.
- CARVALHO, I; SCOTTO, G. **Conflitos sócio-ambientais no Brasil**. v.1. Rio de Janeiro: Ibase, 1995.
- CLARK, JOHN. "**Colocando a liberdade no mapa: a vida e obra de Élisée Reclus (introdução e tradução de fragmento)**" .Mesechabe . 11 (inverno de 1993): 14-17. Recuperado em 15 de maio de 2008.
- CARDOSO, E. S. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Geografia. Tese apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia Física. São Paulo, 2001.
- CARDOSO, P. O; DOULA, S. M. Reservas extrativistas marinhas: perspectivas e limitações para jovens pescadores. **Revista Acta Biológica Catarinense**. Santa Catarina, 2018.
- CARDOSO, P. O. **O uso dos recursos naturais nas reservas extrativistas marinhas brasileiras e a transmissão do saber fazer tradicional da pesca artesanal**. Universidade Federal de Viçosa, 2018.
- CALDASSO, L. P. **A Interface entre Economia e Direito no debate sobre direitos de propriedade para recursos comuns: O Caso das Reservas Extrativistas Marinhas para a Co-Gestão Pesqueira no Brasil**. Instituto de Economia da

Universidade Federal do Rio de Janeiro Doutorado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2015.

CARNEIRO, A. M. M. Rede Interativa para a Gestão Compartilhada da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. **Programa de Engenharia de Produção**, COPPE/UFRJ, 2010.

CHACPE, J. F. **Territórios quilombolas e unidades de conservação de proteção integral: desafios da conciliação na Administração Federal. Dissertação de estrado**. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília: 2014.

CONTI, J.B. **O Conceito de Desertificação**. Climatologia e Estudos da Paisagem. Vol.3, n.2. p. 39-52. Rio Claro, 2008.

COPPE – UFRJ/SAGE. II **Relatório técnico parcial de execução**. Projeto de Gestão Socioambiental de Reserva Extrativista Marinha para o Ecodesenvolvimento. COPPE – UFRJ/SAGE. 2007.

CASTRO, E. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. In: DIEGUES, A.C. Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Hucitec/ NUPAUB-USP, 2000.

CHIFUCO, N. C. **O conflito e o fenômeno de venda de terras no contexto de turismo, sua origem e mecanismos da sua prevenção**. II CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE O MANEIO COMUNITÁRIO DOS RECURSOS NATURAIS. Maputo: FAO/IUCN/Unidades de Apoio ao Maneio Comunitário. 6p. 2001.

CARVALHO, Izabel. et al. Roteiro Metodológico. In Conflitos Socioambientais no Brasil. Vol I, CARVALHO, Isabel Cristina de Moura & SCOTTO, Gabriela. org. Rio de Janeiro. IBASE; 1995.

CARVALHO, I. C. M; SCOTTO, G. **IV Fórum de Educação Ambiental. I Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental**. Projeto Roda-Viva (org.). Instituto Ecoar para a Cidadania. Rio de Janeiro: INESC, p. 129-132. 1997.

CARVALHO, S. V. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **RAÍZES DA ECOLOGIA SOCIAL: O Percorso Interdisciplinar de uma Ciência em Construção**. Rio

de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2005_DOUT_Vilson_Sergio_de_Carvalho.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.

CAÑETE, U. M; RAVENA-CAÑETE, V.; MAGALHÃES, S. M. S. B. **Pesca artesanal e manejo: conflito socioambiental em uma área de unidade de conservação do Parque Nacional do Cabo Orange, Oiapoque, Amapá.** Novos Cadernos NAEA, v. 18, n. 3, p. 179- 198, 2015.

CREMONESI. **Confira quais são as modalidades de pescaria mais praticadas.** 2017. Disponível em: <http://blog.cremonesi.com.br/confira-quais-sao-as-modalidades-de-pescaria-mais-praticadas/#respond>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, Org.: TOMÁZ, ALZENÍ de FREITAS & SANTOS, GILMAR. **Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil.** – Brasília/DF. 104p. 2016.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. **Nas águas da organização, pescando vida e dignidade.** 2019. Disponível em: [http://www.cppnacional.org.br/node/3#:~:text=O%20Conselho%20Pastoral%20dos%20Pescadores,Bispos%20do%20Brasil%20\(CNBB\).&text=O%20trabalho%20pastoral%20com%20pescadores,pelo%20Frei%20Alfredo%20Schnuettgen%20OFM..](http://www.cppnacional.org.br/node/3#:~:text=O%20Conselho%20Pastoral%20dos%20Pescadores,Bispos%20do%20Brasil%20(CNBB).&text=O%20trabalho%20pastoral%20com%20pescadores,pelo%20Frei%20Alfredo%20Schnuettgen%20OFM..) Acesso em: 19 fev. 2020.

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** Brasília, 1988.

CARVALHO, Izabel. *et al.* **Roteiro Metodológico. In Conflitos Socioambientais no Brasil.** Vol I, CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; SCOTTO, Gabriela. org. Rio de Janeiro. IBASE; 1995.

CIRIACO, D. **O que é e como usar o Google Acadêmico.** CanalTech, 17 de julho de 2015. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/mercado/o-que-e-e-como-usar-o-google-academico/>>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

- COSTA, S. L. da. Os sentidos da comunidade: **construções intergeracionais de memória coletiva na Ilha das Caieiras, em Vitória – ES** / Samira Lima da Costa. Rio de Janeiro, 2008.
- CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. **O Leme - Pescadores e Pescadeiras Rumando Para Novas Águas**. Recife, CPP, nos.115, 117, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128,129,130,131,132,133,134,135, janeiro de 1989 a junho de 1993.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PESCADORES. **A Constituinte da Pesca**. Olinda, Documento, 1985.
- CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. **Populações tradicionais e conservação ambiental**. In: CUNHA, M (Org.). Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, p. 277-299. 2009.
- CUNHA, L. H. O. **Reservas Extrativistas: Uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1992. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/Resex.pdf>. Acesso em 23 de janeiro 2020.
- CRUZ, Márcia Maria. **Indígenas se formam em licenciatura na UFMG**: Ao todo, 30 indígenas das etnias pataxó, Xacriabá e Pataxó-Hã-Hã-Hãe se formaram. Curso habilita educadores para lecionarem nos anos finais dos ensinos Fundamental e Médio. 2019. Estado de Minas Gerais. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/05/21/interna_gerais,1055575/indigenas-se-formam-em-licenciatura-na-ufmg.shtml. Acesso em: 30 set. 2019
- CALDASSO. L. P; VALLE. R; VINHA. V. Governança em reserva extrativista Marinha. Rio de Janeiro, 188p. PoD, 2012.
- DONALD. A. **"Bioregionalismo: ciência ou sensibilidade?"** Ética Ambiental 12 (2), 161-173. 1990.
- DARBY, S. **Natural resource governance: new frontiers in transparency and accountability**. London : Open Society Foundation, 2010. 69 p. Disponível em: <http://www.transparency-initiative.org/wp->

content/uploads/2011/05/natural_resources_final1.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2019.

- DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo. Editora Ática. Ensaio: 94. 287 p. 1983.
- DIEGUES, A.C.S. **O Movimento Social dos Pescadores Artesanais Brasileiros**. CEMAR: Centro de Culturas Marítimas. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa no. 8. Universidade de São Paulo. São Paulo/SP. 1993.
- DIEGUES, A. C. S. **Povos e mares: leitura em sócio-antropologia marítima**. São Paulo: NUPAUBUSP, 1995.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec. 87.p. 1996.
- DIEGUES, A. C. S. **A pesca artesanal no litoral brasileiro: cenários e estratégias para sua sobrevivência**. Pescadores artesanais – entre o passado e o futuro. FASE, no 38, 74 p. 1988.
- DIEGUES, A C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- DIEGUES, A. C. S. (Org.) **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: Nupaub — USP, 1999.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. (orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Editora da USP, 2001
- DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**; 3º Ed. – São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC- USP, 2001.
- DIEGUES, A. C. S. **PROJETO SOCIOAMBIENTAL DE RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA PARA O ECODESENVOLVIMENTO-ARRAIAL DO CABO (RJ): PROGRAMA PETROBRAS AMBIENTAL.-COPPE/UFRJ CULTURA MARÍTIMA, CONHECIMENTO E MANEJO TRADICIONAIS NA RESEX MARINHA DO ARRAIAL DO CABO**. NUPAUB-USP, 2007 Disponível

em:<<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/conhectradresex.pdf>>. Acesso em: 1 fev. 2021.

DIEGUES, A. C. Cultura Marítima, Conhecimento e Manejo Tradicionais na RESEX Marinha do Arraial do Cabo. **Revista NUPAUB-USP**. Projeto Socioambiental de Reserva Extrativista Marinha para o Ecodesenvolvimento- Arraial do Cabo (RJ): Programa Petrobras Ambiental.-COPPE/UFRJ, 2007.

DIEGUES, A. C. S. Conhecimento da Pesca Tradicional e apropriação social dos Recursos Marinhos no Brasil. **Revista NUPAUB** – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP, 2005.

DIEGUES, A. C. **Cultura Marítima, Conhecimento e Manejo Tradicionais na Resex Marinha do Arraial do Cabo**. Projeto Socioambiental de Reserva Extrativista Marinha para o Ecodesenvolvimento - Arraial Do Cabo (RJ): Programa Petrobras Ambiental - COPPE/UFRJ NUPAUB-USP, 2007.

DUMITH, R. de. C. A importância da gestão compartilhada e das áreas marinhas protegidas para o sistema socioecológico da pesca artesanal: O caso das reservas extrativistas marinhas. **Revista GeoTextos**, 2012.

DI MAULO, R. **Parque Estadual da Costa do Sol: Recurso Potencial para o Planejamento Turístico da Região Costa do Sol**. Universidade Federal Fluminense Faculdade de Turismo e Hotelaria. Departamento de Turismo/Curso de Turismo. Niterói 2016. Accessed November 20 AD. <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/5147/1/Roberta%20Di%20Maulo.pdf>.

DPA. **Plano de Ação 1999-2002**. Brasília, Rel. Interno, p. 77, 1999.

_____. **DECRETO FEDERAL Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007.

_____. **DECRETO-LEI Nº 221, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

_____. **DECRETO Nº 2.519, DE 16 DE MARÇO DE 1998.** Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992.

_____. **DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1994.** Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992.

_____. **DECRETO N. 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002.** Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

_____. **DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 2004.** Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências - REVOGADO EM 14 DE JULHO DE 2006.

_____. **DECRETO DE 13 DE JULHO DE 2006.** Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências.

_____. **DECRETO Nº 8.750, DE 9 DE MAIO DE 2016.** Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

ESCOBAR, A. **Depois da Natureza - Passos para uma Ecologia Política Antiessencialista.** In: PARREIRA, C.; ALIMONDA, H. (Orgs.). Políticas públicas ambientais latino-americanas. Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré, 2005a.

ESCOBAR, A. **O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pósdesenvolvimento?** In: Lander, E. (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. pp. 63-79, 2005b.

FAIRCHILD, H. **Dicionário de Sociologia 4ª ed.** México: Fondo de Cultura Economico, 1971.

- FERREIRA, L. V.; LEMOS SÁ. M.; BUSCHBACHER, R.; BATIMANIAN, G.; BENSUSAN, N. R.; COSTA, Kátia Lemos. **Protected areas or endangered spaces?**. (Eds.) BARBOSA, A.C.; LAVACA, U. WWF Report on the Degree of Implementation and Vulnerability of Brazilian Federal Conservation Areas. 1999. Brasília: WWF Brasil (<http://www.lucn.org.br>). 20/01/2020.
- FERREIRA, J. M. C. *élisée reclus: vida e obra de um apaixonado da natureza e da anarquia*. **Verve**, Lisboa, v. 10, p. 109-134, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/5436-13040-1-SM.pdf>. Acesso em: 11 maio 2020.
- FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho. WITKOSKI, Antônio Carlos. JACAÚNA, Thiago da Silva. ARAÚJO, Lenizi Maria da Silva. **Manejo da pesca em lagos da Amazônia central** – o lago grande. Antônio Carlos Witkoski. – Manaus: editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007. (série: Amazônia: a terra e o homem).
- FISCHER, J; JORGENSEN, J; JOSUPEIT, H; KALIKOSKI, D; LUCAS, C. M. **Conhecimento dos pescadores e o ecossistema abordagem à pesca Aplicações, experiências e lições na América Latina**. Fishers' knowledge and the ecosystem approach to fisheries Applications, experiences and lessons in Latin America. Editora Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2015.
- FABIANO, C. C. L. **O turismo e a sua contribuição na manutenção e na preservação da pesca artesanal e da cultura tradicional na reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo – RJ**. CET - Mestrado Profissional em Turismo, 2011.
- FONSECA-KRUEL, V. S. da; PEIXOTO, A. L. Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil. **Revista Acta Bot. Bras**, 2004.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed. 2009.

- FILHO, E. A; TOGNELLA, M. M. P; LIMA, K. O. O. Panorama da Conservação dos Manguezais Brasileiros: Distribuição das Reservas Extrativistas. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer – Jordania – GO, v 17n. 33; p328. 2020.
- FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação: **A pesca e a aquicultura são críticas para a transformação dos sistemas agroalimentares globais** | FAO no Brasil | Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2021). Fao.org. <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1371997/>
- FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação: **Novo relatório da FAO aponta que produção da pesca e aquicultura no Brasil deve crescer mais de 100% até 2025/FAO no Brasil, 2018**. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Fao.org. Published 2016. Accessed April 27, 2021. <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/423722/>.
- FORLINE, L.; FURTADO, L. G. **Novas reflexões para o estudo das populações tradicionais na Amazônia: por uma revisão de conceitos e agendas estratégicas**. Boi. Mus. Para. Emílio Goeldi, sér: Antropol, v. 18 n. 02, p. 209-227, 2002.
- FOX, V. P. **Pesca artesanal e desenvolvimento local: o movimento nacional dos pescadores – MONAPE (1990-2009) / Verónica del Pilar Proaño de Fox – 2010**.
- FONSECA-KRUEL. V. S; PEIXOTO. A. L. **Etnobotânica na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil**. Acta bot. bras. v.18 n.1,p. 177-190. 2004.
- FONSECA, M. A. P. **TURISMO E DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NO POLO COSTA O SOL/RJ**. Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 21, p. 121-132, abr. 2011. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/487-1-2260-7-10-20120215.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.
- FONTOURA, A. **Introdução a Sociologia**. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Globo, 1955.

- FÓRUM INTERNACIONAL de ONGs e Movimentos Sociais, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais Para o Meio Ambiente. **Tratados das ONGs**. Rio de Janeiro, p. 264, 1992.
- FAGUNDES, L; HENRIQUES, M.B; OSTINI, S; GELLI, V. C. **Custos e Benefícios da Mitilicultura em Espinhel no Sistema Empresarial e Familiar**. Informações Econômicas, v.27, n.2, São Paulo. 1997.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIDDENS, A. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- GUATARRI, F. **As Três Ecologias**. 9ª ed. São Paulo (CAMPINAS): Papyrus, 1999.
- GUDYNAS, E; EVIA, G. **El Concepto de Ecología Social**. Documento Claes. 2000.
- GUERRA, J. L. Notas para uma abordagem interpretativo-normativa da Notícia. **Revista E - Compós**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, 2002. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_717.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- GOHN, M. G. Teorias dos Movimentos Sociais: **paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- GOURA, M. https://mandatogoura.com.br/author/mandato_user. **Goura sugere compra direta para garantir renda aos pescadores artesanais do Paraná - Mandato Goura**. Mandato Goura. Published April 9, 2020. Accessed April 28, 2021. <https://mandatogoura.com.br/goura-sugere-compra-direta-para-garantir-renda-aos-pescadores-artesanais-do-parana/>.
- GLOBO. **Dicionário de Sociologia**. Porto Alegre: Globo, 1961.
- HERCULANO, S. **Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental**. I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental. Fortaleza, 2006.
- Helder, R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve 2006.

HERSCOVITZ, H. G. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 123- 142.

IRVING, M; D'AVILLA, M. I; MACIEL, T. M. de F. B; BEYSSAC, M. **O enfoque brasileiro da ecologia social com foco/acerca da relação natureza - social**. Capítulo 2. **Ecologias Sociais: a preocupação do bem comum** Pierre-Antoine Chardel e Bernard Reber Traduzido por Philippe Antoine Von Buren e Claudia Fragelli. Ecologie Sociale: situations et critique. 03/07/2014.

IRVING, M. A; OLIVEIRA, E. **Sustentabilidade e Transformação Social**. Rio de Janeiro: Senac Nacional. 2012.

IRVING, M. A. **Droit des populations et peuples traditionnels et aires protégées: tensions et contradictions dans les politiques publiques de protection de la nature au Brésil**. In: SEPÖLVEDA, Éric Glon Et Bastien. Autochtonies: regards croisés sur les territorialités et les territoires des peuples autochtones. Paris: Editora de Ciências Humanas e Sociais Desde, 2021. p. 01-420. PRENSAS UNIVERSITAIRES DE RENNES.

INPE - **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais**. Inpe.br. Published 2017. Accessed April 29, 2021. <http://www.inpe.br/faq/index.php?pai=3>.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo**. 2020 https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_Resex_Marinha_do_Arraial_do_Cabo.pdf.

INSTITUTO DE PESCA (Brasil). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **A Pesca de Arrasto-de-Praia na Ilha de São Vicente, São Paulo, Brasil**. 29. ed. São Paulo: Governo de São Paulo, 2007. 45 p. AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/serreltec_29%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/serreltec_29%20(1).pdf). Acesso em: 03 maio 2020.

JACOBI, Pedro. **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro: IBASE. 1995.

- JENTOFT, S. Co-management – the way forward. In: WILSON et al (Org.). **The fisheries co-management experience: accomplishments, challenges and prospects**. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 1-14.
- _____. Commentaires sur “**L’écologie Sociale Profonde**” de Jonh Clark. 2004.
- JUNIOR, A; CONTE, A. **Dicionário de Sociologia**. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1949.
- KRAUTKRAEMER, J. A. **Economics of natural resource scarcity: The state of the debate**. 2005.
- KOBLISCHEK, M. **Resiliência da RESEX-MAR Arraial do Cabo/RJ, Brasil, com ênfase na Pesca Artesanal**. PoD editora Rio de Janeiro 2012 Governança em Reserva Extrativista Marinha, 2012.
- LEITE, J. P. R.; ARAÚJO, D. L. S.; DUARTE, M. D. D. C. Reflexos e Considerações sobre a Implementação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Estado do Piauí. **Sustentare**, v. 2, n. 1, p. 20-31, 2018.
- LITTLE, P.E. **Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política**. In: BURSZTYN, M. (Org). A difícil sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond universitária, 2001.
- LITTLE, Paul E. **Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política**. (Org.) BURSZTYN, M. In: A Dificil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. p. 107-122. 2001.
- LITTLE. Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
- LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Educação Ambiental).
- LIBISZEWSKI, S. **Whatisanenvironmentalconflict? Center for Security Studies, Zurich**: 14 p. 1992.

- LIMA, G. P. **Populações tradicionais: o conceito em foco**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 06, n. 02, p. 523-542, 2016.
- LIMA, M. A. G. **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM MAGÉ (RJ/Brasil): tecendo conexões entre turismos, naturezas e culturas nos Caminhos da Serra do Mar**. / Marcelo Augusto Gurgel de Lima. -- Rio de Janeiro, 2019. 453 f.
- LOTO, L; LOBÃO, R; SILVA, E. P. da. Saber naturalístico e sistemas adaptativos complexos: um modelo interpretativo para as pescarias artesanais tradicionais de Arraial do Cabo e Itaipu (Rio de Janeiro, Brasil). **XI Congresso Argentino de Antropologia Social**, 2014.
- LOTO, L. **Atualização do estado dos sistemas pesqueiros em Arraial do Cabo e Itaipu. (RJ Brasil)**. Relatório Técnico apresentado no Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas (NUPIJ), 2013.
- LOUBAK, A. L. **Dez dicas para fazer pesquisas científicas no Google Acadêmico. TechTudo**, 12 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/listas/2019/09/dez-dicas-para-fazer-pesquisas-cientificas-no-google-academico.ghtml>>. Acesso em: 13 de junho de 2020.
- _____. **LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Brasília, 2009.
- _____. **LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
- _____. **LEI N. 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000**.Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- _____. **LEI Nº 10.779, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003**. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.
- _____. **LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no

planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências.

_____. **LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

_____. **LEI Nº 10.558, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002.** Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências.

_____. **LEI Nº 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006.** Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O Ecologismo dos Pobres.** São Paulo: Contexto, 2014.
 MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. Seguro defeso. Disponível em:
 <<http://www.mpa.gov.br/component/content/article?id=85>>. Acesso:
 12/11/2019.

MARTINEZ-ALIER. J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração.** São Paulo 2007. Contexto.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A Marinha Brasileira na era dos encouraçados, 1895-1910: tecnologia, forças armadas e política.** Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARQUES, J.G.W. Etnoictiologia: pescando pescadores nas águas da transdisciplinaridade. In: **ENCONTRO BRASILEIRO DE ICTIOLOGIA**, 11, 1995a, Campinas. Resumos... Campinas: UNICAMP/Sociedade Brasileira de Ictiologia, 1995a. p. 1-41

MACIEL, T. B; RITTER, P. Desenvolvimento sustentável, diversidade e novas tecnologias: a relação com a ecologia social. **PSICO, Porto Alegre, PUCRS**, v. 36, n. 1, pp. 81-87, jan./abr. 2005

- MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MENEZES, E. S. **Relações Sociais, processos de dominação e estratégias de enfrentamento no sistema de aviação em Barcelos – AM**, 2019.
- MILLER, K. R. **Evolução do conceito de áreas de proteção — oportunidades para o século XXI**. In: Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba: IAP: UNILIVRE: Rede Nacional Pró Unidades de Conservação, Vol. 1: 3-21. 1997.
- MATOS, A. G. **Capital social e autonomia**. In: **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – MDA**. Disponível em: . Acesso em: maio 2005.
- _____. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 870, DE 1º DE JANEIRO DE 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
- MENEGUELLI, G. **Ameaça à pesca artesanal na Região dos Lagos (RJ)** - greenMe. greenMe. Published November 9, 2015. Accessed April 28, 2021. <https://www.greenme.com.br/informarse/biodiversidade/59909-ameaca-a-pesca-artesanal-na-regiao-dos-lagos-rj/>.
- MELO, L. V; SALES, T. B; SOUZA, G. L; BRANT, F. F; MANICACCI, M. **Ampliação do Porto do Forno na Reserva Extrativista Marinha em Arraial do Cabo – RJ**. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, Campos dos Goytacazes/RJ, v.3, n.2, p. 163-186, jul./dez. 2009.
- MACEDO, S. S; SAKATA, F. G. b – **Brazilian Urban Parks**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [Coleção Quapá], 2010.
- MEDEIROS, M. **Pesquisas de abordagem qualitativa**. Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2012 abr/jun;14(2):224-5. Available from: <http://www.fen.ufg.br/revista/v14/n2/v14n2a01.htm>
- MILANO, M. S. **Por quê existem as unidades de conservação?** In: Unidades de conservação: atualidades e tendências. Miguel Sereduik Milano (org.). Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. p. 193-208. 2002.

- MANHÃES, M. C; ESTEVES, J. R. Uma reflexão sobre memórias e elementos culturais da comunidade tradicional em arraial do cabo: pesca artesanal e isolamento social e geográfico. **Revista ECOS**, 2018.
- MENDONÇA, T. C. de M; MORAES, E. A. de; MACIEL, M. A. Turismo e pesca nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Verde (CE): possibilidades e limites de complementaridade. **Caderno Virtual de Turismo** – Rio de Janeiro, 2013.
- MOREIRA, F. de. A. W. **Breve panorama da pesca na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ**. PoD editora Rio de Janeiro 2012 Governança em Reserva Extrativista Marinha, 2012.
- MENDONÇA, F. M. d.; VALLE, R. de A. B. do; COUTINHO, R. A cadeia produtiva da pesca artesanal em Arraial do Cabo: análise e propostas de melhoria. **Anais - XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção** Maturidade e desafios da Engenharia de Produção: competitividade das empresas, condições de trabalho, meio ambiente Enegep, 2010.
- MONTEIRO-NETO, C; et al. Estudo preliminar da Sustentabilidade de Três Sistemas de Pesca Artesanal do Estado do Rio de Janeiro. **III Congresso Brasileiro de Oceanografia**, 2010.
- MELO, L. V. et al. Ampliação do Porto do Forno na Reserva Extrativista Marinha em Arraial do Cabo – RJ. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, Campos dos Goytacazes/RJ, 2009.
- MINAYO, M. C.de S. (Org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1996.
- MORAES, E. A. **Encontro na Floresta: Interpretando o Ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Acre-Brasil)**. Dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ. Programa Eicos, 2009.
- MONAPE. **Pescando e Lutando**. São Luís, Movimento Nacional dos Pescadores, p. 12, 1991.
- NASCIMENTO, E. P.. **Os conflitos na Sociedade Moderna: uma Introdução Conceitual (Org.)** BURSZTYN, M. A Difícil Sustentabilidade: Política

energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. p. 85 - 106. 2001.

NETO, J. S [et al.] **Terras de Faxinais** (/ Organizadores: Alfredo Wagner Berno de Almeida, Roberto Martins de Souza Faxinais – Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, p. 184, 2009.

NOGUEIRA, C.S. **Território de pesca no estuário marajoara: comunidades rurais negras e conflitos no município de Salvaterra – Pará.** (Dissertação do Programa de PósGraduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2005.

_____ **OIT** - Organização Internacional do Trabalho. Convenio número 169 sobre Povo Indígenas e Tribais: um manual. 5ªed. 2003. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 20 setembro. 2019.

OLIVEIRA, C. L.. **Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais.** Claudia Luz de Oliveira. – 2005.

OLIVEIRA, L. C. A. **The interaction between Park management and the activities of local people around National Parks in Minas Gerais, Brazil.** Ph.D. in Geography. UniversityofEdinburg. 1999.

OLIVEIRA, E; IRVING, M. de A. Convenção sobre Diversidade Biológica pós Nagoya: desafios para a mídia em um país de megadiversidade. **Razón y Palabra**, v. 75, p. 3-26, 2011.

O'RIORDAN, B. **Las comunidades de pescadores artesanales en el siglo XXI – Ecología Política.** Ecologiapolitica.info. Published February 20, 2007. Accessed April 27, 2021. <https://www.ecologiapolitica.info/?p=6365>.

PÁDUA, J. A. **Produção, consumo e sustentabilidade: O Brasil e o contexto planetário.** In: PARREIRA, C.; ALIMONDA, H. (Orgs.). Políticas públicas ambientais latino-americanas. Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré, 2005.

PARREIRA, C.; ALIMONDA, H. (Orgs.). **Políticas públicas ambientais latino-americanas**. Brasília: Flacso-Brasil, Editorial Abaré, 2005.

PELEGRINI, S. C. A. **O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.3, n.1, 2007 p. 87-100. 2007

PORTO, M F. **Uma ecologia política dos riscos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ 2007.

PAIVA, MP. **Recursos pesqueiros estuarinos e marinhos do Brasil**. Fortaleza: EUFC, 278p. 1997.

PINHA, P. R. S.; LA NOCE, E. M; CROSSA, M; AMORAS. A.S. **Acordos de conservação da Reserva Biológica do Lago Piratuba**. Biodiversidade Brasileira, n. 1, p. 32-58, 2015.

PACKARD, V. **Estratégia do desperdiço**. Tradução de A. Arruda, São Paulo: Brasil, 1965.

_____ **PORTARIA Nº 28 DE 18 DE JANEIRO DE 2019**. Aprova o Acordo de Gestão da Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo, no Município de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro - Processo nº 02126.000120/2016-37. ANEXO I MAPAS DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DO ARRAIAL DO CABO.

_____ **PORTARIA Nº 204, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015 - IMPRENSA NACIONAL**. Modifica a composição do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinhado Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro.

PACHECO, V. L.. **Unidade de Conservação no Brasil: Reserva Extrativista Marinha do Arraial do Cabo**. 2012. ISA. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/1149>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

QUINTÃO, A. T. B. **Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento**. Brasil Florestal. Brasília, nº 54, p. 13 a 28. Abr-jun. 1983.

RECLUS, É.. **Histoire d'unruisseau**. Paris: J. Hetzelet Cie. (Bibliothèque d'Éducation et de Récréation). 1869

RUI RIBEIRO C., « **Élisée Reclus e a Histoire d'unruisseau** », **Terra Brasilis (Nova Série)** [Online], 7 | 2016, posto online no dia 09 dezembro 2016, consultado o 20 janeiro 2020. URL :<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1777> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.1777

RECLUS, É. **O homem e a Terra. A cultura e a propriedade**. São Paulo: Imaginário, 2010.

RIBEIRO, L. A.; SILVA, M.M.P.; LEITE, V. D.; SILVA, H. **Educação ambiental como instrumento de organização de catadores de materiais recicláveis na Comunidade Nossa Senhora Aparecida**, Campina Grande-PB. Revista de Biologia e Farmácia, v. 5, n. 2, p. 59-72, 2011.

RARE. **Pesca para Sempre no Brasil** – Rare. Rare. Published April 19, 2021. Accessed April 27, 2021. <https://rare.org/program/pesca-para-sempre-no-brasil/#:~:text=O%20Brasil%20est%C3%A1%20no%20topo,pa%C3%ADses%20mais%20megadiversos%20do%20mundo.&text=No%20Brasil%20existem%201%2C2,produ%C3%A7%C3%A3o%20pesqueira%20desembarcada%20no%20pa%C3%ADs>.

RIO DE JANEIRO. Brasil. **Governo do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Turismo** - Setur (org.). CIDADES MARAVILHOSAS. 2021. Disponível em: <http://www.cidadesmaravilhosas.rj.gov.br/costadosol.asp>. Acesso em: 19 jan. 2021.

RAPOPORT, Anatol. **Lutas, jogos e debates**. Trad. de Sérgio Duarte. Brasília: Ed. Universidade de Brasília. 324p.1980. (Coleção Pensamento Político, 21)

RIBEIRO, R. F.. **Introdução à questão metodológica**. In: DIEGUES, A. C. S. Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais. Rio de Janeiro: IBASE, 1995. (Debates).

Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo - CNPT - CBPDS/ProACqua. Disp Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo - CNPT - CBPDS/ProACqua. Disponível em: <http://www.cbpds.com.br/html/RESEX.htm>. Acesso em: 19 jan. 2021. Disponível em: <http://www.cbpds.com.br/html/RESEX.htm>. Acesso em: 19 jan. 2021.

- RIOS, GSL. **A pesca artesanal como parte do setor de subsistência.** Sua abordagem sociológica. *Ciência e Cultura*, 28(4): 397-406. 1976.
- ROJAS, B. C. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível.** São Paulo: Cortez, 2006.
- RUSCHEINSKY, A. (org) **Educação Ambiental: abordagens múltiplas.** Porto Alegre: ArtMed, p.61-71. 2002.
- RAMALHO, C. W. N. **Estado, Pescadores e Desenvolvimento Nacional: Da Reserva Naval à Aquícola.** *Revista Ruris*, Volume 8, nº 1. Campinas-SP, 2014.
- SAMPAIO, E. V. S. B.; ARAÚJO, M. S. B.; SAMPAIO, Y. S. B. **Impactos ambientais da agricultura no processo de desertificação no Nordeste do Brasil.** *Revista de Geografia*. n 1, v. 22, p. 90-112, Recife, 2005.
- SANTANA CAVALCANTE, LÍVIA POLIANA; ALENCAR, LAYANA DANTAS DE; MOREIRA BARBOSA, ERIVALDO. **Conflitos Socioambientais e Catadores de Materiais Recicláveis Informais: Estudo de Caso em Campina Grande/PB.** *POLÊM! CA*, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 1034-1056, fev. 2014. ISSN 1676-0727. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/9634/7559>>. Acesso em: 26 jan. 2020.
- SILVA, S. L.F.; CAMARGO M.; ESTUPIÑÁN R. A. 2012. **Fishery management in a conservation area.** The case of the Oiapoque River in northern Brazil. *Cybium*, v. 36, n. 1, p. 17-30, 2012.
- SILVA, C. N.; CARDOSO, E. S. **Fishermen and territorial trends in the Brazilian fisheries policies.** *International Journal of Geosciences*, v. 6, n. 04, p. 339, 2015
- SILVEIRA, C. E. M. **Princípios de direito ambiental:: articulações teóricas e aplicações práticas.** 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2013. 212 p. (349.6). Editora da Universidade de Caxias do Sul. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Principios_de_Direito_Ambiental.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.
- SAHLINS, M. D. **Ilhas de História** – Tradução: Barbara Sette, Jorge Zahar Editor; Rio de Janeiro, 1987.

- SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Trad. Sérgio T. Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro:Zahar Editora, 1979.
- SÁ-SILVA, J. R; ALMEIDA AND, C. D; GUINDANI, J. F. “**Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.**” Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, São Leopoldo, ano. I, n.I, 15 p, jul. 2009.
- SILVA, I. L. R. S. **As Margens do Rio São Francisco: um olhar antropológico sobre os Mestres fazedores de Canoas na cidade de Pão de Açúcar-Alagoas.**- Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Antropologia da UFS, São Cristovão- SE, 2014. 991472201
- SILVA, M.C.C. O Infiltrado: narrativas midiáticas e uma poética antropofágica. Galaxia (São Paulo, Online), n. 30, p. 125-137, dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015220670>
- SANTOS, B. S. **Renovar a Teoria Crítica**. E reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SOARES, S. M. **Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o seguro-defeso na comunidade Cristo Rei no Careiro da Várzea / Sara Moreira Soares.** 2012.
- SILVA, C. A. B. da. **O Papel da Câmara Técnica de Pesca do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João na Gestão da Pesca Artesanal na Lagoa de Araruama.** Universidade Metodista de São Paulo Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, 2014.
- SEIXAS, C. S. Co-gestão de um bem comum complexo: o caso de uma marinha protegida área estabelecida ao longo de um cenário urbano costeiro no Brasil. **Revista Digital Library of the Commons**, 2008.
- SILVA, P. P. Da Propriedade Coletiva ao Co-Gerenciamento: Lições da Primeira Reserva Extrativista Marinha Brasileira. **Digital Library Of The Commons Repository**, 2004.
- SILVA, J. A. S. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster.** Tese de doutorado em Ciências da Comunicação e Artes. Universidade São Paulo, ECA/USP. São Paulo, 2004.

- SILVA, T. J. R. 20. 2010, São Paulo. **Encontro Regional de História: História e Liberdade.**: Teoria e Método no estudo da Realeza Cristã, 561-633: documentação, leituras e metodologia. São Paulo: Anpuh/sp, 2010. 10 f. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Thiago%20Juarez%20Ribeiro%20Silva.pdf. Acesso em: 25 jan. 2021.
- SANTILLI, J. **Socioambientalismo e Novos Direitos.** Proteção juridical à diversidade biológica e cultural. IEB. São Paulo: 2005.
- SMITH, N. **A Pesca no Rio Amazonas.** Manaus: INPA, 1979.
- SOARES, R. L. **Pequeno inventário de narrativas midiáticas: verdade e ficção em discursos audiovisuais.** ECA – USP. 2010 | nº34 | significação. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/68122/70680>>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- SCHUDSON, M. Creating public knowledge. Media Studies Journal. Vol. 9, número 3, New York: Columbia University, 1995.
- TAMAKI, B. T. M. **Portal Educação: a ética e a responsabilidade ambiental.** A Ética e a Responsabilidade Ambiental. 2020. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/a-etica-e-a-responsabilidade-2020>.
- TAVARES, C. Artigo: **Rápido Histórico da Pesca em Pirambu.** Blogspot.com. Published, 2016. Accessed April 27, 2021. <http://tribunadapraia.blogspot.com/2016/08/artigo-rapido-historico-da-pesca-em.html>.
- TURISRIO - RJ. **Rj.gov.br.** Published 2021. Accessed April 29, 2021. <http://www.turisrio.rj.gov.br/projetos.asp>.
- TOURAINÉ, A. **Como sair do liberalismo? Bauru: EDUSC** (Coleção Filosofia e Política), 1989.

- TUTUI, S. L.; MACHADO, I. I. **Sobre a pesca e o homem - A pesca no Brasil**. 2017. INSTITUTO DE PESCA. Disponível em: <<https://www.pesca.sp.gov.br/ip-na-midia/249-sobre-a-pesca-e-o-homem-no-brasil>>. Acesso em: 04 fev. 2020.
- TURNER, M. D. **Political ecology and the moral dimensions of “resource conflicts”**: the case of farmer–herder conflicts in the Sahel. *Political Geography*, 23, p. 863–889, 2004.
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- VAIN, Pablo Daniel. El enfoque interpretativo en investigación educativa: algunas consideraciones teórico-metodológicas. **Revista de Educación**. n. 4, 2012.
- VASCONCELLOS, M; DIEGUES, A. C; SALES, R. R. **Alguns aspectos relevantes relacionados à pesca artesanal costeira nacional**. NUPAUB, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- VALENCIO, N; MARCHEZIN, V; GERALDI, D; SIENA, M. Plano de Manejo de RESEX-MAR: o apoio de maquetes interativas na vocalização dos direitos dos grupos tradicionais. **III Seminário de Gestão Socioambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e da Pesca no Brasil – III SEGAP**, 2009.
- VASCONCELLOS, M; DIEGUES, A. C; SALES, R. R. de. **Alguns Aspectos Relevantes Relacionados à Pesca Artesanal Costeira Nacional**. Diagnóstico Convênio entre a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República **SEAP/PR e o PNUD** (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), 2007.
- VINATEA-ARANA, L. **Fundamentos de Aqüicultura**. Florianópolis: EDUSFC, 2004.
- WELCOMME, R. L. **River fisheries. Fisheries Technical Paper**. FAO, Rome, Italy. 330p. 1985.
- WEST, P. C.; BRECHIN, S. R. **National parks, protected areas, and resident peoples: a comparative assessment and integration**. In: WEST, P. C.; BRECHIN, S. R. (eds.). *Resident Peoples and National Parks*. Tucson: The University of Arizona Press, p. 363-400. 1991.

APÊNDICE

Apêndice

A Matriz-síntese da produção científica sobre os Pescadores Artesanais da RESEX Marinha de Arraial do Cabo no Estado do Rio de Janeiro (1997 a 2020)

Apêndice A

Matriz-síntese da produção científica sobre os Pescadores Artesanais da RESEX Marinha de Arraial do Cabo no Estado do Rio de Janeiro (1997 a 2020)

Título	Autores	Ano	Tipo de Publicações	Síntese
Paisagem da Pesca em Arraial do Cabo: conflitos e potencialidades	ALMEIDA, I. L. de; TARDIN, R.	2019	Revista Arqui Sul – Belo Horizonte (Artigo)	Este artigo trata sobre as populações pesqueiras na região da RESEX Marinhade Arraial do Cabo, que desenvolveram práticas culturais e produtivas de subsistência, estabelecendo uma relação muito próxima com o ambiente e suas especificidades locais.
Reservas extrativistas marinhas: perspectivas e limitações para jovens pescadores	CARDOSO, P. O; DOULA, S. M	2018	Revista Acta Biológica Catarinense (Artigo)	O objetivo do artigo foi analisar as perspectivas e Limitações de jovens pescadores em relação ao Manejo tradicional pesqueiro nas três áreas de Reservas Extrativistas Marinhas do Brasil, sendo elas: Caeté-Taperaçu (PA), Prainha do Canto Verde (CE) e Arraial do Cabo (RJ). Essa pesquisa analisou um quantitativo de 912 entrevistados, sendo eles, adolescentes, jovens e adultos entre 15 a 89 anos de idade, todos com baixa escolaridade.
Participação social na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo: uma análise dos instrumentos de gestão sob a ótica da decolonialidade	ARAÚJO, V. P; NICOLAU, O. S	2018	Revista DeMA Desenvolvimento e Meio Ambiente (Artigo)	O artigo analisou a dinâmica da participação social nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, propondo explorar a resposta do movimento seringueiro e dos pescadores artesanais quanto à gestão da RESEX Marinha de Arraial do Cabo.

<p>O uso dos recursos naturais nas reservas extrativistas marinhas brasileiras e a transmissão do saber fazer tradicional da pesca artesanal</p>	<p>CARDOSO, P. O</p>	<p>2018</p>	<p>Universidade Federal de Viçosa (Tese)</p>	<p>Esta tese buscou analisar o conceito de gerações e considerou que a noção é importante para a compreensão dos saberes tradicionais dos pescadores artesanais da região. Além disso, discute o processo de transmissão geracional, bem como outros temas considerados essenciais para a compreensão da realidade juvenil. Entre eles, podemos citar: identidade, campo de possibilidades e projeto de vida.</p>
<p>Uma reflexão sobre memórias e elementos culturais da comunidade tradicional em arraial do cabo: pesca artesanal e isolamento social e geográfico</p>	<p>MANHÃES, M. C; ESTEVEZ, J. R</p>	<p>2018</p>	<p>Revista ECOS (Artigo)</p>	<p>O presente artigo discute a importância de temas, como a cultura e a história tradicional para o entendimento dos processos sociocultural, ambiental e econômico que envolvem a dinâmica da pesca artesanal. Descreve também como certos elementos culturais que permeiam a memória social em torno da pesca artesanal podem se tornar eixos orientadores, ganhando reconhecimento social da comunidade entre outros pares.</p>
<p>A Interface entre Economia e Direito no debate sobre direitos de propriedade para recursos comuns: O Caso das Reservas Extrativistas Marinhas para a Co-Gestão Pesqueira no Brasil</p>	<p>CALDASSO, L. P</p>	<p>2015</p>	<p>Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro Doutorado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. (Tese)</p>	<p>A tese tem como objetivo possibilitar um debate sobre as alternativas de gestão para os recursos de uso comum (Common Pool Resources - CPRs), especificamente aplicadas para Reservas Extrativistas Marinhas. Além disso, o autor aborda no caso brasileiro, as Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX-MAR) a partir de um processo de cogestão, dado em parceria com as comunidades de pescadores.</p>

<p>Conhecimento dos pescadores e o ecossistema abordagem à pesca Aplicações, experiências e lições na América Latina</p>	<p>FISCHER, J; JORGENS EN, J; JOSUPEIT, H; KALIKOSKI, D; LUCAS, C.M</p>	<p>2015</p>	<p>Editora Food and Agriculture Organization of the United Nations (Livro)</p>	<p>O texto tem como objetivo revisar os diplomas legais federais brasileiros sobre a gestão ambiental, mas especificamente sobre a posição do Governo Federal quanto ao conhecimento local dos pescadores a respeito da dinâmica dos ecossistemas e dos procedimentos de retroalimentação dos sistemas ecológicos no processo de gestão pesqueira e costeira.</p>
<p>Saber naturalístico e sistemas adaptativos complexos: um modelo interpretativo para as pescarias artesanais tradicionais de Arraial do Cabo e Itaipu (Rio de Janeiro, Brasil)</p>	<p>LOTO, L; LOBÃO, R; SILVA, E. P. da;</p>	<p>2014</p>	<p>XI Congresso Argentino de Antropologia Social (Artigo)</p>	<p>Este artigo pretende através do Saber Naturalístico (SN), interpretar e estruturar o SN como uma categoria de Sistemas Adaptativos Complexos (SAC) nas comunidades de pescadores artesanais de Arraial do Cabo e Itaipu (RJ). Este estudo sistematizou também conhecimentos, abrangendo desde os diversos comportamentos migratórios dos peixes até as variáveis climáticas e oceanográficas relacionadas com o surgimento destes tipos de cardumes em zonas de pesca.</p>
<p>O Papel da Câmara Técnica de Pesca do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João na Gestão da Pesca Artesanal na Lagoa de Araruama</p>	<p>SILVA, C. A. B. da</p>	<p>2014</p>	<p>Universidade Metodista de São Paulo Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (Dissertação)</p>	<p>A presente dissertação realiza um estudo de caso sobre a atuação do Poder Técnico Pesqueiro do Consórcio Urbano nas Reservas Extrativistas de Arraial do Cabo (RESEX-MAR) e nas reservas de desenvolvimento sustentável ou fóruns pesqueiros. Os modelos de manejo estão apresentando êxito no país inclusive em parte dessas regiões, para mediação de conflitos de gestão da pesca artesanal em Arraial do Cabo/RJ e na Lagoa de São João/PB.</p>

<p>Turismo e pesca nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Verde (CE): possibilidades e limites de complementaridade</p>	<p>MENDONÇA, T. C. de. M.; MORAES, E. A. de; MACIEL, M. A</p>	<p>2013</p>	<p>Caderno Virtual de Turismo – Rio de Janeiro (Artigo)</p>	<p>Este artigo tem como objetivo refletir as possibilidades e limitações do desenvolvimento do turismo e da pesca em reservas marinhas de mineração a partir das experiências em Arraial do Cabo (RJ) e Prainha do Canto Verde (CE). As questões norteadoras vêm do investimento do país em turismo de sol e praia, bem como discussões concentradas sobre o modelo de desenvolvimento “ecologicamente viável”. Sendo assim, essa investigação, discorre sobre a relação entre o turismo e a pesca artesanal nas zonas costeiras.</p>
<p>Atualização do estado dos sistemas pesqueiros em Arraial do Cabo e Itaipu. (RJ Brasil)</p>	<p>LOTO, L</p>	<p>2013</p>	<p>Relatório Técnico apresentado no Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas (NUPIJ)</p>	<p>O presente relatório descreve uma série de estudos sobre os sistemas pesqueiros em duas localidades do Estado de Rio de Janeiro (Arraial do Cabo e Itaipu). Nesses dois locais, antropólogos da Universidade Federal Fluminense realizaram pesquisas nas décadas de 1970 e 1980, que descreviam em detalhes as características dos pescadores artesanais tradicionais, o sistema de pesca e os direitos e deveres desse grupo social.</p>
<p>Resiliência da RESEX-MAR Arraial do Cabo/RJ, Brasil, com ênfase na Pesca Artesanal</p>	<p>KOBLISCHEK, M</p>	<p>2012</p>	<p>PoD editora Rio de Janeiro 2012 Governança em Reserva Extrativista Marinha (Livro)</p>	<p>A pesquisa aborda como a resiliência foi considerada um instrumento apto para compreender as interações entre sistemas sociais e naturais, bem como, é utilizada também, para discutir as transformações sociais, na qual faz um alinhamento da pesca artesanal ao seu cenário contemporâneo, para promover o desenvolvimento pessoal dos pescadores artesanais das comunidades do entorno. Sendo assim, por meio da gestão compartilhada, destaca-se o conceito de resiliência e das transformações sociais diante do manejo dos recursos pesqueiros.</p>

Breve panorama da pesca na	MOREIRA, F. de. A. W	2012	PoD editora Rio de Janeiro 2012	O capítulo do livro apresenta um panorama da pesca artesanal na Resex
Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ			Governança em Reserva Extrativista Marinha (Livro)	Marinha de Arraial do Cabo/RJ. Versa também sobre as diversas atividades que são desenvolvidas nessa região. Além disso, sinaliza que a discussão sobre a pesca artesanal tem sendo recorrente, principalmente com relação às contribuições que impactam diretamente a economia de muitas comunidades pesqueiras na zona costeira marítima.
A importância da gestão compartilhada e das áreas marinhas protegidas para o sistema socioecológico da pesca artesanal: O caso das reservas extrativistas marinhas	DUMITH, R. de. C	2012	Revista GeoTextos (Artigo)	Este artigo discorre sobre a importância da gestão compartilhada que é capaz de integrar todos os participantes no processo de gerenciamento dos recursos naturais, desde a esfera local até o poder público, promovendo práticas mais democráticas socialmente justas. A proposta de gestão ocorre devido ao colapso contínuo da pesca artesanal, a demanda por medidas de mitigação tem aumentado e, por isso, as discussões sobre a necessidade de uma gestão eficaz dos recursos naturais pesqueiros mostram-se cada vez mais urgentes.
O turismo e a sua contribuição na manutenção e na preservação da pesca artesanal e da cultura tradicional na reserva extrativista marinha de Arraial do Cabo - RJ	FABIANO, C. C. L	2011	CET - Mestrado Profissional em Turismo (Dissertação)	Esta dissertação tem como objetivo analisar as novas abordagens para o turismo inclusivo preconizadas pelo Plano Nacional de Turismo 2007/2010, incluindo políticas públicas como o desenvolvimento do turismo local, para que a iniciativa privada e as práticas locais sejam identificadas e monitoradas. Da mesma forma, o turismo, é abordado na pesquisa como uma via capaz de promover o resgate cultural, a valorização das tradições locais bem como a tradição e cultura dos pescadores artesanais na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ.

<p>A cadeia produtiva da pesca artesanal em Arraial do Cabo: análise e propostas de melhoria</p>	<p>MENDONÇA, F. M. d.; VALLE, R. de A. B. do; COUTINHO, R</p>	<p>2010</p>	<p>Anais -XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção Maturidade e desafios da Engenharia de Produção: competitividade de das empresas, condições de trabalho, meio ambiente Enegep (Artigo)</p>	<p>A proposta da publicação é analisar a cadeia produtiva da pesca artesanal em Arraial do Cabo – RJ. Em resposta ao objetivo, aplicou-se uma metodologia participativa, onde o pescador é o ator social e sujeito histórico no processo investigativo. Ao longo da investigação, os autores observaram que grande parte do lucro se concentrou nas mãos do intermediário. Os resultados indicaram a necessidade de reorganização da cadeia produtiva, inicialmente focada na pesca de grande valor comercial.</p>
<p>Rede Interativa para a Gestão Compartilhada da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo</p>	<p>CARNEIRO, A. M. M</p>	<p>2010</p>	<p>Programa de Engenharia de Produção, COPPE/UFRJ (Artigo)</p>	<p>Este artigo tem como objetivo avaliar alguns dos resultados obtidos pelo projeto Ressurgência, que estão relacionados à implantação do auxílio à gestão compartilhada da RESEX Marinha, cuja função é a proteção do oceano e a pesca artesanal tradicional. Este é composto por um movimento recursivo e faz uso metodológico da pesquisa-ação participativa, permitindo que o projeto se adapte às mudanças bruscas de acordo com o ambiente da ação. Essa estratégia estabeleceu vínculos entre a tradicional população costeira de pescadores artesanais e, gradativamente, formou uma rede de atores sociais.</p>

<p>Estudo preliminar da Sustentabilidade de Três Sistemas de Pesca Artesanal do Estado do Rio de Janeiro</p>	<p>MONTEIRO-NETO, C; TUBINO, R. A; CARDOSO, A. M; WANDERLEY, A. V; PAPOULA, N. R. P. R; BORGES, J. N; PALMEIRA, L. P; HAIMOVICI, M</p>	<p>2010</p>	<p>III Congresso Brasileiro de Oceanografia (Artigo)</p>	<p>Esta pesquisa visa caracterizar alguns sistemas de pesca artesanal em três comunidades pesqueiras no litoral do Rio de Janeiro (Arraial do Cabo, Itaipu e Jurujuba). Embora os resultados aqui apresentados ainda sejam preliminares, é possível observar que a análise de sustentabilidade aplicada nesta pesquisa, não mostrou elementos distintos entre os diferentes sistemas de pesca investigados. Segundo os autores, isso ocorreu em relação aos extremos encontrados na referida pesquisa. O sistema e a distribuição são relativamente uniformes para evitar distinções relacionadas à pesca artesanal sustentável.</p>
<p>Ampliação do Porto do Forno na Reserva Extrativista Marinha em Arraial do Cabo – RJ</p>	<p>MELO, L. V. de; SALES, T. B; SOUZA, G. L. de; BRANT, F. F; MANICACCI, M</p>	<p>2009</p>	<p>Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, Campos dos Goytacazes/RJ (Artigo)</p>	<p>Neste artigo, objetiva-se apontar os possíveis impactos socioeconômicos e ambientais gerados com a ampliação das atividades do Porto do Forno, na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. Essa investigação identificou a necessidade de implementar um programa de monitoramento ambiental para a área do Porto do Forno, devendo aprimorar a gestão ambiental naquele lugar, de modo que este venha a cumprir efetivamente com os seus fins. Foi apontado também a necessidade de haver soluções para sanar os danos causados à natureza, que afetam diretamente os pescadores artesanais da RESEX.</p>

<p>Plano de Manejo de RESEX-MAR: o apoio de maquetes interativas na vocalização dos direitos dos grupos tradicionais</p>	<p>VALENCI O, N; MARCHEZ IN, V; GERALDI, D; SIENA, M</p>	<p>2009</p>	<p>III Seminário de Gestão Socioambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e da Pesca no Brasil – III SEGAP (Artigo)</p>	<p>Este artigo propõe apresentar considerações preliminares para justificar a utilização de maquetes interativas (ferramenta desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres da UFSCar), como recurso de negociação dos direitos territoriais que favorece, num ambiente participativo, o apelo dos grupos tradicionais em especial dos pescadores artesanais na RESEX Marinha de Arraial do Cabo, num contexto que exige do grupo um encontro com atores modernos os quais, através de práticas de assimetria de poder, usufruem e modificam a natureza do espaço predatoriamente em busca de equidade política na tomada de decisões.</p>
<p>Co-gestão de um bem comum complexo: o caso de uma marinha protegida área estabelecida ao longo de um cenário urbano costeiro no Brasil</p>	<p>SEIXAS, C. S</p>	<p>2008</p>	<p>Revista Digital Library of the Commons (Artigo)</p>	<p>O referido artigo tem como objetivo investigar a cogestão da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo. Dessa forma, vale mencionar que a pesquisa de campo fez parte da metodologia utilizada nesta investigação no período de (2005-2007) que se deu através das entrevistas informais, entrevistas estruturadas abertas, observação participante e pesquisa de arquivo. Segundo o pesquisador, a cogestão de um bem comum complexo requer o envolvimento de todas as partes interessadas, particularmente quando uma área marinha protegida é estabelecida ao longo de um ambiente urbano costeiro.</p>

<p>Cultura Marítima, Conhecimento e Manejo Tradicionais na RESEX Marinha do Arraial do Cabo</p>	<p>DIEGUES, A. C</p>	<p>2007</p>	<p>Revista NUPAUB-USP Projeto Socioambiental de Reserva Extrativista Marinha para o Eco desenvolvimento- Arraial do Cabo (RJ): Programa Petrobras Ambiental.- COPPE/UFR J (Projeto)</p>	<p>O objetivo deste projeto é organizar e avaliar as pesquisas com temas relacionados aos fatores culturais de comunidades e grupos de pescadores que praticam a pesca artesanal. Este estudo identificou lacunas em algumas pesquisas realizadas com pescadores, permitindo que a investigação dessa tradição se aprofundasse de forma transgeracional em relação a esse grupo social. Dessa forma, nesse projeto incluem-se os saberes tradicionais dos pescadores artesanais, métodos de gestão tradicionais, a identidade e estilo de vida dos pescadores artesanais, conflitos e mudanças sociais e sua influência na RESEX Marinha de Arraial do Cabo.</p>
<p>Alguns Aspectos Relevantes Relacionados à Pesca Artesanal Costeira Nacional</p>	<p>VASCONCELLOS, M; DIEGUES, A. C; SALES, R. R. de</p>	<p>2007</p>	<p>Diagnóstico Convênio entre a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República SEAP/PR e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (Artigo)</p>	<p>Este artigo apresenta o diagnóstico sobre a pesca costeira artesanal brasileira e a forma de captura do pescado relacionados a questões sociais e gestão da pesca. Sendo assim, também são analisadas algumas formas de participação na gestão, envolvendo a logística conjunta, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca do Palácio Presidencial da SEAP/PR República e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).</p>

<p>Conhecimento da Pesca Tradicional e apropriação social dos Recursos Marinhos no Brasil</p>	<p>DIEGUES, A. C. S</p>	<p>2005</p>	<p>Revista NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP (Artigo)</p>	<p>O objetivo da publicação é examinar a relação entre o conhecimento da pesca tradicional e gestão contemporânea da pesca no Brasil. Nos últimos anos, pesquisadores têm enfatizado a importância do conhecimento produzido e oralmente transmitidos por pescadores tradicionais e o papel potencial da pesca tradicional e o conhecimento ambiental relacionado pode ser útil para o desenvolvimento e implementação da pesca. Com isso, o conhecimento tradicional, além de abranger um universo de saberes sobre os ecossistemas marinhos e costeiros, também podem refletir a associação de pessoas e conexões com o mundo espiritual, por exemplo, demarcação de locais sagrados no mar, criação, mitos e lugares de história.</p>
<p>Etnobotânica Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, RJ, Brasil</p>	<p>FONSECA -KRUEL, V. S. da; PEIXOTO, A. L</p>	<p>2004</p>	<p>Revista Acta Bot. Bras (Artigo)</p>	<p>Por meio da análise comparativa de estudos etnobotânicos realizados entre a costa marinha onde está inserida a RESEX Marinha de Arraial do Cabo e pesquisas realizadas na costa brasileira, o objetivo dos autores no artigo é investigar as informações etnobotânicas das espécies vegetais utilizadas na zona terrestre da RESEX Marinha de Arraial do Cabo e relacioná-las com as tradições dos pescadores artesanais. A referida pesquisa destaca ainda, que a partir da interação entre os atores sociais e a salvaguarda do ecossistema marinho constituem estratégias para assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.</p>

<p>Da Propriedade Coletiva ao Co-Gerenciamento: Lições da Primeira Reserva Extrativista Marinha Brasileira</p>	<p>SILVA, P. P. da</p>	<p>2004</p>	<p>Digital LibraryOf The Commons Repository (Artigo)</p>	<p>Esta pesquisa apresenta as Reservas Extrativistas Marinhas que estão sendo estabelecidas nas áreas dolitoral do Brasil para proteger as populações de pescadores artesanais tradicionais e os recursos marinhos que dependem do seu sustento. Este artigo explora os desafios enfrentados pela primeiraRESEX de alto mar do Brasil na tentativa de atingir esses objetivos. Também estudou o impacto dessas conclusões nas futuraspolíticas de proteçãomarinha do Brasil.</p>
--	----------------------------	-------------	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2021) com base na metodologia adotada.